



Universidade de
Aveiro
2024

**BEATRIZ SAMPAIO
BASTIÃO**

**A RELAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO ASSOCIATIVO
ESTUDANTIL DO ENSINO SUPERIOR E OS
PARTIDOS POLÍTICOS EM PORTUGAL**



Universidade de
Aveiro
2024

**BEATRIZ SAMPAIO
BASTIÃO**

**A RELAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO ASSOCIATIVO
ESTUDANTIL DO ENSINO SUPERIOR E OS
PARTIDOS POLÍTICOS EM PORTUGAL**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica da Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Ask yourself what is really important and then have the courage to build your life around your answer – Lee J. Jampolsky.

o júri

presidente

Prof. Doutor Filipe José Casal Teles Nunes
professor associado c/ agregação da Universidade de Aveiro

vogais

Doutora Sofia Raquel Serra da Silva
investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Prof. Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva
professor auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora)

agradecimentos

À minha orientadora, Professora Patrícia Silva, por me incentivar sempre a fazer mais e melhor e por todo o conhecimento que me transmitiu.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional, mesmo quando isso significou fazer uma pausa no meu percurso acadêmico para ir atrás dos meus sonhos.

À Babi e à Juca, que são luz, desde sempre e para sempre.

À Bea e à Santos, porque foram sempre o arco-íris na tempestade. Juntas somos sempre melhores.

Ao associativismo estudantil, que foi uma verdadeira escola de vida e me tornou uma pessoa melhor. E à Kámilah, que fez tudo fazer sentido.

palavras-chave

Participação política, Sociedade civil, Partidos políticos, Estruturas associativas estudantis, Dimensões de interação, Formas de interação, Estratégia da relação, Equilíbrio de poder na relação, Entrevistas semiestruturadas

resumo

A literatura existente sobre participação política nota um crescimento da interação entre organizações da sociedade civil e partidos políticos, que vai tendencialmente assumindo formas diferentes. Em Portugal, os partidos políticos ocupam posição central no sistema político. Perante um movimento estudantil politizado, os partidos políticos procuram manter relações com estruturas associativas estudantis para consolidar o seu eleitorado e chegar aos jovens.

Esta investigação explora a relação entre o movimento associativo estudantil e os partidos políticos em Portugal, através da identificação das diferentes formas de interação entre ambos, assim como da análise da estratégia e das dinâmicas de poder e influência que envolvem esta relação. Para o efeito, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas a 18 presidentes de estruturas associativas estudantis que exerceram funções entre 2019 e 2022.

Os resultados da investigação sugerem a existência de múltiplas formas de interação entre estruturas associativas estudantis e partidos políticos. Verifica-se uma predominância de interações na dimensão 'contacto', destacando-se reuniões *ad hoc* e contactos telefónicos. As interações materiais, embora menos frequentes, consistem na transferência de trabalho e partilha de recursos. A maioria das EAE rejeita qualquer afinidade ideológica. A rede de interações cobre amplamente o espectro político, ainda que com diferentes intensidades. A relação entre EAE e EP reflete um modelo de separação/envolvimento pragmático e de interdependência, onde ambas as partes preservam a sua autonomia, mas cooperam *ad hoc* em prol de objetivos comuns.

keywords

Political participation, Civil society, Political parties, Student organisations, Dimensions of interaction, Forms of interaction, Relationship strategy, Balance of power in the relationship, Semi-structured interviews

abstract

The literature on political participation has noted an increase in interaction between civil society organisations and political parties, which tends to take different forms. In Portugal, political parties continue to be at the centre of the political system. Faced with a politicised student movement, political parties seek to maintain relations with student organisations in an effort to consolidate their electorate and reach young voters.

This research explores the relationship between the student association movement and political parties in Portugal, by identifying the different forms of interaction between the two, as well as analysing the strategy and the dynamics of power and influence involved in this relationship. Semi-structured interviews were conducted with 18 presidents of student association structures who held office between 2019 and 2022.

Results suggest that there are multiple forms of interaction between student organisations and political parties. There is a predominance of interactions in the 'contact' dimension: *ad hoc* meetings and telephone contacts stand out. Material interactions, although less frequent, consist of transferring work and sharing resources. Most student organisations reject any ideological affinity. The network of interactions spans the political spectrum, albeit with different intensities. This relationship reflects a pragmatic separation/involvement and an interdependence model, where both sides recognise their autonomy but cooperate *ad hoc* towards common goals.

Índice

1. Introdução.....	4
2. Estado da Arte	6
3. Metodologia	23
3.1. Caracterização da amostra	23
3.2. Recolha de dados – entrevistas de elites semiestruturadas.....	24
3.3. Análise de dados – análise temática de conteúdo	26
4. Análise de Dados.....	28
4.1 A ação política das estruturas associativas estudantis	30
4.2 Interação das estruturas associativas estudantis com outros agentes e entidades	37
4.3 Interação das estruturas associativas estudantis com partidos políticos	43
4.3.1 Contacto	43
4.3.2 Material.....	62
4.3.3 Ideologia	68
4.4 A natureza das relações entre estruturas associativas estudantis e estruturas partidárias	73
4.4.1 Dinâmicas de relacionamento e trabalho	73
4.4.2. Dinâmicas de influência e poder	79
5. Discussão de Resultados.....	86
5.2 Dimensões e formas de interação entre estruturas associativas estudantis e estruturas partidárias – enquadramento no modelo teórico	87
5.3 Estratégia e equilíbrio de poder entre estruturas associativas estudantis e estruturas partidárias – enquadramento no modelo teórico	93
5.4 Limitações	95
6. Conclusão.....	96
7. Bibliografia	99
7. Anexos.....	111

Lista de siglas e acrónimos

A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

AAC – Associação Académica de Coimbra

AAUA – Associação Académica da Universidade dos Açores

AAUAlg – Associação Académica da Universidade do Algarve

AAUAv – Associação Académica da Universidade de Aveiro

AAUBI – Associação Académica da Universidade da Beira Interior

AAUE – Associação Académica da Universidade de Évora

AAUMa – Associação Académica da Universidade da Madeira

AAUMinho – Associação Académica da Universidade do Minho

AAUTAD – Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

AEEP – Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo

ANE+EF – Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação

APESP – Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado

AR – Assembleia da República

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CM – Câmara Municipal

CNE – Conselho Nacional de Educação

BE – Bloco de Esquerda

CCES – Conselho Coordenador do Ensino Superior

CCISP – Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

CDS/CDS-PP – Partido Popular

CDU – Coligação Democrática Unitária

CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

DGES – Direção Geral do Ensino Superior

EAE – Estrutura associativa estudantil

EP – Estrutura partidária

FAL – Federação Académica de Lisboa

FAP – Federação Académica do Porto

FNAEESP – Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico

FNE – Federação Nacional da Educação

IES – Instituição de Ensino Superior
IL – Iniciativa Liberal
IPDJ – Instituto Português do Desporto e da Juventude
JS – Juventude Socialista
JSD – Juventude Social-Democrata
JP – Juventude Popular
MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
ONG – Organização não-governamental
OSC – Organização da sociedade civil
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAN – Partido Pessoas, Animais e Natureza
PE – Parlamento Europeu
PS – Partido Socialista
PSD – Partido Social-Democrata
PCP – Partido Comunista Português
PNAES – Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior
SEDJ – Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude
SEES – Secretaria de Estado do Ensino Superior
SNESup – Sindicato Nacional do Ensino Superior

1. Introdução

A presente dissertação procura caracterizar a relação entre o movimento associativo estudantil do Ensino Superior e os partidos políticos em Portugal. A relevância desta investigação prende-se com o seu potencial para ajudar a compreender a natureza das interações entre ambos, o que contribui para uma análise holística do sistema político português e para um melhor entendimento sobre o papel da sociedade civil neste cenário.

A investigação sobre a Participação Política tem tido desenvolvimentos significativos ao longo das últimas décadas. Se os primeiros estudos sobre participação política cobriam apenas implicitamente ações inseridas dentro da estrutura institucional de um Estado (Dahl, 1971), estudos mais recentes abrangem todas as ações observáveis, manifestas e voluntárias que visam governos, instituições, organizações governamentais ou organizações da sociedade civil (van Deth, 2001). Com efeito, a juventude tem uma probabilidade desproporcionalmente maior de participar através de formas que são apenas abrangidas pelas definições mais recentes de participação política, nomeadamente formas não-convencionais e não-institucionalizadas (García-Albacete, 2014). Em larga medida, são as organizações da sociedade civil que permitem canalizar esta forma de participação. Estas têm vindo a ser consideradas um elemento-chave da participação política e da construção da democracia (Scholte, 2002), pelo que, recentemente, parece verificar-se uma tendência de interação cada vez mais forte e diversificada entre estas e o poder político (Baker, 1999; Smillie & Helmich, 1999).

Os partidos políticos continuam a ser as “instituições políticas chave” (Bruneau, 1997, p. 19) na sociedade portuguesa, que é caracterizada por movimentos associativos fracos e um número relativamente baixo de organizações da sociedade civil (Hamann & Manuel, 1999, p. 73). Procurando estudar a participação política jovem da atualidade em Portugal, que segue a tendência internacional (Costa et al., 2021), a análise das organizações da sociedade civil e do seu relacionamento com atores do sistema político é essencial. As associações juvenis ou estudantis são uma das tipologias de associação que mais relevância ganhou recentemente (Costa, 2021, p. 36), uma facção da sociedade civil inseparável da história da democracia (Cardina, 2008b) e da participação política não-convencional portuguesas. Perante um movimento estudantil politizado, os partidos políticos em Portugal têm particular interesse em manter relações com esta facção da sociedade civil (Gomes & Lima, 1996; Silva & Costa, 2021).

A presente investigação pretende, então, contribuir para aumentar o conhecimento sobre a natureza bidirecional das relações entre os Partidos Políticos e o Movimento

Associativo Estudantil do Ensino Superior em Portugal, através da exploração da perspetiva estudantil sobre as interações entre ambos, não só no que toca a formas de interação, mas também à dinâmica que as envolve.

Assim, esta investigação orienta-se por múltiplos objetivos. Primeiramente, procura-se mapear as interações entre as estruturas associativas estudantis e os partidos políticos, identificando se existem interações entre as duas estruturas, quais são essas interações e de que forma se materializam. De seguida, pretende-se definir as relações entre ambas as estruturas ao nível da proximidade e amplitude (Allern, 2010), i.e., medir a quantidade e intensidade de interações verificadas e quantificar a rede total de interações. Além disso, pretende-se explorar os efeitos destas relações para a estrutura associativa estudantil. De seguida, importa olhar para o quadro teórico: numa primeira instância, identificar as diferentes dimensões de interação entre cada estrutura associativa estudantil e os partidos políticos, seguindo o modelo teórico que a literatura sugere; numa segunda instância, procura-se descrever as relações entre ambas as estruturas relativamente à estratégia (Yishai, 1995; Thomas & Hrebener, 1995; Wilson, 1990; Thomas, 2001a) e ao equilíbrio de poder (Duverger, 1968; Kitschelt, 1994; Mavrogordatos, 2009).

Para o efeito, estas dimensões de análise serão aprofundadas empiricamente através de entrevistas a presidentes de múltiplas estruturas associativas estudantis do Ensino Superior, que permitirão a recolha de dados essenciais para a caracterização das relações entre estas e os partidos políticos. A dissertação resultante desta investigação começa pelo estabelecimento do quadro teórico da investigação, que é seguido pelo capítulo da metodologia, onde a amostra e os instrumentos de recolha e análise de dados são explorados com mais detalhe. O capítulo seguinte apresenta, analisa e interpreta os dados recolhidos, sendo que o capítulo de discussão dos resultados procura, por sua vez, integrar os resultados empíricos no quadro teórico estabelecido. As últimas secções procuram não só abordar limitações encontradas durante o processo de investigação, como também recomendar futuras avenidas de investigação.

2. Estado da Arte

A investigação sobre a Participação Política tem tido desenvolvimentos significativos ao longo das últimas décadas. Foram múltiplas as disciplinas que contribuíram para alargar o conhecimento nesta área; este contributo multidisciplinar permitiu que o termo “participação política” se expandisse de modo a abranger outros pressupostos e a incluir um leque mais vasto de conceitos e definições centrais.

É difícil encontrar consenso entre autores sobre aquilo que se pode enquadrar dentro do conceito de participação política. Em 1973, Robert Dahl faz uma primeira abordagem a este conceito, afirmando que a participação política é parte essencial das democracias modernas, pois é o mecanismo que permite aos cidadãos responsabilizar os seus governos (Dahl, 1971). No entanto, Dahl não define explicitamente o conceito de participação, sendo que a sua definição cobre apenas implicitamente ações inseridas dentro da estrutura institucional de um Estado, o que significa que ações como o consumo (Stolle et al., 2005) ou a expressão de opiniões políticas *online* não seriam categorizadas como participação, mesmo que pudessem ser feitas com o intuito de responsabilizar um governo. A obra de Dahl contém, no entanto, alguns elementos fundamentais da conceção moderna de participação política, como o conceito de “accountability” e a distinção entre “private citizens” (cidadãos comuns) e “professional politicians” (políticos profissionais).

Verba e Nie (1972) exploraram mais profundamente conceitos introduzidos por outros autores, definindo a participação política como englobando "as atividades dos cidadãos comuns que visam mais ou menos diretamente influenciar a seleção do pessoal governamental e/ou as ações que estes levam a cabo" (Verba & Nie, 1972, p. 2). De acordo com Verba e Nie (1972), os cidadãos comuns têm a capacidade de participar na política não só através do voto ou da adesão a partidos, mas também através de uma série de outras atividades, como atividades de campanha, contacto com detentores de altos cargos públicos, e atividades cooperativas ou comunitárias.

Esta definição abriu o caminho para a análise de ações tais como protestos, greves, ou petições enquanto atividades que também se afiguram como participação política, através de outros meios que não as eleições (Verba & Nie, 1972, p. 47). Conceitos semelhantes foram apresentados por Parry et al. (1992) e Pattie et al. (2004), que, ao contrário de Verba e Nie (1972), sublinham que a participação política não tem necessariamente de ter como alvo os governos, podendo também visar outras instituições ou mesmo organizações. A participação política pode, portanto, interferir com o processo de elaboração de políticas, bem como os serviços prestados pelos

governos, tais como a Educação ou os Cuidados de Saúde (Pattie et al., 2004). Brady (1999) acrescenta que, para se qualificar como participação política, as ações tomadas por cidadãos comuns devem ser observáveis, manifestas e voluntárias.

Apesar de algumas divergências, as definições de participação política da maioria dos autores do primeiro período de investigação sobre a matéria têm três aspetos em comum: as ações têm de ser levadas a cabo por cidadãos comuns e não políticos profissionais; as ações têm de ser voluntárias, o que significa que ações que sejam obrigatórias por lei ou que sejam recompensadas de forma financeira ou material não contariam como participação política (Verba et al., 1995, pp. 38–39); e as ações têm de visar governos, instituições, organizações governamentais ou organizações da sociedade civil. Estes três indicadores são comuns e essenciais a quase todas as definições contemporâneas de participação política (Lakatos & Musgrave, 1970).

van Deth (2001) resume a evolução da investigação sobre a participação política entre a década de 1940 e a década de 1990. Nas décadas de 1940 e 1950, aquilo que se considerava participação política limitava-se principalmente ao voto e às atividades de campanha. No início da década de 1960, porém, começa-se a falar destas enquanto formas "convencionais" de participação política; nessa altura, considerava-se que a participação política englobava atividades relacionadas com conceitualizações tradicionais da política, como campanhas políticas e estabelecimento de contacto entre cidadãos e detentores de altos cargos públicos (Lane, 1959; Campbell et al., 1960). Durante a década de 1970, as conceções de participação política foram expandindo, levando ao surgimento do conceito de "formas não-convencionais de participação política". O conceito foi criado de modo a albergar atividades de protesto associadas aos novos movimentos sociais, tais como os movimentos de mulheres ou os movimentos pacifistas (Barnes, Kaase et al., 1979), que pareciam cumprir os critérios mínimos para serem consideradas formas de participação política, já que eram ações observáveis, manifestas e voluntárias, que visavam instituições políticas e eram levadas a cabo por cidadãos comuns, mas que não eram, até então, consideradas pelos investigadores como participação política. Mais tarde, nos anos 90, a linha que separa as esferas política e não-política da sociedade moderna começa a esbater-se, à medida que o conceito de participação política passa a incluir também atividades "civis" tais como o voluntariado e o envolvimento social (Putnam, 2000; Norris, 2001). Posteriormente, surgem ainda outras formas de participação política que lançam novos desafios à investigação sobre a temática; estas novas formas baseiam-se na adoção de comportamentos não-políticos para expressar opiniões políticas, e o que antes era definido como não-convencional passa a ser algo mais comum. Por conseguinte, estas

novas formas de participação política já dificilmente se encaixam claramente na participação política convencional ou na participação política não-convencional (Teorell et al., 2007).

Perante as mudanças emergentes, García-Albacete (2014) argumenta que o envolvimento político dos cidadãos tem vindo a alterar-se, emergindo também a necessidade de se olhar de forma diferente para a *framework* que o enquadra. Assim, o autor sugere uma nova denominação para a categorização das diferentes formas de participação política, concetualizando a distinção entre “participação política institucionalizada” e “participação política não-institucionalizada”, enquanto alternativas para a anterior distinção entre participação política convencional e não-convencional. O autor justifica esta sugestão com base em dois principais argumentos. Em primeiro lugar, “as agências ou estruturas através das quais os cidadãos são mobilizados e participam (...) foram transformadas, com a disseminação de novos movimentos sociais e redes de ativismo” (García-Albacete, 2014, p. 15); em segundo lugar, os padrões individualizados de participação cresceram à medida que os laços com as organizações políticas e cívicas se tornaram menos fortes (García-Albacete, 2014). De forma geral, o autor defende que estas novas denominações são mais ilustrativas das formas de participação política existentes e colocam ênfase na verdadeira distinção entre ambas – a presença ou ausência de mecanismos institucionais que as enquadrem. A distinção agora amplamente utilizada entre formas de participação política institucionalizadas e não-institucionalizadas integra, de forma semelhante à categorização anterior, formas de participação política que ocorrem dentro do quadro institucional (por exemplo, votação ou filiação partidária) e as que ocorrem fora do quadro institucional (por exemplo, protesto ou boicote).

De forma geral, e tendo em conta a evolução histórica do conceito, van Deth (2014) sumariza as formas de participação política em dois tipos:

Participação política convencional, “tradicional” (Linssen et al., 2011), “ortodoxa” (Bourne, 2010) ou “institucional” (García-Albacete, 2014) é o tipo cuja definição é mais antiga na área da investigação sobre a participação política. Inclui atividades institucionalizadas que decorrem no plano eleitoral, como votar, candidatar-se a eleições, ou tornar-se membro de um partido político (Stockemer, 2014).

Participação política não-convencional, “não-ortodoxa” (Bourne, 2010), “de protesto” (Newton & Giebler, 2008; Quaranta, 2012) ou “não-institucional” (García-Albacete, 2014) inclui atividades que visam influenciar o domínio político, mas que são levadas a cabo através de meios que não os que constituem a participação convencional

(Galstyan, 2019). Assim, pode ser definida como o conjunto de atividades que utiliza abordagens não-institucionais para alcançar objetivos políticos. Exemplos de tais atividades incluem demonstrações, greves, boicotes, petições ou ações de voluntariado (Quaranta, 2012) mas também arte, cultura, desporto, meios de comunicação social e novas tecnologias, juntamente com "formas latentes de envolvimento cívico e social" (Ekman & Amnå, 2012). A participação política não-convencional começou também a englobar nas últimas décadas outras ações de participação que trouxeram uma mudança fundamental para o domínio participativo: a participação política individualizada ou "lifestyle politics" (de Moor, 2016). Este tipo de participação política tem frequentemente lugar a nível individual e, como tal, não requer ações em grupo, em comunidade, ou em massa.

Estudos recentes têm defendido a redefinição do termo "não-convencional" para que inclua a maior gama possível de práticas e atividades possivelmente políticas e para que a classificação destas fique a cargo dos cidadãos participantes, pois "a imposição de uma definição de [ação com teor político] que as pessoas podem não aceitar (...) arrisca-se a interpretar mal a participação política. Ao impor uma definição de [ação com teor político] às pessoas com a qual estas podem não concordar, negligencia-se o facto de existirem muitas formas diferentes de participação política." (Marsh et al., 2007, p. 20; ver também Pickard & Bessant, 2018; Pickard, 2019). Além disso, alguns estudos defendem ainda a abolição das distinções binárias "convencional" e "não-convencional", uma vez que envolvem avaliações morais subjetivas e desvalorizam o envolvimento político integral (Pickard, 2019). No entanto, outros criticam esta abordagem "catch-all", que agrega diversos fenómenos sob o rótulo de "não-convencional" (Pitti, 2018).

Em suma, a forma como a participação política é definida depende do período histórico para o qual olhamos, pois, "as definições vão evoluindo de modo a refletir o contexto social, económico, tecnológico e político predominante" (Pickard, 2019, p. 58). As definições de participação política, além de "*period sensitive*", são também "*beholder sensitive*", sendo que dependem de quem as concetualiza, sejam académicos e/ou participantes políticos (Pickard, 2019, p. 58). Assim, a investigação sobre participação política reflete não só o período histórico em que foi desenvolvida, mas também o quadro conceptual utilizado e a metodologia do investigador. Todos estes fatores afetam a recolha, medição e análise de dados relativos à participação política. Tal como afirma Hay (2007), "aqueles que utilizam as definições mais restritas e convencionais de participação política identificam um padrão forte e consistente de declínio da participação e envolvimento políticos ao longo do tempo, enquanto aqueles com uma definição mais abrangente identificam, em vez disso, uma mudança no modo de

participação política" (Hay, 2007, p. 23; ver também van Deth, 2018). Estas mudanças são geralmente motivadas por sentimentos de desilusão com o sistema político formal, que os cidadãos consideram alienante, desinteressado nas questões que os preocupam e incapaz de responder aos seus interesses (Hay, 2007). Inclusivamente, os cidadãos que têm tendência a participar de forma não-convencional consideram esta atitude um ato altamente político (O'Toole et al., 2003a, 2003b).

O debate sobre o conceito de participação política não-convencional permanece aceso. Contudo, para o efeito desta investigação, utilizamos o termo "participação política não-convencional" enquanto conceito que constitui um instrumento válido e sólido para compreender a expressão política fora dos canais institucionais existentes (Pitti, 2018; Della Porta, 2015).

Utilizar uma definição mais vasta de participação política oferece também uma visão mais otimista sobre a participação política dos jovens e o futuro da democracia (Dalton, 2008a; 2015). A juventude tem uma probabilidade desproporcionalmente maior de participar através de formas que são apenas abrangidas pelas definições mais recentes de participação política, nomeadamente formas não-convencionais e não-institucionalizadas (García-Albacete, 2014).

O foco no voto nos estudos sobre participação política levou a que a participação política dos jovens fosse subestimada. Embora as taxas de participação eleitoral jovem sejam recorrentemente inferiores às dos cidadãos mais velhos (Briggs, 2017; Dahl et al., 2018; Horváth, Paolini, & Motiejūnaitė, 2018), muitos vivem a política e exprimem as suas visões políticas através de formas que não eram, inicialmente, reconhecidas pelos investigadores. Os jovens são frequentemente vistos pela sociedade como barómetros políticos que servem de indicadores para o futuro da democracia e, quando a participação política é medida exclusivamente através do voto e da participação em eleições, os jovens são considerados como sendo responsáveis por um iminente *déficit* democrático. Assim, o discurso do "medo pelo futuro da democracia" e as "narrativas de crise" (O'Toole, 2015) tornam-se proeminentes.

Porém, quando são consideradas as definições mais recentes de participação política, a literatura sugere que os jovens em geral exibem baixos níveis de participação política em processos convencionais de participação, enquanto exibem elevados níveis de participação política em processos não-convencionais ou individualizados (Tsekoura, 2016; Melo & Stockemer, 2014; Wahlström et al., 2019; Gardiner, 2016; Goerres, 2007; Chrisp & Pearce, 2019; Wattenberg, 2007; Dalton, 2007; Norris, 2002). A investigação sugere então que, conseqüentemente, e ao contrário daquilo que é a crença popular, o

interesse dos jovens pela participação política não é baixo; a forma como o demonstram e os canais que usam para participar são, porém, diferentes dos tradicionais (Harris et al., 2010; Lochocki, 2010). Com efeito, os jovens têm preocupações de caráter social e político, que vocalizam de forma diferente por não se sentirem ouvidos através das formas de participação tradicional (Harris, Wyn & Younes, 2010). Assim, participar no exterior do sistema político e institucional, como resultado da desconfiança e aversão aos atores e mecanismos políticos institucionais, reforça a crença dos jovens de que poderão ser mais facilmente auscultados pelos decisores políticos (Delli Carpini, 2000; Dalton, 2015; Schlozman et al., 2010).

Norris (2002) argumenta que existem cada vez mais opções no que diz respeito a “estruturas políticas” (agências), “repertórios políticos” (formas de participação) e “objetivos políticos” (Norris, 2002, p. 223). Deste modo, a participação política dos jovens vai-se adaptando através da adoção de formas de participação não-convencionais, mais adequadas à vida e estilos de vida contemporâneos (Norris, 2002).

Em larga medida, são as organizações da sociedade civil que podem canalizar esta forma de participação não-convencional. As associações da sociedade civil têm uma influência preponderante na definição e execução de políticas públicas (Freeman & Showel, 1951) e, por isso, as estruturas associativas são reconhecidas como importantes atores de mobilização política.

O setor da sociedade civil, considerada por alguns autores como “a maior inovação social do século XX”, agrega o conjunto de organizações privadas, sem fins lucrativos e não-governamentais que surgiram nas últimas décadas em praticamente todo o Mundo enquanto veículos através dos quais os cidadãos podem exercer iniciativa individual na busca privada de objetivos públicos” (Salamon & Anheier, 1997, pp. 60-1). Salamon, Sokolowski & List (2003) acrescentam ainda que estas são autónomas e que qualquer pessoa é livre de se juntar ou de as apoiar. A sociedade civil é um conceito amplo, abrangendo “todas as organizações e associações que existem fora do Estado (incluindo os partidos políticos) e do mercado.” Integra ainda a multitudine de organizações consideradas “grupos de interesse”: “ONGs de *advocacy*, (...) sindicatos, associações profissionais (...), câmaras de comércio, associações étnicas, (...) organizações religiosas, grupos estudantis, organizações culturais (...), clubes desportivos, e grupos comunitários informais.” (Carothers & Barndt, 1999, p. 19)

Ao longo do tempo, foram apresentadas muitas concepções diferentes de sociedade civil. Edwards (2014) distingue três concepções. Primeiro, a sociedade civil pode ser vista como “um tipo de sociedade”, em particular como um ideal normativo de “boa sociedade”

(Edwards, 2014, p. 10). Em segundo lugar, a sociedade civil pode ser entendida como a esfera pública, uma visão que está principalmente associada às ideias de Habermas (1989) e que olha para a sociedade civil como um campo de ação equitativo que permite a todos os cidadãos participar na discussão sobre assuntos públicos. A terceira abordagem enfatiza a compreensão de “sociedade civil como parte da sociedade” (Edwards, 2014, p. 10). É esta perspectiva que domina o debate e guia as discussões contemporâneas sobre o conceito (Edwards, 2014, p. 10), pois ir além da normatividade permite-nos “ver o que a sociedade civil realmente faz ou não faz pelas diferentes pessoas que [a integram]” (Chandhoke, 2007, p. 613).

De acordo com McCormick (1993, p. 142), o propósito basilar de uma organização da sociedade civil é “influenciar as políticas públicas a partir de fora da estrutura formal do governo eleito”. Porém, Carothers & Barndt (1999, p. 19) defendem também que as organizações da sociedade civil não têm necessariamente de ter como objetivo “fazer avançar agendas políticas ou sociais específicas”. Hall (1987, p. 3), por sua vez, define estas organizações como “empreendedores políticos”, como “um grupo de indivíduos que se associam para trabalhar pelo menos um de três fins: (1) executar tarefas públicas que lhes tenham sido delegadas pelo Estado; (2) executar tarefas públicas para as quais existe procura mas que nem o Estado nem as empresas estão dispostas a realizar; ou (3) a influenciar a direção da política do Estado, do tecido empresarial ou de outras organizações da sociedade civil”.

Um número crescente de cidadãos tem vindo a considerar a sociedade civil como uma forma de melhorar a participação política (Scholte, 2002). As organizações da sociedade civil têm impacto na vida pública e política por diversas razões, discutidas por Scholte (2002). Em primeiro lugar, a sociedade civil contribui para uma governação global democrática, dando voz aos diferentes *stakeholders*. Estas organizações podem servir de plataforma para comunicar com o poder político, em particular para círculos sociais marginalizados, que tendem a obter uma audição limitada através de outros canais. Em segundo lugar, a sociedade civil pode reforçar a democracia através de atividades de educação pública. Uma democracia eficaz depende de uma cidadania informada, e as organizações da sociedade civil podem aumentar a informação e compreensão pública das leis e instituições. Em terceiro lugar, a sociedade civil pode alimentar o debate em torno da governação democrática, que assenta, em parte, numa discussão frequente e aberta de diversos pontos de vista. Os contributos da sociedade civil podem introduzir novas perspectivas e propostas na arena política, tornando as discussões mais críticas e criativas. Em quarto lugar, a mobilização cívica pode contribuir para aumentar a transparência da governação. A pressão da sociedade civil

pode ajudar a trazer à tona informação que se torna, assim, suscetível ao escrutínio público. Em quinto lugar, a sociedade civil pode promover a *accountability* na governação, na medida em que pode monitorizar a implementação de políticas e os efeitos que daí advierem, procurando reivindicar por medidas corretivas quando os efeitos são adversos. Finalmente, a sociedade civil promove ainda a legitimidade do governo democrático. O envolvimento entre a sociedade civil e o poder político pode reforçar a educação pública, promover o debate, aumentar a transparência e a *accountability*, ajudando a reforçar legitimidade com que os cidadãos olham para a governação. Do mesmo modo, a sociedade civil pode também proporcionar um espaço para a expressão do descontentamento e a procura de mudança quando a governação é considerada ilegítima.

Tendo o poder político e as organizações da sociedade civil um objetivo fundamental em comum – servir a sociedade –, a sua proximidade e interação acabam por ser inevitáveis. A sociedade civil não é independente do mercado ou do sistema político institucionalizado (Weisskircher, 2020). Por exemplo, os sindicatos e os partidos políticos integram o leque de atores importantes na sociedade civil (Walzer 1991, p. 293), que procuram influenciar a direção da política do Estado. As ONGs, em vários países, estão dependentes do financiamento do Estado, o que é também revelador da sobreposição entre diferentes arenas (Steinberg & Wertman, 2018). Por outro lado, os Estados – mesmo aqueles considerados liberais e democráticos – podem também adotar medidas de forma a policiar algumas das ações em que grupos da sociedade civil se envolvem (Della Porta & Reiter, 1998). De forma geral, e em última análise, o Estado desempenha um papel crucial na criação do ambiente em que a sociedade civil se desenvolve, pois as “condições essenciais da sociedade civil (...) – por exemplo, o Estado de direito, que regula a esfera pública e garante os direitos dos seus cidadãos – são institucionalizadas pelo Estado” (Chandhoke, 2007, p. 608f).

Recentemente, parece estar a verificar-se uma tendência de interação cada vez mais forte entre o poder político e as organizações da sociedade civil, as últimas enquanto estruturas de apoio à democratização eleitoral e à liberalização económica, e não como uma potencial estrutura democrático-radical de autogovernação (Baker, 1999). Salamon (1994, p. 120) afirma também que esta relação “tem sido caracterizada mais por cooperação do que conflito”, o que parece ser corroborado por vários casos de estudo no mundo. Referindo-se ao Reino Unido, Taylor (1998, p. 1) destaca que “a forma mutável da ‘governação’, especialmente a nível local, está a atrair muitas organizações [da sociedade civil] para o processo político, enquanto parceiros”. Young

(2000) denota tendências semelhantes nos Estados Unidos, Israel, e Japão, e Smillie & Helmich (1999) argumentam que a tendência é comum a todos os países da OCDE.

A relação estreita entre as organizações da sociedade civil e o poder político representa uma importante mudança na política e posicionamento das primeiras, que até aos anos 90, em geral, se estabeleceram formando oposição a este poder e mantiveram propositadamente a distância da esfera pública (Landim, 1993; Medeiros, 2008). A crescente proximidade entre o poder político e as organizações da sociedade civil cria alguns desafios, que já foram brevemente discutidos pela literatura (Sanyal, 1997; Brown et al., 2008; Fisher, 1997; Haque, 2002), tais como a desresponsabilização do Estado enquanto garante dos direitos básicos dos cidadãos e o desvio dos interesses das organizações da sociedade civil, que nem sempre cumprem o seu propósito para que a necessidade da sua existência não seja eliminada.

Um dos principais desafios, atualmente, é também o de investigar o papel da esfera política – políticos e partidos políticos – em todo este cenário, dado que tanto os partidos políticos como as outras organizações da sociedade civil procuram representar os interesses da sociedade. Abaixo, analisaremos em mais detalhe a relação entre partidos políticos e organizações da sociedade civil, nomeadamente entre partidos políticos e OSC que são também grupos de interesse.

Tanto os partidos políticos como os grupos de interesse agregam interesses e preferências individuais e transformam-nas em exigências coletivas, procurando influenciar a forma e o conteúdo das políticas públicas; ambos os termos excluem também grupos totalmente desorganizados de indivíduos. No entanto, o foco principal da sua atividade difere significativamente: os partidos políticos são mais frequentemente orientados para uma gama mais vasta de temas políticos do que os grupos de interesse; além disso, estes têm como objetivo obter cargos públicos concorrendo a eleições, enquanto os grupos de interesse são tentativas organizadas de influenciar a política pública que não implicam uma candidatura a um cargo público (Beyers et al., 2008, pp. 1119-20; Peters, 1999, p. 118; Schmitter, 2001, pp. 70-1).

Segundo uma abordagem “meso” (Allern & Bale, 2012, p. 10), o conceito de “relação” refere-se geralmente à forma como os partidos e os grupos de interesse interagem enquanto organizações, se comportam e lidam umas com as outras. Duverger foi um dos primeiros autores a estudar as relações entre partidos e grupos de interesse através de uma perspetiva organizacional, estrutural e formal. Os partidos de massas socialistas, utilizados como exemplo na sua investigação, cresceram fora dos parlamentos, assentes em movimentos sindicais, cooperativos e *friendly-societies*

(Duverger, 1954/1972). Segundo Duverger, as interações mais fortes manifestaram-se em partidos com uma estrutura em que os membros eram coletivamente filiados em sindicatos (um membro de uma das estruturas era obrigatória e necessariamente membro da outra), o que resultava numa interação formal entre ambas as estruturas. A forma exata como os partidos poderiam interagir com os grupos de interesse quando não existia tal filiação não foi elaborada (Duverger, 1954/1972; Rawson, 1969, p. 316; von Beyme, 1985), embora Duverger (1968, pp. 455-8) tenha mais tarde categorizado as possibilidades de interação em: nenhuma ligação, subordinação formal ou informal do grupo de interesse ao partido, subordinação formal ou informal do partido ao grupo de interesse, ou cooperação igualitária (permanente ou *ad hoc*) entre grupo de interesse e partido. A literatura posterior sobre partidos socialistas demonstrou, mais especificamente, que partidos e grupos de interesse poderiam ainda interagir através de comités de ligação, sobreposição e intercâmbio de cargos e filiações, e outras atividades coletivas comuns (Harrison, 1960; Kassalow, 1963; Koelble, 1987, p. 256). Interações semelhantes também se desenvolveram entre partidos agrários e sindicatos de agricultores, entre partidos e organizações religiosas e, em menor medida, entre partidos burgueses e associações empresariais na Europa (Allern, 2010).

A relação dos partidos com grupos de interesse em termos de interação organizada e formal tem recebido atenção continuada (Heaney, 2010; Kirchheimer, 1966; Poguntke, 2002). No entanto, começam a surgir também outros indicadores da existência de novas formas de interação entre partidos políticos e organizações da sociedade civil que constituem grupos de interesse. Kvavik (1976), Sundberg (2003) e Wilson (1990) assinalam a dimensão material de interação, apontando transferências de dinheiro, recursos e trabalho como formas de interação indicadoras da existência de uma relação entre partidos e grupos de interesse. Poguntke (2006) sugere ainda um sentido mais abstrato para a ideia de relação, apontando o grau de afinidade ideológica também como uma possível forma de interação e um indicador de relação (ver também Thomas 2001a). von Beyme (1985, p. 191), munindo-se também das dimensões já assinaladas, sugere que as relações se podem enquadrar numa distinção entre cooperação informal, contacto limitado principalmente à vertente financeira e campanhas eleitorais, e integração organizacional através da filiação coletiva de membros do partido. Yishai (2001), por sua vez, argumenta que as interações partidárias com a sociedade civil têm tido historicamente três manifestações: afinidade ideológica, utilização das organizações da sociedade civil pelo partido para fornecer serviços sociais e apoio económico do partido por parte das organizações da sociedade civil.

A *Tabela 1* sumariza os vários entendimentos alternativos das relações entre partidos e grupos de interesse, dividindo as formas de interação em diferentes dimensões, associando-as aos principais estudos que as identificaram.

Dimensões de interação	Contacto	Material	Ideologia
Formas de interação	Filiações coletivas comuns* Comités de ligação* Reuniões/encontros <i>ad hoc</i> Encontros informais Acumulação transorganizacional de cargos	Doações financeiras Transferência de trabalho Partilha de recursos	Níveis de afinidade ideológica
Estudos que as exploram	Duverger (1954) Kirchheimer (1966) von Beyme (1985) Thomas (2001a) Poguntke (2002) Sundberg (2003) Allern et al. (2007) Allern (2010)	Kvavik (1976) Wilson (1990) Yishai (2001) Sundberg (2003)	Thomas (2001a) Yishai (2001) Poguntke (2006)

Tabela 1 - Formas e dimensões de interação entre organizações da sociedade civil que constituem grupos de interesse e partidos políticos. Tabela de elaboração própria. Fonte: Allern, 2012.

*ligações formais. As restantes são consideradas informais.

A investigação sobre este tema não se centra apenas na forma como os partidos e grupos de interesse interagem enquanto organizações. Kitschelt (1994, p. 225), por exemplo, enfatiza o controlo sindical nas nomeações de líderes de alguns partidos e, assim, destaca as relações de poder, tal como Mavrogordatos (2009), que faz uma distinção entre independência – nem o partido nem a organização interferem nos assuntos internos um do outro – , dependência dos grupos – a organização funciona como uma extensão do partido e um veículo para este reforçar a sua ligação aos cidadãos –, dependência partidária – a origem do partido está associada à organização, tornando o primeiro uma extensão da segunda – e interdependência – uma relação de cooperação e complementaridade, em que ambos reconhecem ter papéis e jurisdições distintos, mas trabalham juntos para um objetivo comum. Este último modelo, também denominado de modelo social-democrata, é o mais frequentemente encontrado nas atuais democracias ocidentais e um dos mais relevantes para o futuro das mesmas (Mavrogordatos, 2009).

Alguns identificam também estratégias partidárias face a grupos de interesse, por exemplo em termos de filiação, alianças e cooptação (Schwartz, 2005), e estratégias

dos grupos face aos partidos, em particular no que toca ao contacto com partidos ou grupos parlamentares (Binderkrantz, 2005). Thomas (2001c, pp. 19-21; d, pp. 281-4) analisa as relações no que toca a graus de afinidade ou adversidade ideológica, de (falta de) ligações organizacionais, bem como em termos de estratégias e relações de poder entre partidos e grupos de interesse. Em particular no que concerne a esta última dinâmica, o autor sugere sete principais tipos de relação entre partidos políticos e grupos de interesse: o modelo de integração, em que ambas as entidades são virtualmente idênticas e organizacionalmente muito próximas, levando à criação de uma estratégia comum; o modelo de partido dominante, em que a organização está subordinada ao poder de um ou mais partidos, não conseguindo obter acesso ou exercer influência sem este; o modelo de cooperação/ideologia próxima, em que existe uma relação recíproca entre ambas as entidades, baseada em ideologia, circunstâncias históricas e, por vezes, necessidade política; o modelo de separação/envolvimento pragmático, em que ambas as entidades são bastante independentes e o contacto existente é numa lógica *ad hoc*; o modelo de não-envolvimento, em que não existem relações diretas entre ambas as entidades; o modelo de competição/rivalidade, em que ambos competem enquanto veículos de representação da sociedade; e o modelo de conflito/confronto, em que, normalmente motivadas por questões ideológicas, são levadas a cabo ações de confronto como protestos e boicotes (Thomas, 2001d).

Para que se possa ter uma visão completa e integral das relações entre organizações da sociedade civil que constituem grupos de interesse e partidos políticos, é necessário ainda analisar a intensidade e a proximidade destas relações. No final dos anos 50, os partidos políticos começaram a agregar, a nível ideológico, os interesses e valores que uniam as diferentes partes da sociedade, enfraquecendo assim as suas raízes em clivagens estruturais e culturais e, conseqüentemente, os laços formais com grupos de interesse que as representavam (Kirchheimer, 1966, p. 186). Numa sociedade mais plural, tanto os partidos como os grupos de interesse preferem ter mais autonomia um do outro, procurando não afastar possíveis eleitores (p. 193). Kirchheimer descreve este fenómeno como uma tendência nas democracias ocidentais, o que acaba por ser corroborado por outros autores (Streeck & Hassel, 2003, p. 343; Webb, 1994, pp. 114–15; Sundberg, 2003). Assim, as ligações de carácter organizacional e estrutural, ou seja, as ligações formais (assinaladas na *Tabela 1*), parecem estar mais fracas, sendo cada vez menos as organizações formalmente associadas a um partido político.

Os estudos realizados não mapeiam, porém, a força dos laços informais dos partidos com as organizações (Poguntke, 2006), pelo que estas interações permanecem relativamente inexploradas a este nível, ainda que se saiba que acontecem

frequentemente. Naturalmente, a falta de interação formal não significa necessariamente uma separação completa de outras organizações. As organizações partidárias, por exemplo, têm estado – e podem ainda estar – ligadas à comunidade de grupos de interesse através de liderança e filiação sobrepostas, ou seja, da acumulação transorganizacional de cargos¹ (Kvavik, 1976, p. 95; Valen & Katz, 1964, p. 312); os partidos podem também procurar estabelecer novos tipos de ligações, por exemplo, convidando grupos de interesse a participar na redação do seu manifesto (Selle, 1997). Em suma, as interações dos partidos com a sociedade civil não têm necessariamente diminuído, embora possam ter-se tornado mais superficiais e, conseqüentemente, informais (Webb, 1994, pp. 128-9). Segundo o autor, uma das principais causas este fenómeno reside nas mudanças sociais rápidas a partir dos anos 60, que trouxeram uma maior mobilidade ocupacional e geográfica aos cidadãos, fazendo com que fizesse cada vez menos sentido que os partidos políticos estivessem formalmente ligados a organizações representativas de determinados grupos socioeconómicos. Além disso, a crescente desilusão dos cidadãos com os partidos políticos levou a que a sociedade civil deixasse de querer ser diretamente associada a estes, de forma a continuar a ser atrativa (Webb, 1994, p. 129).

Ainda que sobretudo de forma informal, continua a ser do interesse de ambas as partes que as interações não desvançam. As motivações por detrás do estabelecimento de interações são diferentes para os partidos políticos e para as organizações. Os partidos políticos visam ganhar eleições e exercer o poder de governação. Os grupos de interesse são alicerces essenciais para a criação de uma estrutura de apoio político e, por isso, os partidos dedicam uma enorme quantidade de trabalho, tempo e recursos para identificar quais os grupos da sociedade que podem ser potenciais votantes (Maisel & Berry, 2010). Além disso, a literatura tem vindo a olhar para os partidos políticos como cada vez mais incapazes de cumprir a sua função de intermediários entre a sociedade e o Estado, desempenhando um papel cada vez menos decisivo na socialização política e progressivamente menos capazes de mobilizar e integrar os cidadãos no processo democrático (Dalton e Wattenberg, 2000). Pelo contrário, a sociedade civil torna-se cada vez mais central na compreensão contemporânea da política democrática, e um potencial modelo alternativo para a

¹ Filiação sobreposta (ou acumulação transorganizacional de cargos) e filiação coletiva comum são termos diferentes. O primeiro refere-se à situação em que um membro de uma organização da sociedade civil é, voluntariamente, também membro de uma estrutura partidária, sendo que não há qualquer ligação formal entre ambas as organizações. O segundo refere-se à situação em que um membro de uma organização da sociedade civil é automática e necessariamente também membro de uma estrutura partidária, ou vice-versa, sendo que ambas as estruturas estão ligadas formalmente.

mesma (Edwards, 2004; Purdue, 2007). Nas palavras de Lawson e Merkl (1988, p. 3), "a instituição 'partido' está gradualmente a desaparecer, sendo lentamente substituída por novas estruturas políticas mais adequadas às realidades (...) da política do século XXI".

A literatura que analisa os partidos políticos modernos sugere que a sua evolução pode ser caracterizada por uma tendência de mudança, e não de declínio (Daalder, 2002). Katz e Mair (1995) argumentam que, embora os partidos possam ter os seus laços com a sociedade enfraquecidos, conseguiram compensar através da sua enraização no Estado e da utilização dos seus recursos para sobreviverem, em particular através da utilização de "recursos públicos de forma particularizada com objetivos políticos" (Müller, 2000, p. 141). Isto poderá ter implicações na relação entre os partidos e a sociedade civil, uma vez que pode levar ao estabelecimento de uma relação instrumental, em vez de uma relação mais orgânica e participativa, com o propósito de obter benefícios eleitorais (Ignazi et al., 2005). As organizações da sociedade civil podem também estar abertas a uma relação instrumental, uma vez que esta lhes permite o acesso a recursos estatais e promove a representação dos seus interesses na elaboração de políticas (Kopecky & Mudde, 2003, p. 6). Minkin (1991, pp. 653-4), por outro lado, defende que existem outros fatores de caráter não-instrumental também são importantes: a "consciência de movimento", "regras" organizacionais de unidade e projetos e objetivos históricos comuns.

A investigação já existente sobre as relações entre organizações da sociedade civil e os partidos políticos abre caminho para a análise deste tema em Portugal. Os partidos políticos em Portugal continuam a ser as "instituições políticas chave" (Bruneau, 1997, p. 19), dado a sua representação exclusiva no parlamento e a sua capacidade de distribuir os recursos governamentais tanto a nível nacional como local (Jalali, Silva & Silva, 2012). A reforçar este cenário está a indiferença da população perante o papel da sociedade civil no reforço da democracia – 53% da população considera que o seu contributo não é positivo nem negativo (Serra-Silva & Oliveira, 2022).

As relações dos partidos com a sociedade civil em Portugal são também marcadas por motivações instrumentais, com o objetivo principal de consolidar o eleitorado (Jalali, Silva & Silva, 2012), sendo que os partidos têm um histórico de "invasão do Estado" (Blondel, 2002, p. 235), usando os recursos estatais dos quais dispõem para compensar a falta de raízes na sociedade (Jalali, Silva & Silva, 2012), e de serem "mais atores institucionais do que atores sociais" (Pridham, 1990, p. 113).

É ainda de notar que a sociedade portuguesa tem uma história pautada por movimentos associativos fracos e um número relativamente baixo de organizações da sociedade civil (Hamann & Manuel, 1999, p. 73), destacando, por exemplo, o facto de que a participação em organizações de voluntariado é inferior à média da União Europeia (Rose, 2006, p. 16). Em anos recentes, o envolvimento associativo em Portugal tem-se caracterizado pelo reduzido número de membros, ainda que por uma alta intensidade de participação (Serra-Silva & Oliveira, 2022). Adicionalmente, a sociedade civil portuguesa é focada principalmente na prestação de serviços e fortemente dependente de financiamento do governo (Franco et al., 2005, p. 21). Este financiamento é habitualmente discricionário e *ad hoc*, o que acentua assimetrias nas dinâmicas de poder (Jalali, Silva & Silva, 2012).

O diagnóstico feito à realidade portuguesa levanta outras questões sobre a dinâmica das relações entre partidos políticos e organizações da sociedade civil, nomeadamente sobre a forma como estas últimas interagem com os partidos. De forma geral, a população portuguesa considera que a participação em trabalhos parlamentares e o estabelecimento de relações de proximidade com decisores políticos são importantes instrumentos de que a sociedade civil dispõe para influenciar políticas públicas (Serra-Silva & Oliveira, 2022). Assim, torna-se essencial investigar potenciais relações mais profundas entre as partes, estudar a possibilidade de partidarismo dentro da sociedade civil e aprofundar a natureza bidirecional destas interações (Jalali, Silva & Silva, 2012).

As relações entre as organizações da sociedade civil que também constituem grupos de interesse e os partidos com representação parlamentar em Portugal seguem a tendência da OCDE, pelo que não se tem verificado a existência de ligações formais fortes entre ambos (Lisi, 2022). Pelo contrário, verifica-se uma aposta na interação informal com atores da sociedade civil. Esta passa por: contactos através de *e-mails*, reuniões ou telefonemas; convites para participar em eventos/iniciativas. As motivações por detrás das interações são de carácter instrumental, dado que os partidos procuram informações e feedback sobre a implementação de políticas, e a sociedade civil procura não só influenciar as políticas, mas também controlar agenda política e reforçar a sua legitimidade (Lisi, 2022).

Procurando estudar a participação política jovem da atualidade em Portugal, a análise das organizações da sociedade civil e do seu relacionamento com atores do sistema político é útil para perceber um pouco melhor os jovens enquanto *ethos* político. Em Portugal, a participação política da juventude segue a mesma tendência do panorama internacional. Ainda que a participação convencional coletiva dos jovens

tenha exibido um declínio, verifica-se um aumento na dimensão cívica da participação política (Costa et al., 2021). Assim, no que diz respeito à participação não-eleitoral, os jovens não participam menos do que o resto da população (Magalhães & Moral, 2008), sendo que Portugal é inclusivamente um dos países onde o rácio entre as taxas de participação dos jovens e dos mais velhos é mais elevado (Magalhães, 2021, p. 4). Dentro do leque das formas de participação não-convencional, a pertença e participação em grupos ou associações foi uma das que aumentou entre os jovens portugueses, comparando dados de 2015 e 2020 (Costa, 2021). Uma das tipologias de associações que ganhou mais relevância foi a das associações juvenis ou estudantis, para as quais a taxa de participação subiu de 9% para 11% (Costa, 2021, p. 36).

Em Portugal, o Movimento Associativo Estudantil é inseparável da história da democracia (Cardina, 2008b) e, conseqüentemente, da participação política não-convencional. Os estudantes, em particular os estudantes do Ensino Superior, têm levado a cabo uma série de ações de luta política, movidas por “um conjunto variado de causas [que] acelera a politização do conjunto estudantil” (Cardina, 2008a). A força do Movimento Associativo Estudantil transcende, inclusivamente, a “contestação académica” e transforma-se numa “contestação pedagógica e ideológica”, olhando para “a luta por uma “Universidade Nova” como um elemento indissociável da luta por uma “Sociedade Nova”” (Cardina, 2008a). As Crises Académicas de 1962 e de 1969, a luta contra a propina na década de 90, a afirmação contra a Prova Geral de Acesso, e a mobilização também em torno de assuntos não-académicos como a Guerra Colonial são exemplos de momentos em que o Movimento Associativo Estudantil português reclamou o seu papel preponderante na definição de políticas públicas, através de ações de participação política de destaque (Pintassilgo, Andrade & Beato, 2019).

Perante um movimento estudantil politizado, os partidos políticos em Portugal têm particular interesse em manter relações com esta facção da sociedade civil. Um estudo de 1996 procurou perceber se existe uma “integração do associativismo estudantil no quadro das lógicas, interesses, estratégias e dinâmicas partidárias” (Gomes & Lima, 1996, pp. 121-2), tendo concluído que o associativismo estudantil é visto pelos partidos como um “espaço (...) de que não querem ou não podem prescindir, precisamente porque a preservação desse espaço está ligada à proteção dos interesses permanentes das (...) organizações partidárias” (Gomes & Lima, 1996, p. 152). O principal interesse é o de “capitalização de um real ou artificial apoio da juventude”, visto que este meio “[constitui] um terreno propício à aplicação de estratégias que visem [o interesse mencionado anteriormente]” (Gomes & Lima, 1996, p. 152). Mais recentemente, um estudo recente sobre A Participação Política da Juventude em Portugal procurou abrir

as primeiras portas para a análise das relações entre as estruturas partidárias e as estruturas associativas do Ensino Superior português. Uma das evidências demonstrada por este estudo é a de que as estruturas partidárias procuram articular-se com o movimento associativo académico enquanto estratégia de mobilização dos jovens (Silva & Costa, 2021). Porém, à semelhança do que acontece com as restantes organizações da sociedade civil, ainda pouco se sabe sobre todas as formas de interação entre ambos e sobre a natureza bidirecional destas relações.

3. Metodologia

De forma a explorar e analisar as características da relação entre o movimento associativo estudantil do Ensino Superior e os partidos políticos em Portugal, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas a presidentes de estruturas associativas estudantis em funções entre 2019 e 2022. Os dados recolhidos foram posteriormente tratados através da análise temática de conteúdo.

3.1. Caracterização da amostra

A amostra desta investigação é composta por 18 atuais e antigos presidentes de estruturas associativas estudantis do Ensino Superior português. 14 entrevistados são do sexo masculino e 4 do sexo feminino. Os 18 entrevistados representam 12 estruturas associativas estudantis de diferentes regiões do país – Açores (1 entrevistado), Algarve (2 entrevistados), Aveiro (1 entrevistado), Beira Interior (1 entrevistado), Coimbra (1 entrevistado), Évora (3 entrevistados), Lisboa (2 entrevistados), Madeira (1 entrevistado), Minho (2 entrevistados), Porto (1 entrevistado) e Trás-os-Montes (1 entrevistado). A amostra inclui ainda uma EAE com um âmbito de ação nacional (2 entrevistados). O período de análise é 2019 a 2022, sendo que a amostra inclui 5 participantes que estiveram em funções em 2019, 7 em funções em 2020, 6 em funções em 2021 e 5 em funções em 2022 – 6 participantes completaram dois ou mais mandatos dentro do período temporal definido.

O processo de recolha de dados teve início com o contacto de todos os presidentes das estruturas associativas estudantis selecionadas cujos mandatos foram durante o período de análise definido, o que fez um total de 31 indivíduos contactados para participar na investigação. A recusa em participar ou a falta de resposta – após múltiplas tentativas de contacto – por parte de 13 indivíduos culmina na amostra final de 18 participantes.

Esta é uma amostra não-probabilística intencional, tendo sido propositadamente selecionada “a partir de critérios de diversificação em função de variáveis que, por hipótese, são estratégicas para obter a maior diversidade possível de opiniões face ao objeto estudado” (Guerra, 2006, 41). Para o efeito desta investigação, ‘diversidade’ significa pluralidade de estruturas associativas estudantis, distribuição geográfica, e pluralidade científica e de subsistemas de Ensino Superior.

A escolha de uma amostra que integra Federações e Associações Académicas, de entre as várias estruturas associativas do Ensino Superior, prende-se com alguns motivos. Em primeiro lugar, pretendeu-se selecionar estruturas associativas estudantis

com ação política, que se fazem ouvir relativamente a assuntos que pautam a vida política nacional. Excluem-se, por isso, associações como Júnior Empresas e outras cujo trabalho foge da esfera política, restando então Associações de Estudantes, Associações Académicas e Federações Académicas.

Em segundo lugar, entre estas três tipologias de associações estudantis, as Federações e Associações Académicas mostram-se como as opções preferidas pois, juntas, permitem ter uma perspetiva global do Ensino Superior português, não só no que toca à demografia e geografia, mas também no que toca à representação da pluralidade científica no Ensino Superior. Importa ressaltar que as Federações Académicas escolhidas agregam Associações de Estudantes das Universidades de Lisboa e do Porto e de vários Institutos Politécnicos, que, habitualmente, transferem a competência de ação política fora-Academia para a Federação que integram. Por isso, excluem-se intencionalmente Associações de Estudantes da amostra.

Os 18 entrevistados representantes das 12 Federações e Associações Académicas que compõem a amostra permitem, então, uma representação fiel do movimento associativo estudantil nacional, sendo que esta amostra garante:

- Homogeneidade a nível nacional, cobrindo todas as NUTS II;
- Pluralidade de tipologias de estruturas associativas estudantis, sendo que a amostra inclui 2 dos 3 tipos de estruturas associativas com ação política;
- Pluralidade científica, integrando estruturas associativas que cobrem todas as áreas científicas do Ensino Superior português e os subsistemas universitário e politécnico.

3.2. Recolha de dados – entrevistas de elites semiestruturadas

Weiss (1994, p. 1) fala sobre a importância das entrevistas enquanto veículo de acesso às "experiências interiores" do entrevistado. Através deste processo "podemos saber aquilo que pessoas percebem e a forma como interpretam as suas percepções". Podemos também "aprender sobre a forma como os acontecimentos afetam os seus pensamentos e sentimentos" e aceder "ao significado que as suas relações têm [para eles]". Assim, para uma investigação deste carácter, as entrevistas mostram-se como o método mais adequado. A complexidade do estudo em causa, que envolve relações entre estruturas, que se materializam em interações entre pessoas, exige uma análise com uma profundidade que as entrevistas permitem. Ademais, um dos objetivos desta investigação prende-se com perceber a forma como os entrevistados interpretam as relações entre a sua estrutura associativa e partidos políticos, pelo que uma análise com

esta subjetividade e profundidade se mostra mais compatível com este instrumento qualitativo de investigação.

Desta forma, as entrevistas associadas a este projeto de investigação foram conduzidas e analisadas com a consciência de que as respostas às questões colocadas serão sempre pessoais e não podem ser desassociadas do contexto de cada entrevistado e da maneira como estes se integram no ambiente que os rodeia. Assim, a atitude que será assumida com esta análise qualitativa será, nas palavras de Rubin & Rubin (2011), “This is what I found” e não “This is the way it is” – ou seja, os resultados desta investigação não serão generalizáveis.

As entrevistas foram realizadas entre março e novembro de 2023, de forma *online*, via Zoom e Microsoft Teams. Os entrevistados consentiram a participação na investigação através da assinatura da declaração de consentimento informado (ver Anexo 3). Ademais, aceitaram também, no momento da entrevista, a gravação áudio da mesma, tendo sido assegurado o completo anonimato das respostas. De modo a cumprir esta garantia, as citações utilizadas ao longo do texto permitem apenas distinguir os entrevistados uns dos outros, através de numeração feita de forma aleatória.

As entrevistas conduzidas foram semiestruturadas, tendo sido orientadas por um guião previamente preparado (ver Anexo 2). É de notar, porém que, em algumas entrevistas, foram colocadas questões de *follow-up* não planeadas, motivadas pelas respostas obtidas; além disso, algumas respostas eliminaram a necessidade de se fazer certas perguntas subsequentes, pelo facto de a informação que se pretendia obter já ter sido recolhida. Assim, o grau de controlo da entrevista foi moderadamente elevado.

As entrevistas foram de carácter tópico, orientadas pelo cumprimento dos objetivos de investigação; assim, destas entrevistas esperavam-se – e obtiveram-se – factos, descrições de acontecimentos, explicações de fenómenos, exemplos úteis, mas também interpretações e perceções dos entrevistados sobre os mesmos.

Tendo em conta a amostra da investigação, as entrevistas conduzidas são consideradas entrevistas de elites. Ainda que existam múltiplas definições de elites e diversas interpretações sobre quais os indivíduos que poderão enquadrar-se nesta categoria, esta investigação considera a definição de Hochschild (2009), que vê elite como “uma pessoa que é escolhida pelo nome ou cargo por uma razão particular, em vez de aleatória ou anonimamente”.

Hochschild (2009) e Harvey (2011, pp. 433-434) defendem que, particularmente quando se trata de entrevistas de elites, o estabelecimento de uma relação de confiança entre o entrevistador e o entrevistado é essencial para garantir a fiabilidade dos dados recolhidos, pois a confiança promove a honestidade. Assim, o entrevistado foi informado desde o primeiro contacto sobre:

- O âmbito e propósito da investigação;
- O porquê de integrar a amostra selecionada;
- O tempo previsto de duração da entrevista;
- A forma como a informação recolhida seria utilizada;
- A forma como os resultados da investigação seriam divulgados;
- O carácter anónimo do tratamento e apresentação de dados.

A literatura defende que se deve evitar fazer perguntas fechadas a elites, pois estas “não gostam de ser colocadas no colete-de-forças das perguntas fechadas. Preferem articular as suas opiniões, explicando por que pensam da forma que pensam” (Aberbach & Rockman, 2002, p. 674). Assim as perguntas planeadas foram maioritariamente abertas, prevendo a possibilidade de haver a necessidade de fazer perguntas fechadas, de *follow-up*.

Dada a proximidade entre os entrevistados e a entrevistadora, tendo em conta a faixa etária e o círculo social, o estilo do discurso procurou ser informal e foi utilizada a segunda pessoa, aquando das interpelações ao entrevistado.

3.3. Análise de dados – análise temática de conteúdo

A análise temática foi utilizada como método de análise dos dados obtidos através das entrevistas. A análise temática, tal como descrita por Braun & Clarke (2006), é uma abordagem sistemática e flexível que permite a identificação e interpretação de padrões, temas e significados recorrentes nos dados. A escolha da análise temática foi motivada pela sua adequação para captar a complexidade dos dados qualitativos, pela sua natureza tanto dedutiva como indutiva e pela sua capacidade de proporcionar uma compreensão pormenorizada e com nuance das perspetivas dos participantes.

A abordagem adotada foi sobretudo dedutiva (Braun & Clarke, 2006), tendo-se procurado tratar os dados à luz das dimensões e formas de interações entre organizações da sociedade civil e partidos políticos identificadas pela literatura. Todavia, não se excluiu a abordagem indutiva (Patton, 1990), pelo que esta investigação aborda alguns temas que emergiram diretamente dos dados, assegurando assim que a análise permanecesse intimamente ligada às experiências dos participantes.

Os dados foram analisados ao nível semântico, sendo que os temas foram essencialmente analisados dentro dos significados explícitos ou superficiais dos dados. O processo analítico envolveu uma progressão da *descrição* para a *análise e interpretação*; ou seja, numa primeira instância, os dados foram organizados de modo a serem resumidos e revelar padrões no conteúdo semântico; em segundo lugar, procedeu-se à tentativa de deduzir conhecimento dos dados, assim como possíveis significados e implicações mais amplas (Patton, 1990). Todavia, quando justificável, olhou-se também ao nível latente, que procurou a leitura do subtexto e dos pressupostos e ideias subjacentes aos dados Braun & Clarke (2006).

4. Análise de Dados

A seção de análise de dados da presente investigação procura aprofundar a compreensão das dinâmicas que pautam as interações entre estruturas associativas estudantis e partidos políticos em Portugal.

Neste capítulo, já será possível cumprir grande parte dos objetivos de investigação, enumerados anteriormente. Numa primeira instância, mapeiam-se as interações entre as estruturas associativas estudantis e os partidos políticos. Numa segunda instância, definem-se as relações entre ambas as estruturas ao nível da proximidade e amplitude, i.e., mede-se a quantidade e intensidade de interações verificadas e quantifica-se a rede total de interações. Além disso, descreve-se a dinâmica que envolve estas relações, quer ao nível de relacionamento e trabalho, quer ao nível de influência e poder, o que é essencial para posteriormente descrever as relações entre ambas as estruturas relativamente à estratégia e ao equilíbrio de poder, considerando o modelo teórico. Finalmente, investigam-se, segundo a perspetiva dos entrevistados, os efeitos destas relações para a estrutura associativa estudantil.

Este capítulo, por conseguinte, não só apresenta os resultados obtidos, como também os analisa e interpreta, abrindo portas para o capítulo seguinte, onde se enquadrarão as interações identificadas no modelo teórico que a literatura sugere. Neste sentido, este capítulo está já estruturado respeitando as dimensões e formas de interação definidas pela literatura, após uma visão geral da ação política das EAE e dos seus padrões de interação com diferentes *stakeholders*.

Seguem-se ainda três notas a ter em conta para uma compreensão clara deste capítulo e seguintes:

1. O termo “partido político” é usado enquanto termo genérico para agregar todas as estruturas partidárias sob um partido político. O termo é utilizado quando se pretende fazer referência a várias estruturas sob um partido político ou quando não é certo qual a estrutura a que um entrevistado se refere.
2. Ainda que haja participantes dos géneros masculino e feminino, todos são referidos como “o entrevistado” ou “o presidente”, de modo não só a facilitar a leitura, como também a garantir o anonimato dos participantes. Dado o número reduzido de mulheres entrevistadas, a sua singularização poderia levar a que fossem mais facilmente identificadas.

3. A legenda de cada gráfico contém o número de respostas consideradas para a elaboração do mesmo. Dado que nem todos os entrevistados responderam a todas as questões, esta nota esclarece o n a ser considerado para cada um.

4.1 A ação política das estruturas associativas estudantis

Em primeiro lugar, importa dizer que todos os entrevistados classificam a estrutura associativa estudantil que presidiram como um elemento do sistema político de participação cívica. Todos os participantes dizem ter agido politicamente, enquanto presidentes da EAE, pois procuraram interagir com o sistema político, expressar preferências e reivindicações, e moldar decisões políticas.

“[Temos] um trabalho político muito vincado, político e reivindicativo.” (E13)

“As [EAE] são essenciais para um bom funcionamento da democracia, as [EAE] são fundamentais para o fortalecimento da democracia dentro das [IES], e também para a representação estudantil.” (E10)

“[As EAE] servem para trazer [a] público, os problemas dos estudantes, e foi por isso que elas nasceram, e é por isso que foram sempre a origem de grandes revoltas e de grandes movimentos políticos associados aos estudantes.” (E14)

Os entrevistados afirmam ter focado a sua ação política em diversas áreas que afetam a vida estudantil. A Figura 1, abaixo, reúne as temáticas trabalhadas pelas estruturas associativas estudantis, distribuídas consoante o número de entrevistados que as mencionaram.



Figura 1 - Distribuição de temáticas trabalhadas pela EAE. Dados obtidos através da questão “Quais são/eram as principais prioridades políticas da EAE?”. Número de respostas consideradas (n): 18.

A escassez de habitação acessível e digna (mencionada por 12 dos 18 entrevistados), é, ao momento, a maior barreira de acesso ao Ensino Superior enfrentada pelos estudantes.

“O facto de trabalharmos e de apresentarmos medidas no âmbito da habitação também passa mesmo por aí, porque, neste momento, [a cidade onde a EAE está sediada] é a quarta cidade mais cara do país para se estudar, numa região [...] que está bastante distante dos grandes centros urbanos.” (E5)”

Também o reforço da **ação social** (mencionado por 10 entrevistados) é uma prioridade política marcante, com o propósito de reduzir desigualdades entre condições socioeconómicas dos diferentes estudantes do Ensino Superior.

“Um objetivo era garantir que as questões socioeconómicas dos estudantes não interferiam [no] seu percurso e [no] seu processo de elevador social, e que, independentemente do lugar de onde vinham e [do] tamanho da sua carteira, não iria influenciar no seu percurso académico, não iriam ter mais barreiras do que aquelas que já temos todos.” (E5)

A questão da habitação lidera inequivocamente a lista de prioridades políticas dos líderes estudantis. Estes acreditam que a inacessibilidade da habitação, reforçada pela sua escassez, é, de forma geral, a principal barreira no acesso ao Ensino Superior e, particularmente, “uma condicionante à liberdade de escolha dos jovens sobre a Instituição de Ensino Superior na qual querem estudar” (E8). Os entrevistados assumem esta como a principal prioridade por ser aquela que, dizem, “mais afeta os estudantes neste momento” (E8). A solução para este problema passa, por um lado, pelo investimento na “construção e requalificação de residências universitárias públicas” (E10), através do cumprimento do Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES), tornando o acesso ao alojamento estudantil menos volátil ao mercado privado; por outro lado, o reforço da ação social, também reivindicado pela maioria dos entrevistados, garantirá aos estudantes uma maior disponibilidade de rendimento mensal, que os ajudará a suportar não só os valores praticados no mercado privado de habitação, mas também outras despesas básicas associadas à vida estudantil, como “a alimentação e os materiais escolares” (E10).

A **redução dos custos primários do Ensino Superior**, que incluem propinas, taxas e emolumentos (mencionada por 8 entrevistados) é também uma das lutas do movimento associativo estudantil, cujo objetivo é democratizar o acesso ao Ensino Superior.

“Todas aquelas barreiras que impedem que os estudantes entrem ou frequentem o ensino superior [devem ser] terminadas, nomeadamente a propina zero a nível da licenciatura, limitar as propinas de mestrado.” (E9)

A preocupação com os custos primários do Ensino Superior, que abrangem a propina, taxas e emolumentos, i.e., os pagamentos que os estudantes fazem à sua IES, está, notoriamente, abaixo da habitação e da ação social. Conhecida historicamente como a principal luta do movimento estudantil, a defesa da propina-zero encontra-se agora em segundo plano na lista de prioridades dos dirigentes estudantis. Ainda que muitos dirigentes continuem a defender a redução progressiva da propina, culminando na propina-zero, estes consideram que “os custos secundários de estudar no Ensino Superior são hoje muito maiores do que [...] os custos primários” (E11), daí uma priorização da criação de soluções para os primeiros. Os entrevistados acrescentam ainda uma perspetiva à discussão sobre a propina-zero, referindo que esta poderá ser uma medida de “imparidade social”, criando uma realidade em que “quem não consegue pagar uma propina não paga, e quem consegue também não paga” e que, por isso, contraria a progressividade que pauta “os outros sistemas a nível nacional” (E11), como é o caso do sistema fiscal.

Fica, assim, assente que as preocupações de carácter económico e financeiro são as mais importantes para os dirigentes estudantis entrevistados. Não são, todavia, as únicas. Esta investigação sugere que as EAE têm preocupações que ultrapassam largamente a esfera económica e que são transversais às diferentes dimensões do Ensino Superior. Surgem então outras preocupações no seio das EAE que revelam a sua vontade de ter influência sobre diferentes matérias relacionadas com o Ensino Superior.

A atualização do Sistema de Ensino Superior, leia-se a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regulamento de Atribuição de Bolsas a Estudantes do Ensino Superior (mencionada por 6 entrevistados), é também uma prioridade para os entrevistados, que consideram que o modelo jurídico atual está desatualizado e não responde às necessidades atuais das IES.

“Em 2018, [...] o próprio Ministro reconhece que os Institutos Politécnicos podem dar doutoramentos. Quando isso surge, é necessário alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo, onde isto está definido, e alterar o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. Portanto, tínhamos um decreto-lei feito pelo governo que dava uma indicação, mas que não era

exequível. E, portanto, se não alterássemos estas duas leis, não seria possível lecionar doutoramentos no Ensino Politécnico.” (E17)

A **descentralização e despolarização do Ensino Superior**, materializadas numa política de coesão territorial que iguale as condições dos estudantes do Ensino Superior em todo o país (mencionadas por 5 entrevistados) são urgentes para os entrevistados, que consideram que as IES fora de Lisboa e Porto não são vistas como prioridade pelos órgãos de Governo.

“Não se ouvia falar [da cidade onde a EAE está sediada], e o nosso problema era esse, o nosso foco era meter as [restantes IES] a serem faladas da mesma forma como era o Porto e Lisboa, porque os problemas do movimento não são só em Lisboa e no Porto. [A cidade onde a EAE está sediada] tem problemas de alojamento, [...] tem problemas de ação social... Quer dizer, não se pode focar só nos grandes centros, porque se esses problemas existem nos grandes centros, e se se pensa em formas de resolvê-los, para nós era óbvio que nós também tínhamos esses problemas e que éramos esquecidos.” (E6)

Dada a natureza deste tópico, torna-se também relevante fazer uma análise geográfica e referir que esta preocupação não foi mencionada por nenhum presidente cuja EAE representa estudantes de IES em Lisboa ou no Porto. Isto pode significar que estes presidentes não reconhecem a existência de um problema de centralização e polarização do Ensino Superior, ou que, ainda que podendo reconhecer a ocorrência deste fenómeno, não o veem enquanto um problema cujo combate mereça ser uma prioridade política. No entanto, na sua generalidade, a natureza das prioridades políticas mencionadas pelos líderes estudantis de Lisboa e do Porto não difere daquelas mencionadas por todos os outros, o que sugere que as IES nos grandes centros urbanos não estão numa posição particularmente vantajosa em relação às restantes no que concerne às preocupações políticas aqui mencionadas, contrariamente à percepção dos 5 entrevistados que o afirmam.

Os entrevistados focaram também a sua ação política na **inovação e atualização pedagógica** (mencionada por 5 entrevistados), reforçando a importância de garantir que os métodos pedagógicos do Ensino Superior acompanham a evolução da sociedade e prepara os estudantes para as necessidades do mundo de trabalho do futuro.

“Nós falámos muito sobre como é que queríamos mudar a educação. Ou seja, aquela questão de não ser unidirecional, de não ter uma educação “à antiga”, e de tentar trabalhar esses temas.” (E16)

É feita, também, referência à **internacionalização do Ensino Superior** (mencionado por 2 entrevistados), alertando para a necessidade de simplificação e desburocratização dos procedimentos a cumprir pelos estudantes estrangeiros – em particular os provenientes dos PALOP – que escolhem ingressar no Ensino Superior em Portugal.

Outra coisa sobre a qual nós nos debruçámos foi sobre a questão dos estudantes PALOP em Portugal [...]. As condições diplomáticas em que [os estudantes PALOP] vêm eram “do piorio”, [...] o tempo que tinham de ir perder para lá em burocracias [...], uma violência que não havia necessidade nenhuma. E depois, se não nos diziam logo quando chegavam que queriam ser trabalhadores, não lhes perguntavam se queriam trabalhar enquanto estudavam. E se não diziam, o visto já não vinha como trabalhador-estudante, vinha só um visto para estudante, e depois já não podiam trabalhar.” (E7)

A atualização do sistema de Ensino Superior, a atualização e inovação pedagógica, descentralização e despolarização do Ensino Superior e a internacionalização do Ensino Superior têm uma importância conjunta relativamente elevada. Estas preocupações têm em comum a vontade de reforçar a participação dos estudantes: por um lado, na definição das políticas públicas relacionadas com o Ensino Superior; por outro, na determinação do seu próprio processo de aprendizagem e vivência académica. É de notar ainda que a vontade de atualizar as bases jurídicas do Ensino Superior é largamente motivada pela defesa do “aumento da representatividade estudantil nos órgãos de governo das IES” (E3). É possível, então, verificar uma intenção de fazer com que o papel dos estudantes vá para além da reivindicação e da influência e se transforme num papel de decisão. Os entrevistados defendem que os estudantes não podem apenas ficar-se pela integração em grupos de interesse, devem ter um papel mais ativo na definição das políticas para o Ensino Superior, com uma preocupação particular para com a representatividade das diferentes regiões do país.

O **desporto, a saúde e o bem-estar** (mencionado por 8 entrevistados) são vistas como áreas de investimento insuficiente por parte das IES e da Tutela do Ensino Superior, mas essenciais para garantir o bem-estar dos estudantes e, conseqüentemente, o cumprimento da missão do Ensino Superior.

“Não se via esforços por parte do Governo [nem da IES] para trabalhar esta temática [...]. O Ensino Superior não forma só futuros profissionais, forma também pessoas, e não conseguimos construir uma sociedade se as pessoas não estiverem bem ou se não houver uma boa saúde mental.”
(E18)

A **sustentabilidade** (mencionado por 2 entrevistados) é vista como uma preocupação cívica que, ainda que exterior à esfera do Ensino Superior, assola a vida dos jovens e, por isso, deve constar da agenda política.

“Nós [...] tentámos implementar muitas medidas a nível de passar uma mensagem da necessidade de mudarmos os nossos hábitos, não só comportamentais, mas também a nível do ambiente. Eu acho que isso era uma política muito importante a passar, e continua a ser uma prioridade política que deveria ser enfrentada. Tem de ser, logo desde o início, um cariz pedagógico, em que começamos a colocar certos pontos para debate e queremos realmente provocar alguma mudança, porque isso vai ser uma situação muito difícil que nós vamos atravessar.” (E11)

O **acesso ao emprego** (mencionado por 2 entrevistados) é, igualmente, um problema que assola a juventude, que receia não poder beneficiar de condições de trabalho dignas após a saída do Ensino Superior.

“Um dos grandes problemas era com as ordens profissionais, portanto o acesso à profissão. Juntávamos as escolas de educação muitas vezes para falar daquilo que estava a acontecer com o Ministério da Educação e com os professores. Juntávamos as escolas de saúde para falar do Sistema Nacional de Saúde e das principais bandeiras para os estudantes ingressarem com ordenados dignos.” (E17)

As três áreas de ação acima mencionadas – desporto, saúde e bem-estar, sustentabilidade e acesso ao emprego – sugerem que as EAE procuram atuar sobre várias áreas transversais à vida estudantil, mas não necessariamente diretamente relacionadas com o Ensino Superior. Estas estruturas identificam-se como instituições “comunitárias” e “eccléticas” (E10) que pretendem ter uma perspetiva holística sobre o ecossistema estudantil do Ensino Superior. Deste indicador podemos depreender a vontade das EAE de expandir o seu espetro de ação e de serem reconhecidas como vozes não só dos estudantes, mas da juventude. Não obstante, estas são notoriamente consideradas prioridades menores pelos entrevistados, que preferem, ainda assim, manter o foco da sua ação em matérias do Ensino Superior.

A **gestão da pandemia da COVID-19** no meio estudantil (mencionado por 3 entrevistados) foi também uma preocupação dos entrevistados, que trabalharam para garantir que a qualidade do ensino não fosse posta em causa durante este período, assim como o bem-estar dos estudantes.

“A partir desse momento, a nossa prioridade foi [...] propor soluções para as dificuldades que os estudantes e as famílias estavam a sentir com a pandemia; foi uma altura em que muita gente perdeu o emprego, perderam rendimentos; o facto de as pessoas terem de ir para casa expôs algumas debilidades do ponto de vista de acesso a computadores, acesso à internet; o foco foi perceber quais eram as dificuldades agravadas pela pandemia, fortalecer o sistema de ação social e o sistema de apoio e desenhar novas medidas para que as pessoas pudessem continuar a sua vida de estudante dentro da normalidade possível.” (E13)

A preocupação com a gestão da pandemia da COVID-19 surge, inevitavelmente, como prioridade política para os dirigentes estudantis cujo mandato é do ano de/posterior a 2020, dado o impacto que esta teve no funcionamento e organização das IES, tal como em múltiplos outros aspetos da vida pública. Esta referência é indicadora da capacidade de adaptação e de ajuste à realidade que as estruturas associativas estudantis possuem. Estas são capazes de redefinir prioridades e canalizar ações consoante as necessidades e circunstâncias.

4.2 Interação das estruturas associativas estudantis com outros agentes e entidades

A ação política liderada pelos presidentes das estruturas associativas estudantis manifesta-se de diferentes formas. Porém, o método de ação política que todos têm em comum é a negociação e discussão de problemas, propostas e soluções com outros agentes e *stakeholders* do Ensino Superior.

“Eu lembro-me que, a esse nível, nós fizemos bastantes reuniões pelo país inteiro, e tentámos agendar reuniões com agentes decisores para poder fazer-nos ouvir.” (E6)

“Nós, muitas propostas, discutíamos com a Universidade [...]. Mas através de partidos políticos também, nós fazíamos algumas reuniões, e também através de outras entidades nacionais, regionais, fazíamos chegar as nossas propostas, os nossos pontos de vista.” (E2)

“O trabalho que nós fazíamos era um trabalho com muitos stakeholders envolvidos” (E9)

Os agentes e *stakeholders* do Ensino Superior mais mencionados pelos participantes foram múltiplos e de diversos níveis. A Figura 2, abaixo, distribui os agentes com os quais as estruturas associativas estudantis interagem consoante a frequência com a qual estes foram mencionadas pelos entrevistados.

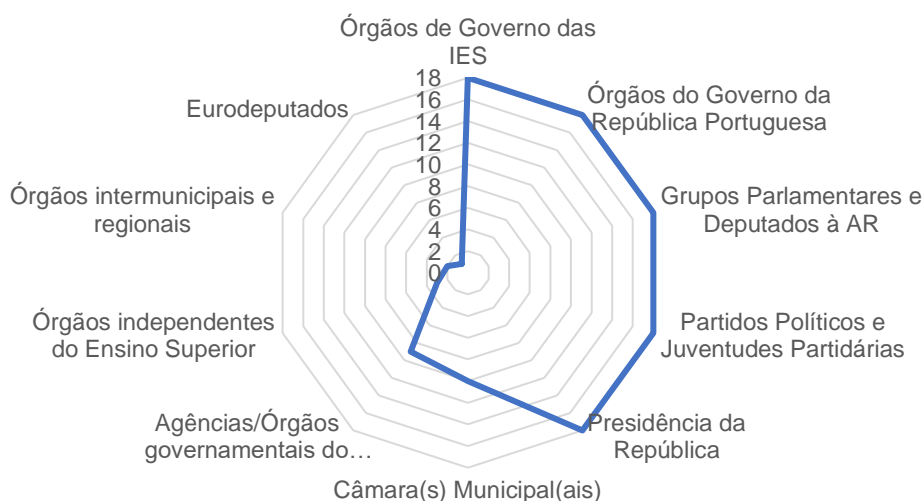


Figura 2 - Distribuição dos stakeholders com os quais os entrevistados interagiram. Dados obtidos através da questão “Costumas/costumavas discutir estas propostas e medidas com outros agentes/entidades? Se sim, quem?”. Número de respostas consideradas (n): 18.

Em primeiro lugar, destacam-se os **órgãos de Governo da(s) respetiva(s) Instituição(ões) de Ensino Superior**, agente mencionado pelo total de 18 entrevistados. Este foi caracterizado pelos entrevistados como o “parceiro mais próximo” (E9) de trabalho, com o qual a interação era “constante” (E13), sendo que, na maioria das vezes, “havia um contacto semanal” (E10). Tendo em conta que a área de atuação das EAE e o espaço onde mais atividades e iniciativas organizam é/são a(s) sua(s) Instituição(ões) de Ensino Superior, os entrevistados dizem tentar ao máximo “estabelecer pontes e relações de confiança” (E6) com os Órgãos de Governo das IES, pois “é preferível tê-los como aliados a tê-los como antagonistas” (E11) para a realização do seu trabalho. Neste caso, as interações partiam de ambas as partes e materializavam-se tanto formal como informalmente, “desde reuniões, a chamadas e mensagens” (E18). Estas interações eram motivadas por assuntos de “trabalho e gestão corrente da [IES] e da [EAE], assim como definição de políticas e estratégias internas” (E18).

Os **Órgãos do Governo da República Portuguesa** foram também mencionados por todos os 18 entrevistados. Em destaque encontra-se a Tutela do Ensino Superior, constituída pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e pelas Secretarias de Estado do Ensino Superior e do Desporto e da Juventude, com quem todos os presidentes entrevistados interagiram; também o Ministério dos Assuntos Parlamentares, o Ministério da Saúde, o Ministério da Habitação e o Ministério da Defesa foram mencionados, por apenas 1 entrevistado cada.

As interações com a tutela do Ensino Superior partiam sobretudo da mesma, que “convocava o movimento [associativo estudantil] para discutir os temas na agenda política do Ensino Superior” (E5). Estas interações eram maioritariamente formais, na forma de reuniões de trabalho institucionais, ainda que 4 presidentes admitam ter também feito chamadas telefónicas com os gabinetes do Ministério e Secretarias de Estado. Os temas abordados nestes encontros foram as prioridades políticas mencionadas na secção anterior, ainda que os presidentes admitam “ajustar as reivindicações consoante a altura do ano” – “falava-se do acesso ao Ensino Superior com antecedência suficiente para que pudessemos propor medidas para o ano letivo imediatamente seguinte” (E11). Relativamente a este agente, importa destacar que os presidentes em funções em 2019 e 2020 afirmam que o contacto estabelecido com o MCTES, incluindo a SEES e a SEDJ, era “*ad hoc*” (E13) e “insuficiente”, sendo que havia uma interação “menor do que o que seria necessário” (E15). Por outro lado, os presidentes mais recentes tendem a crer que o contacto estabelecido era “suficiente” e “regular” (E16), estabelecido com a “maior periodicidade possível” (E5). Estes afirmam

ainda que “felizmente, as reuniões são agora mais frequentes” (E16), o que justificam através da mudança de Ministério decorrente das eleições legislativas do início de 2022, que se mostra agora “mais disponível para [os] ouvir” (E18).

Relativamente aos Ministérios que não tutelam o Ensino Superior, o contacto estabelecido foi formal, i.e., em reuniões de trabalho institucionais, “esporádico” (E8), “consoante necessidade, para tratar assuntos específicos” (E5), a pedido das EAE. De notar que também estes Ministérios se mostraram “acessíveis” e disponíveis para aceitar “a agenda de trabalho que a [EAE] propunha para a reunião” [E10], o que sugere, considerando também o que é mencionado acima, que o XXII Governo da República tem maior disponibilidade para auscultar os representantes dos estudantes do Ensino Superior relativamente ao Governo anterior.

O total de 18 entrevistados teve também contacto com **grupos parlamentares e deputados à Assembleia da República**, quer através de reuniões de trabalho institucionais, quer através de contactos mais informais em forma de chamadas telefónicas e mensagens. As reuniões partiam, na sua grande maioria, da iniciativa das EAE; os temas em discussão eram também as prioridades políticas da EAE, que olham para este trabalho como um “complemento às discussões com o Governo” (E8), no sentido de “colocar o maior número de decisores [políticos] possível a falar sobre o que [as] preocupa.” (E5). Todavia, importa dizer que a EAE procurava ajustar os temas que levava a discussão consoante o grupo parlamentar/deputado com quem reuniam, com o objetivo de tornar a discussão mais eficaz – “com o CDS, não valia a pena falar de propina-zero. Guardávamos isso para a esquerda e falávamos antes do reforço da ação social” (E10). Além destas reuniões individuais com cada grupo parlamentar/deputado, 5 entrevistados mencionaram que um conjunto de EAE foi também ouvido em audiência pela Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República. No que toca aos contactos informais, estes aconteceram com deputados singulares que, decorrente do seu trabalho de criação de propostas de lei para o Ensino Superior, contactavam presidentes de EAE para pedir as suas visões e contributos para essas propostas. Também ao mesmo nível estão os **partidos políticos e juventudes partidárias**, com quem todos os 18 entrevistados afirmam também ter interagido, de forma semelhante com a qual interagiram com deputados/grupos parlamentares, i.e., com a mesma direção e natureza de interação, com os mesmos objetivos, movidas pelos mesmos temas. As interações com partidos políticos – incluindo também grupos parlamentares e deputados à AR – serão analisadas em mais detalhe na secção seguinte.

Todos os 18 entrevistados mencionam também que a sua EAE teve contacto com a **Presidência da República**, incluindo na pessoa do **Presidente da República**. O Presidente da República convoca anualmente o movimento associativo estudantil do Ensino Superior para uma reunião de trabalho institucional, com o objetivo de “auscultar as estruturas” (E6). Os temas trazidos pelas EAE eram, novamente, as suas principais prioridades políticas, reforçando a discussão com os Órgãos de Governo e com os grupos parlamentares/deputados à AR. Além do Presidente da República, 3 entrevistados reuniram também com Consultores da Casa Civil para solicitar o apoio da Presidência da República para a implementação de projetos e iniciativas da EAE. De forma geral, as EAE percecionam a Presidência da República como “acessível” e “com muito tato”, com intenção de estabelecer uma relação “próxima e cordial” (E10) com o movimento associativo estudantil.

A(s) Câmara(s) Municipal(ais) que gerem as regiões onde as EAE se sediam é/são um agente com o qual 10 entrevistados mantiveram contacto. Esta interação inclui o Executivo e o Conselho Municipal da Juventude. De forma geral, os entrevistados dizem recorrer ao executivo municipal formalmente, sobretudo para “questões logísticas e operacionais relacionadas com a organização de eventos” (E1), como autorizações camarárias, empréstimo de material, etc. Todavia, 5 entrevistados dizem também ter atuado sobre as suas prioridades políticas com o Município, nomeadamente para “a construção de alojamento estudantil a preços acessíveis” (E3) e para criação conjunta de iniciativas de ação social, como “[programas] de atribuição de bolsas a estudantes do Ensino Superior” (E15). O envolvimento com o Conselho Municipal da Juventude limitou-se a uma participação relativamente passiva, pautada pela “integração meramente formal [neste conselho]” (E5). Ainda que existente, nota-se uma menor força reivindicativa das EAE perante as Câmaras Municipais comparativamente aos órgãos políticos nacionais. Apesar de serem também um agente com poder político e de decisão, as autarquias são percecionadas pelos entrevistados como “menos capazes de atuar sobre os problemas dos estudantes”, pois a maior parte requer “ação nacional” (E5), daí a escolha das EAE de canalizar a sua ação política para o poder nacional.

Numa terceira instância, estão as **agências ou órgãos governamentais que trabalham na área do Ensino Superior**, nomeadamente a Direção Geral do Ensino Superior (DGES), a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), o Conselho Coordenador do Ensino Superior (CCES) e a Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação (ANE+EF). Estas entidades foram mencionadas por 9 dos entrevistados, que reconhecem nestas o papel de “executores das políticas definidas pelos órgãos

políticos” (E17). A par de procurar influenciar a criação de políticas públicas, os entrevistados querem ser parceiros para a sua execução, pelo que o contacto com estes agentes é igualmente indispensável, “complementar e consequente” (E9) do trabalho realizado perante os órgãos políticos de decisão. Também o contacto com estes agentes era de carácter formal, impulsionado sobretudo pelas EAE.

Com alguma importância encontram-se também **órgãos independentes que se caracterizam como grupos de interesse na área do Ensino Superior**, com os quais 3 dos entrevistados mantiveram contacto. Estes incluem o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), a Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP) e a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP). Incluídos nos grupos de interesse estão também sindicatos, como a Federação Nacional da Educação (FNE) e o Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup). Estas entidades eram vistas como potenciais parceiros pelos presidentes das EAE, que procuravam que estas “ajudassem a luta dos estudantes do Ensino Superior e subscrevessem as [suas] preocupações” (E12). O principal objetivo desta tentativa de aliança era, então, exercer maior influência política perante os agentes de decisão. Por isso, o contacto entre ambas as partes partia da iniciativa das EAE e era de natureza formal.

Órgãos intermunicipais, como a Assembleia Intermunicipal, e **regionais**, como a Direção Regional do Desporto, a Direção Regional da Juventude e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), foram mencionados por 2 dos entrevistados. Para estes entrevistados, as entidades referidas assumiam um papel semelhante ao das autarquias, pelo que o contacto estabelecido pautava pela formalidade e pela iniciativa da EAE, estando o foco também na agenda política da mesma.

Um dos entrevistados mencionou ainda encontros com os **deputados portugueses ao Parlamento Europeu**. O principal propósito deste contacto era o de expandir a ação da EAE para a “arena europeia do Ensino Superior” (E13). As reuniões institucionais, solicitadas pela EAE, revelavam-se, porém, “muito menos proíficas” comparativamente às tidas em Portugal, dado que “o espaço europeu de ensino superior [...] ainda é muito incipiente [e] é uma matéria que ainda [é muito orientada por] regulação nacional” (E13). Por estes motivos, esta linha de ação “não era uma prioridade” (E13).

De forma geral, é clara a prioridade dada pelas EAE a decisores políticos nacionais enquanto entidades com quem discutir prioridades políticas. Além das IES; para os

entrevistados, estes são os agentes com quem o contacto é essencial para a materialização da ação política das EAE. O caso do movimento associativo estudantil do Ensino Superior em Portugal corrobora o estudo de Baker (1999), que afirma estar a verificar-se uma tendência de interação cada vez mais forte entre o poder político e as organizações da sociedade civil

Nota-se também uma predominância do contacto formal, caracterizado por reuniões de trabalho institucionais, ainda que não se possa ignorar o estabelecimento de contactos informais, sobretudo com membros de órgãos de governo das IES e dos poderes executivo e legislativo da República Portuguesa – o que refuta a perceção comum de que estes agentes são pouco acessíveis. Genericamente, o contacto é estimulado pelas EAE, que acreditam que ter uma extensa rede de contactos lhes permite cumprir o seu desígnio de “colocar o Ensino Superior na agenda pública” (E6).

A interação com um leque de *stakeholders* alargado e diverso revela o *modus operandi* preferido do movimento associativo estudantil - “a forma de intervenção das estruturas [é] muito menos mobilizadora, de grandes eventos, de manifestações públicas, ou de grandes massas, e passou a ser de tentar estabelecer uma relação mais constante de influência institucional mais direta com os decisores, a todos os níveis.” (E13). Esta tendência recente reflete a importante mudança na política e posicionamento das OSC, que anteriormente procuravam formar oposição ao poder político e distanciar-se da esfera pública (Landim, 1993; Medeiros, 2008).

4.3 Interação das estruturas associativas estudantis com partidos políticos

Após esta análise das interações entre as estruturas associativas estudantis e outras entidades com ação política, o foco vira-se, particularmente para os partidos políticos. Os dados indicam já a existência de interações entre EAE e partidos políticos; porém, a investigação tinha também como objetivo perceber como estas se materializam. Neste sentido, as secções abaixo exploram mais a fundo as características destas interações.

Os dados foram recolhidos de forma a procurar categorizar posteriormente as interações entre as EAE e os partidos políticos nas dimensões definidas pela literatura: contacto, material e ideologia; a seguinte secção da análise de dados espelha, igualmente, essa categorização.

4.3.1 Contacto

Tal como mencionado anteriormente, o total de 18 entrevistados afirma ter tido contacto, de diversas formas, com estruturas partidárias (EP) – partidos políticos e/ou as suas respetivas subestruturas para a juventude. Nesta secção, o contacto com membros de estruturas partidárias inclui interação com candidatos a deputados e deputados municipais, candidatos a deputados e deputados da nação, candidatos a eurodeputados e eurodeputados, e líderes partidários nacionais, distritais e concelhios. No caso das subestruturas para a juventude, estão incluídos militantes de órgãos nacionais, distritais e concelhios. De notar que, para efeitos desta investigação, só foram considerados partidos políticos com assento parlamentar à data do mandato enquanto Presidente da EAE completado pelos entrevistados.

Todos os entrevistados tiveram encontros/reuniões formais *ad hoc* com estruturas partidárias, onde eram discutidos temas ligados ao Ensino Superior, e onde ambas as partes apresentavam visões, propostas e soluções.

“Nós reuníamos [com os partidos políticos] e apresentávamos o que tínhamos a apresentar.” (E3)

“E também, em agenda, procuramos falar com os diversos grupos parlamentares, para também tentar fazer-lhes chegar as nossas posições.” (E5)

“Reunimos com [...] os partidos que se estavam a candidatar [...]. Recebemos, por exemplo, [Deputada do PS], que posteriormente foi Ministra, e também era Ministra na altura. Recebemos representantes do

PSD, do CDS, do Bloco de Esquerda, de todos os partidos que se estavam a propor, pelo círculo eleitoral que tinham.” (E10)

A Figura 3 distribui as reuniões tidas entre os presidentes entrevistados e as EP, distinguindo os entrevistados que reuniram com todos os partidos políticos daqueles que não reuniram com todos, destacando também o motivo por detrás da posição dos últimos.

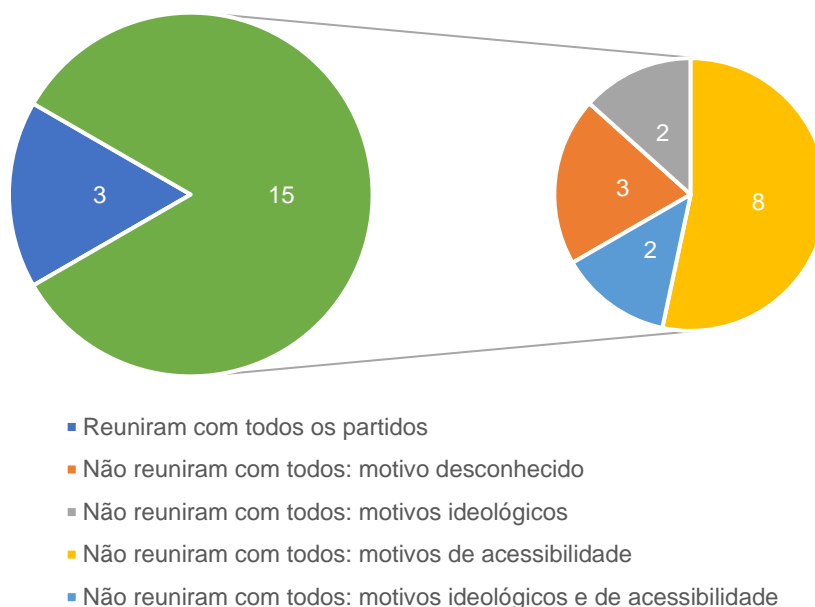


Figura 3 - Distribuição de reuniões com EP por entrevistado e por motivo. Dados obtidos através das questões “Enquanto Presidente da EAE, alguma vez participaste em reuniões ou outros encontros com partidos políticos? Ou elites partidárias? Que tipo de encontros?” e “Quais as razões de maneres contacto com os partidos mencionados e não outros?”. Número de respostas consideradas (n): 18.

Dos 18 entrevistados, 3 afirmam ter reunido formalmente com todos os partidos. Os restantes não reuniram com todos os partidos por diferentes motivos (de notar que alguns dos candidatos listam mais do que um motivo). Entre os 15 entrevistados que afirmam não ter reunido com todos os partidos políticos, 3 não revelaram quais os partidos com quem não reuniram, nem os motivos pelos quais não o fizeram.

Falta de acessibilidade é invocada por 10 entrevistados como razão para não reunirem com todos os partidos. 3 destes não revelam quais os partidos com os quais não tiveram reuniões formais. Entre os partidos percecionados como menos acessíveis pelos restantes 7 entrevistados estão o PAN (mencionado por 6 entrevistados), o CHEGA!, o Iniciativa Liberal, o LIVRE (mencionados por 3 entrevistados), o CDS-PP e o PCP (mencionados por 1 entrevistado).

“Era mais fácil chegar a alguns. Aliás, nem todos respondiam.” (E13)

“Q: E vocês tentaram contactar os outros também, mas não obtiveram resposta? R: Sim, sim, todos, várias vezes.” (E15)

Os entrevistados dizem não saber exatamente o porquê de alguns partidos não responderem aos pedidos de reunião; porém, especulam que o tamanho do partido, i.e., a representação parlamentar, tenha influência. Por um lado, os partidos mais pequenos dispõem de “menos recursos humanos” (E13), pelo que podem não ter a possibilidade de participar nas reuniões com as EAE por falta de tempo e de pessoal. Por outro lado, os partidos mais pequenos têm também tendência a se focar em causas-chave, procurando afirmar-se politicamente num seletivo número de tópicos antes de trabalharem em todos os restantes; quando assim o é, o Ensino Superior fica para segundo plano, dado “não ser um tema tão relevante para a generalidade da população” e “não ser potenciador de votos” (E18).

Ao agregar os 3 entrevistados que reuniram com todos os partidos políticos aos 10 que afirmam que a inacessibilidade explica o facto de não o terem feito, revela-se uma predisposição dos entrevistados a estender a sua rede de contacto ao longo do espectro político. De forma geral, os presidentes mostram vontade e interesse em reunir com todos os partidos políticos, ou, pelo menos, com a larga maioria, numa tentativa de “reafirmar a [sua] imparcialidade” (E5) e de “representar os interesses de uma comunidade estudantil com diferentes ideologias” (E14).

Este desígnio, porém, embate, em alguns casos, no seu limite quando se trata de partidos que defendem ideias antitéticas àquelas que são, na perceção dos entrevistados, basilares à EAE. 4 entrevistados apresentam motivos ideológicos para não terem reunido com todos os partidos políticos, sendo que excluíram apenas o partido CHEGA!.

“Especialmente naquela altura, [...] o CHEGA! era um partido extremamente radicalizado. E não acreditávamos que existisse uma ponte de ligação entre um partido tão radicalizado e aquilo que fossem as nossas propostas, ou aquilo que quiséssemos passar como mensagem. (E11)

“Por motivos ideológicos, motivos históricos [...] Se calhar, há quem aponte que é um bocadinho contraditório não recebermos um partido constitucionalmente enquadrado, mas a verdade é que a [EAE] acredita que esse partido choca com os interesses da democracia, choca com os interesses da liberdade.” (E10)

Estes entrevistados justificam a decisão de não reunir com o CHEGA! com o facto de acreditarem que “ideologicamente [apenas] faz sentido discutir com partidos que reveem no Ensino Superior uma prioridade para o país”, apontando o CHEGA! como um partido que “nem sequer discute o Ensino Superior” (E18) e que “choca com os interesses da democracia [e] da liberdade” (E10) que as EAE promovem. Além disto, é de notar que 2 dos 3 entrevistados que não reuniram com o CHEGA! por este não ter respondido dizem ter ficado “contentes” e “aliviados”, pois reunir com partido ia contra a sua vontade pessoal e apenas a “obrigação institucional” (E9) os movia.

Importa referir que 4 entrevistados afirmam ter tido contacto mais regular com determinadas estruturas partidárias, o que se materializava em reuniões/encontros formais mais frequentes e/ou em comunicações informais bidirecionais. Entre os motivos por detrás deste fenómeno está a detenção do poder governativo, que faz com que a EAE tenha mais interesse em criar ligações ao partido, pois era este que tinha capacidade de agir perante as reivindicações da EAE.

“Eu não nego que eu [...] tivesse mais proximidade com o PS e com o [BE] do que tinha com o PSD, mas de longe. Eu tive sempre uma relação com o PSD muito institucional, e com o PS já tinha uma relação pessoal, de tantas vezes falar com as pessoas. Pronto, eles é que tomavam as decisões, no fim de contas. E eu julgo que o facto de alguém estar no poder [...] influencia o nível de contacto que tu tens com esse partido.” (E8)

Também a valorização percecionada que o partido dá ao Ensino Superior era um fator que pesava na frequência de contacto entre as EAE e os partidos políticos, tendo as primeiras assumido que preferiam interagir “com quem se preocupasse com as mesmas causas” (E17).

“Eu posso dizer que [...], tinha maior proximidade com dirigentes do PSD e com dirigentes do PS. Houve uma altura em que criei uma boa relação com um deputado [...] do Bloco de Esquerda, porque era alguém que se dedicava muito ao ensino superior. No PCP, a [deputada do PCP] acabava por estar também muito participativa. E no CDS, a [deputada do CDS-PP] também tinha essa proximidade connosco. Portanto, acabava por ter estas ligações, porquê? Porque eles trabalhavam o assunto, nós também, e muitas vezes trocávamos opiniões, mas era sempre algo muito construído na base do diálogo e pouco na base do político.” (E17)

Da mesma forma, o dinamismo das estruturas partidárias também influenciava a frequência de interação destas com as EAE. As EAE tinham interações mais frequentes com as estruturas que mais atividade tinham na sua área geográfica de atuação.

“Efetivamente a Juventude Comunista era a mais participativa [...]. E tínhamos com a [...] JSD. O Bloco de Esquerda aqui [...] é muito ativo e tínhamos muita relação com eles também.” (E3)

2 dos entrevistados referem que foi, inclusivamente, criada uma relação de carácter pessoal com alguns membros de elites partidárias, sendo que o contacto transcendeu a dimensão meramente institucional. Estas afirmações sugerem que o contacto entre EAE e EP pode dar origem à criação de relações entre pessoas – no caso, entre o presidente da EAE e um membro de uma EP. Ambos os entrevistados dizem ter criado laços que se mantiveram até depois do presidente da EAE cessar funções, relações estas que se manifestam “até hoje” através de “conversas e trocas de opiniões sobre o Ensino Superior” (E17) e “participação em outros projetos comuns” (E7).

Importa também analisar a tomada de iniciativa associada às reuniões/encontros formais *ad hoc*. A Figura 4, abaixo, distribui as reuniões/encontros entre EAE e EP consoante a iniciativa de solicitação para as marcar.

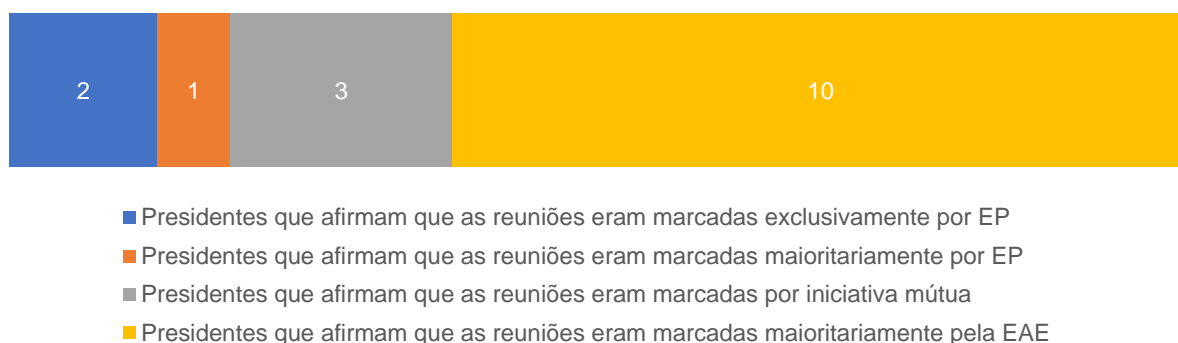


Figura 4 - Distribuição de reuniões consoante a iniciativa de solicitação. Dados obtidos através das questões “Quem agendava as reuniões? Os partidos ou a EAE?”. Número de respostas consideradas (n): 16.

Quando perguntados de quem a iniciativa de marcar reuniões/encontros partia, 2 entrevistados disseram ser exclusivamente dos partidos políticos, sendo que a EAE não iniciou contactos para esse fim.

“É assim, geralmente quando se aproximam eleições, recebemos inúmeros convites de reuniões por parte dos vários partidos políticos [...] Q: Então é iniciativa deles marcar essas reuniões? R: Sim, sim, sim.” (E4)

“Não, não tínhamos [contacto com partidos] por iniciativa própria. Recebíamos os partidos, houve partidos que quiseram visitar a [EAE], quiseram ouvir os seus anseios, os seus problemas, que quiseram ouvir contributos.” (E1)

Estes dizem ter-se sentido mais confortáveis em não contactar partidos políticos de forma a proteger a imagem da EAE, pois temiam que fazê-lo pudesse “pôr em causa o apartidarismo da estrutura” (E1). Ao reunir apenas com os partidos políticos que os contactavam, a EAE não podia ser acusada de “quebrar a barreira da independência” (E4) que deve marcar a relação entre ambas as estruturas. É de notar, porém, que a maioria dos entrevistados considera que contactar os partidos políticos não viola qualquer independência; pelo contrário, é “parte essencial do trabalho político da [EAE]” (E7).

1 entrevistado disse que as reuniões/encontros em que esteve presente foram marcadas maioritariamente por iniciativa dos partidos políticos.

“Dos partidos políticos que não fossem da Câmara, ou que não fossem [associados à] Universidade, por norma eram eles, sim [...], mas nós sempre tivemos uma comunicação muito aberta com todos os partidos.” (E3)

O entrevistado esclarece, no entanto, que isto acontecia não porque a EAE não tivesse intenção ou vontade de contactar os partidos políticos, mas sim porque estes “se adiantavam” (E3).

3 dos entrevistados afirmam que a iniciativa de marcar reuniões/encontros provinha de ambos os lados, em igual medida.

“Depende um bocadinho do fim, do momento [...] e da iniciativa concreta, mas é [...] mútuo.” (E10)

“Diria assim de forma direta, que acontece de parte a parte. Ou seja, nós enquanto representantes no movimento procuramos construir uma agenda que nos leva a participar e a reunir com todos, como também já sucedeu serem os próprios partidos políticos a nos convidarem para perceberem quais é que são os nossos problemas, o que é que queremos discutir, o que é que queremos apresentar, para que também eles tenham base para discutir.” (E5)

Estes entrevistados creem que a iniciativa provém de ambas as partes, ao momento, graças ao trabalho prévio que a EAE fazia junto dos partidos políticos. Se

anteriormente era sempre a EAE que abordava os partidos, agora os partidos políticos foram “consciencializados para a importância destas reuniões, reconhecendo a credibilidade da [EAE]” e, por isso, as reuniões “foram solicitadas por eles” (E18).

10 entrevistados dizem que as reuniões/encontros aconteciam maioritariamente por iniciativa da EAE; apenas pontualmente partiam das estruturas partidárias.

“Normalmente as reuniões eram sempre marcadas por nossa iniciativa.”
(E14)

“A maioria [das reuniões] era convocada sempre por nós. Quanto aos partidos, acho que fomos uma vez chamados.” (E17)

Estes afirmam que tomar a iniciativa de contactar partidos fazia parte da sua “agenda política” (E5) pelo que sempre o fizeram, principalmente em momentos-chave de decisão política, como “antes da discussão do Orçamento do Estado e também antes das eleições” (E2). Admitem não saber com que frequência reuniriam com partidos políticos caso não os contactassem, mas acreditam que os partidos, nesse caso, pudessem tomar mais vezes iniciativa, pois estes “têm mostrado tanto interesse nas reuniões como a [EAE]” (E17).

Em nenhum caso as reuniões/encontros eram marcadas exclusivamente pela EAE, o que significa que, a certo ponto do mandato dos presidentes entrevistados, pelo menos um partido político os contactou com o propósito de agendar uma reunião – nenhum entrevistado afirmou que a iniciativa de marcar reuniões provinha sempre da EAE. Isto sugere que este tipo de interação é bidirecional e também os partidos mostram interesse em manter contacto com as estruturas associativas estudantis.

De forma geral, nota-se uma tendência a serem as EAE a procurar os partidos políticos para reunir e discutir prioridades políticas. Ao identificar-se como um “grupo de interesse” (E9), é natural que o movimento associativo estudantil procure mais afincadamente interagir com as “instituições políticas chave” (Bruneau, 1997, p. 19) em Portugal – os partidos. Porém, é também comum que os partidos políticos tomem a iniciativa de interagir com a sociedade civil, o que se verifica na amostra estudada, com todos os entrevistados a afirmar que foram contactados pelo menos uma vez, por pelo menos um partido, com o propósito de marcar uma reunião/encontro. Destacam-se os partidos mais pequenos, cuja tendência para tomar a iniciativa de marcar reuniões/encontros é, segundo os entrevistados, mais alta.

*“Há partidos que [...] não têm tanto peso [...] na Assembleia da República
- não têm tantos assentos - que por natureza tentam com mais*

proatividade ser eles a marcar as reuniões connosco. E apresentam os líderes nacionais, e até alguns dos seus bastiões para conferir mais peso às suas deslocações à [EAE] e às reuniões.” (E10)

Perante estes dados, torna-se relevante analisar os objetivos, quer das EAE, quer dos partidos políticos, associados a esta forma de interação. Os entrevistados mostraram ter sempre objetivos em mente aquando da realização destas reuniões; em grande parte dos casos, os entrevistados revelam ter múltiplos objetivos. A Figura 5 ilustra os objetivos mencionados e distribuiu-os consoante o número de vezes que foram mencionados.

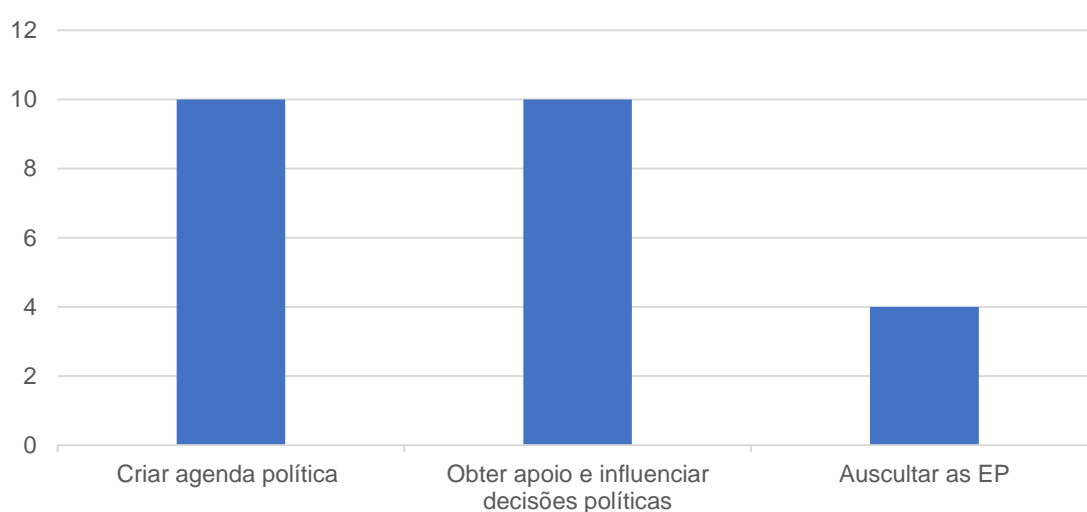


Figura 5 - Objetivos dos entrevistados para as reuniões com EP. Dados obtidos através das questões “O que esperas destes contactos? Obter diferentes visões, conseguir um canal mais forte de apoio a algumas medidas?”. Número de respostas consideradas (n): 16.

Colocar as suas preocupações e reivindicações na agenda política das estruturas partidárias é um dos principais objetivos, mencionado por 10 entrevistados. Os presidentes pretendiam expor as preocupações estudantis e partilhar com as EP as lacunas e necessidades que a EAE identifica no Ensino Superior.

“Portanto, acaba por ser [...] nesses momentos em que fazemos a partilha daquilo que pretendemos e daquilo que são as nossas prioridades.” (E4)

“[O nosso principal objetivo] é colocarmos o máximo de pessoas possível a falar sobre os temas que nós consideramos importantes.” (E5)

De forma geral, os entrevistados têm a perceção de que o Ensino Superior “não é uma prioridade na lista de preocupações dos partidos políticos” (E11), pelo que, antes de querer discutir propostas ou influenciar tomadas de decisão, é preciso primeiro fazer com que estes “queiram saber do Ensino Superior” (E18).

Numa segunda instância, e também mencionado por 10 entrevistados, está, então, o objetivo de tentar obter um canal de apoio nas estruturas partidárias, procurando levar a que a EP adote posições defendidas pela EAE, “construindo uma maioria na Assembleia da República” (E17), com o propósito de influenciar a definição de políticas públicas.

“Queríamos ver as nossas posições vertidas naquilo que eles queriam propor para a educação [...]. Claro que nunca iríamos conseguir fazer com que nós fôssemos os escritores da parte da educação deles, mas se eles tiverem lá propostas e medidas que realmente vertam aquilo que nós queremos, aplaudiríamos sempre.” (E11)

“[O nosso objetivo] acaba por ser a criação de um canal muito mais forte de apoio a medidas da [EAE]. E aquilo que nós queremos acaba por ser um canal muito mais facilitado para que sejamos ouvidos e para que conseguimos que isto tenha impacto.” (E18)

Os entrevistados esperavam conseguir que os partidos políticos compreendessem as preocupações da EAE e aceitassem as suas propostas para as resolver, levando-as a discussão e votação na AR. No fundo, as EAE caracterizam o seu comportamento como “lobby”, direcionado a “defender os interesses dos estudantes” (E7).

O último dos objetivos, enunciado por 4 entrevistados, foi o de auscultar as estruturas partidárias, não só para ficar a conhecer a sua visão sobre as reivindicações da EAE, mas também para obter dados e informações que não possuíam. Ainda que partilhem o mesmo objetivo, os quatro entrevistados têm diferentes motivos para o ter definido. Para 1 entrevistado, auscultar os partidos políticos era importante para obter informações sobre o panorama geral nacional do Ensino Superior que a EAE não possuía. Estes novos dados auxiliariam futuramente a EAE a reformular as suas reivindicações para melhor se ajustarem à realidade nacional.

“Quando começávamos a discussão política, por vezes podiam surgir dados que nós não tínhamos, ou que não sabíamos [...]. Nós utilizávamos muitas vezes essas reuniões para recolher dados, para ouvir.” (E17)

Outro entrevistado valorizava a auscultação enquanto forma de conhecer limitações nas suas propostas que não tinha considerado anteriormente, ou obstáculos externos que impedissem que estas fossem postas em prática.

“E também, através deles, saber o porquê, ou alguns entraves que podiam acontecer com algumas propostas, porque também às vezes acontecia.”

(E2)

O terceiro achava importante auscultar os partidos políticos enquanto forma de perceber as suas posições relativamente a temas do Ensino Superior e o quão semelhantes ou diferentes eram das posições da EAE. Este processo auxiliava a decisão de investir ou não esforços para influenciar o partido político a defender posições da EAE.

“E em terceiro lugar, talvez a auscultação, talvez tentar perceber como é que eles se posicionam, até para percebermos se há ponto de ligação ou não.” (E11)

Por último, um entrevistado procurava auscultar os partidos políticos para, posteriormente, informar os estudantes que a EAE representa sobre a posição de cada partido sobre os diferentes temas do Ensino Superior. Este entrevistado reconhece, assim, na sua EAE um papel informativo e de prestação de contas perante os seus eleitores.

“O objetivo foi [...] conhecer a visão, das [EP]. E fizemos também um relatório de acompanhamento das reuniões. [...]. E depois disponibilizámos no nosso site essa visão. [...] E disponibilizámos isso para os nossos associados, porque acima de tudo também temos essa responsabilidade de mostrar àqueles que representamos que há visões diferentes sobre os mesmos assuntos.” (E10)

Os entrevistados criaram também uma perceção relativamente aos objetivos que os partidos políticos têm para manter a realização destas reuniões. 12 entrevistados acreditam que os partidos políticos veem interesse nas reuniões enquanto veículos para a “execução do seu papel de representação e articulação dos interesses dos seus eleitores” (E17), havendo a necessidade de reconhecer e agregar uma diversidade de perspetivas e necessidades presentes nos vários grupos da sociedade. Esta perceção confirma a teoria de Dalton e Wattenberg (2000), que olham para os partidos políticos como cada vez mais incapazes de cumprir a sua função de intermediários entre a sociedade e o Estado. As reuniões são, assim, oportunidades para os partidos “interagirem com a sociedade civil e demonstrar a sua vontade de trabalhar com e para ela” (E7).

Importa dizer também que 5 dos 16 entrevistados considerados associam o contacto por iniciativa das EP a ações de campanha eleitoral.

“Geralmente quando se aproximam eleições, recebemos inúmeros convites de reuniões por parte dos vários partidos políticos.” (E4)

Por um lado, admitem que os partidos possam querer ouvir as preocupações e propostas do movimento associativo, enquanto contributos para o seu hipotético futuro plano de governo, corroborando o estudo de Selle (1997).

“Houve partidos que quiseram visitar a [EAE], quiseram ouvir os seus anseios, os seus problemas, que quiseram ouvir contributos - porque apanhámos ali umas eleições, quiseram ouvir contributos também da [EAE] e nós tínhamos sempre abertura para isso.” (E1)

Por outro lado, estes entrevistados creem que os contactos avançados pelos partidos políticos eram motivados pelo mero e formal cumprimento da agenda de campanha, “sem interesse genuíno” (E14) na auscultação das estruturas.

“Mas depois também vivia muito da questão dos ciclos políticos. Eu tive muitas reuniões com partidos políticos, normalmente, quando estávamos em autárquicas e os partidos tinham de preencher campanha e vinham lá reunir connosco. Havia pessoas que eu nunca na vida tinha ouvido falar [...], mas que, religiosamente, na altura das legislativas [...], faziam questão de marcar uma reunião. [...]. Mas [...] só acontecia praticamente nesses períodos, não havia muitos convites formais ou informais para reunir fora desses períodos.” (E14)

Importa realçar o caso particular dos partidos menores, que parecem ter objetivos mais específicos. 2 entrevistados consideram que os partidos mais pequenos – entende-se, com menor representação parlamentar – se focam sobretudo no objetivo de “se darem a conhecer e de alargarem as suas bases de apoio” (E8).

“Naturalmente que os partidos mais minoritários, digamos assim, ou com menos representatividade na Assembleia da República, normalmente são aqueles que nos chamam mais. E que se enquadram mais com as propostas ou ideias que as associações possam vir a ter.” (E8)

De forma geral, os objetivos das estruturas associativas estudantis e os das estruturas partidárias ao realizar reuniões/encontros entre si resume-se ao papel que ambas têm no quadro da participação política. As EAE procuram essencialmente

cumprir o seu papel enquanto grupo de interesse, inserido temas na agenda política e tentando influenciar a adoção de políticas públicas; os partidos políticos procuram representar o máximo possível os seus eleitores, tentando construir pontes de diálogo com diferentes grupos da sociedade. Não se pode ignorar, porém, que as EAE têm tendência a interpretar estas ações como sendo eleitoralistas, cingindo-se sobretudo a momentos de campanha eleitoral. Esta perceção leva a uma crença de que a relação entre ambas possa ser, por vezes instrumental, debilitando a confiança dos entrevistados na idoneidade das motivações dos partidos políticos. Esta visão alinha-se com a de Jalali, Silva & Silva (2012), que afirmam que as relações dos partidos com a sociedade civil em Portugal são também marcadas por motivações instrumentais, com o objetivo principal de consolidar o eleitorado.

Todavia, os entrevistados dizem preocupar-se mais com os resultados que as reuniões podem trazer do que com as motivações por detrás destas – “se [a EAE] conseguir cumprir o seu propósito nestas reuniões, não importa o porquê de os partidos as quiserem, desde que elas aconteçam” (E18). Este fenómeno corrobora a literatura de Kopecky & Mudde (2003), que teoriza a abertura das OSC a uma relação instrumental, uma vez que esta lhes facilita o acesso a recursos estatais e promove a representação dos seus interesses na elaboração de políticas.

Finalmente, e ainda relativamente à dimensão ‘contacto’, também a acumulação transorganizacional de cargos é uma forma de interação a analisar. Uma larga maioria de 15 entrevistados afirma não ter estado filiada a nenhum partido político durante o tempo em que exerceu funções de presidente da estrutura associativa. Um destes estava filiado a um partido político anteriormente, mas suspendeu a militância durante o seu mandato na EAE.

A Figura 6 distribui os entrevistados tendo em conta a sua associação formal, i.e., filiação, a um partido político; os não-filiados estão também divididos consoante a influência que o cargo na EAE teve na não-filiação.

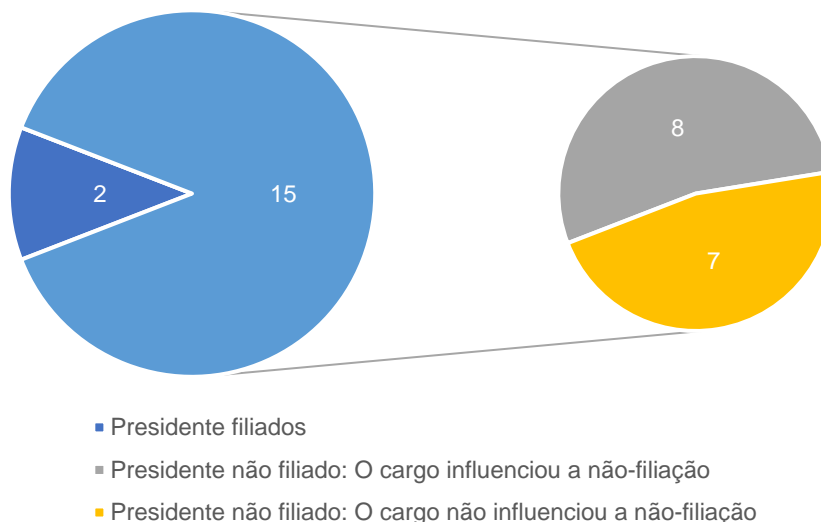


Figura 6 - Distribuição de entrevistados consoante filiação partidária e relação com o cargo. Dados obtidos através das questões “Foste filiado a algum partido político durante o teu tempo enquanto presidente da EAE?” e “Se não, o teu cargo enquanto Presidente da EAE pesou na tua decisão de não te filiares, ou tens outros motivos para não o teres feito?”. Número de respostas consideradas (n): 17.

Entre os 15 presidentes não-filiados, 8 dizem que o cargo de presidente da EAE pesou na sua decisão de não estarem associados formalmente a um partido político durante o(s) seu(s) mandato(s).

“Pesou, pesou muito.” (E12)

“Sim, de facto o meu mandato como presidente teve um impacto na minha decisão, o cargo exigia imparcialidade e neutralidade.” (E2)

De forma geral, os entrevistados creem que ocupar um cargo representativo poderia ser incompatível com a militância partidária, sobretudo devido às consequências negativas que a militância poderia ter para sua capacidade de exercer funções de forma adequada, para a credibilidade da sua estrutura e para a forma como seriam percecionados pelos estudantes.

“Se eu for militante de um partido que é contra a propina zero, por exemplo, como é que eu vou representar estudantes que querem a propina zero? Vou ser capaz de ir contra o meu partido? [Achei] que devia manter essa disponibilidade apenas para os estudantes. Eu sempre o fiz por acreditar nisso, por acreditar que não devia ter bastiões ideológicos que mais tarde pudessem cair sobre mim.” (E11)

“Pesou, pesou sim. [...] Eu entendi que ia ser mais saudável suspender a militância, para não haver qualquer tipo de dúvida sobre a minha

fidelidade, digamos assim. Enquanto dirigente era única e justamente fiel à causa estudantil e não a uma causa partidária.” (E9)

Por outro lado, 7 entrevistados dizem que o seu cargo não teve qualquer peso na decisão de não estar associado a um partido político, pois nunca tiveram intenção de o fazer.

“Nunca tive essa intenção.” (E15)

“Nunca pensei em associar-me, nunca foi uma coisa que me fizesse sentido.” (E16)

Invocam, assim, motivos como não terem interesse em seguir um percurso político partidário ou não se identificarem com as formas de participação política partidária existentes em Portugal.

“Não há nada melhor do que poder fazer política [...] de acordo com aquilo que sentimos que é o necessário. [...]. A [EAE] foi um ponto-chave e que me ajudou bastante a fazer política de forma direta e de forma livre, e quando assim é as causas são mais genuínas e podemos fazer um trabalho mais assertivo.” (E5)

“Gosto de política, e incomoda-me que eu, para poder ser alguma coisa na política, tenha de ser filiada a um partido que já exista. Por esse motivo, [e] por não acreditar que haja um que me satisfaça, não me vejo a filiar a nenhum.” (E3)

Estes 7 entrevistados são um exemplo notório da tendência crescente nos jovens de preferência pela participação política não-convencional, causada por uma descrença no sistema político partidário. Os entrevistados são, tendo em conta o seu cargo, jovens ativos politicamente, que viram na sociedade civil um melhor veículo através do qual canalizar a sua participação.

Entre os 15 presidentes não-filiados, 11 fizeram uma avaliação do impacto que a não-filiação teve no seu trabalho, tendo encontrado tanto vantagens como desvantagens na ausência de filiação. A Figura 7 ilustra a distribuição das opiniões dos entrevistados relativamente ao impacto que a ausência de filiação partidária teve no seu trabalho. Alguns entrevistados avaliam o impacto como sendo, paralelamente, positivo e negativo.

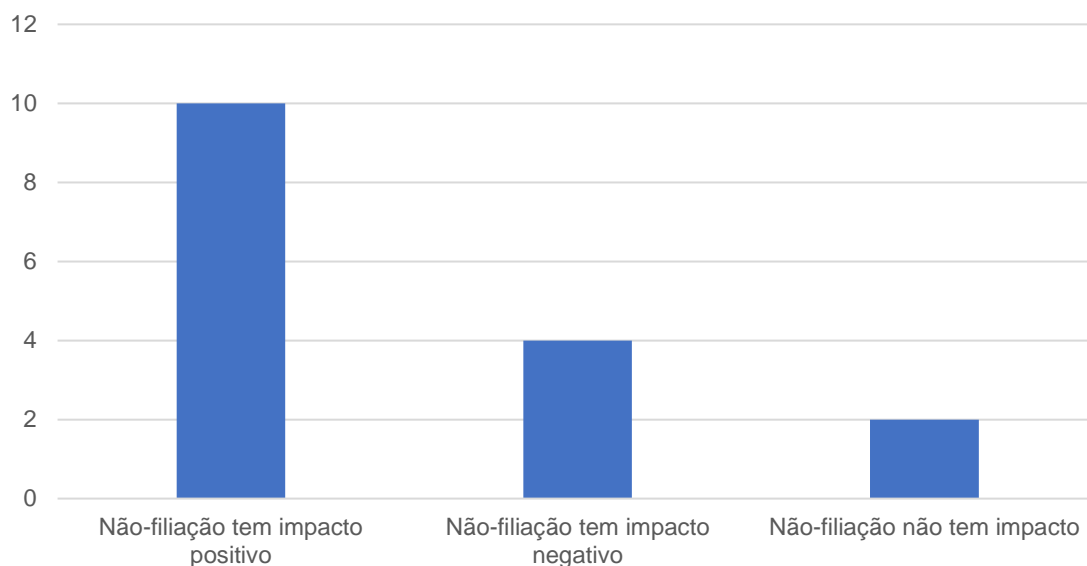


Figura 7 - Distribuição de percepções acerca do impacto da filiação partidária no cargo dos entrevistados. Dados obtidos através da questão “Alguma vez sentiste que a ausência de filiação teve impacto, seja positivo ou negativo, no teu trabalho enquanto dirigente?”. Número de respostas consideradas (n): 17.

10 entrevistados acreditam que não estar filiado é positivo, identificando vantagens como uma maior capacidade de diálogo e negociação com todas as cores políticas e de representar e construir maior confiança com todos os estudantes.

“Eu acho que tem um impacto positivo, porque coloca-nos em pé de igualdade no processo de negociação e de conversações com todos os partidos. Portanto, acabamos por não dever nada a ninguém.” (E5)

“Sempre considerei benéfico não misturar a minha posição com uma filiação partidária. Ou seja, mantive uma posição neutra em termos de filiação política, permitindo concentrarmo-nos exclusivamente nas necessidades dos estudantes, defender as questões académicas de forma imparcial. E isso ajudou-me a criar um ambiente inclusivo e aberto para todos os estudantes.” (E2)

4 entrevistados dizem que a ausência de filiação os impactou negativamente, tendo identificado desvantagens em não estar filiados, nomeadamente uma menor facilidade em fazer com que uma EP ouça e adote as suas posições.

“Acho que há um malefício, que é: se estivesse filiado, quando tivesse uma reunião com o partido no qual estivesse filiado, acredito que teria muito mais impacto, porque havia uma maior audição e credibilidade naquilo que eram as palavras que eu estava a dizer.” (E18)

É de notar, porém, que 3 destes entrevistados sentem que é o facto de não serem filiados especificamente ao partido do Governo da República que os coloca numa posição desvantajosa – não o facto de não serem filiados a qualquer outro. Neste caso, é adicionado à desvantagem anterior o menor acesso a informação relativa a decisões políticas.

“Naturalmente que, nesta fase, se fosse militante do PS, ou estivesse envolvido com o PS, seria mais fácil para mim conseguir fazer chegar propostas minhas, porque neste momento é PS o Governo, e PS tem maioria.” (E8)

“A sensação que eu tinha [...] quando nós tínhamos reuniões com o ministro, ou com quem quer que fosse, era que aquelas reuniões existiam, ou aquelas comunicações existiam, e havia sempre ali um ou outro que tinha uma aproximação para aquele partido, e esse era sempre o ponto de comunicação. Eu não tinha nenhum, portanto não tinha qualquer comunicação a nível nacional em termos políticos com ninguém.” (E3)

2 dos entrevistados afirmam que a ausência de filiação partidária não teve qualquer impacto no seu trabalho, seja este positivo ou negativo.

“Q: Então achas que isso não teve um impacto significativo no teu trabalho? R: Não, não.” (E6)

“Eu não sei se fazer parte de um partido teria tido impacto no meu trabalho. O que eu posso dizer é que, enquanto eu fiz o meu trabalho como Presidente da [EAE], não tendo filiação partidária, nunca senti falta de a ter.” (E13)

A ausência de filiação é indubitavelmente a preferência dos entrevistados, que reforçam a sua “independência” e o seu “apartidarismo” (E16). É relevante, porém, considerar que a diferença entre o número de presidentes para quem o cargo pesou na decisão de não se filiarem e o número de presidentes para quem o cargo não pesou é de apenas 1, o que sugere que, de forma geral, o que os afasta da filiação vai para além do seu cargo. Genericamente, os entrevistados fazem uma avaliação positiva da ausência de filiação e destacam as suas vantagens com mais proeminência. Ainda que identifiquem também desvantagens em não ser filiados, os entrevistados consideram as vantagens “mais importantes” (E4), pelo que reafirmam a sua escolha e dizem que apesar de tudo, “a filiação não compensa” (E6).

Segue-se a análise relativa aos restantes presidentes. 2 entrevistados estiveram filiados a um partido político durante os seus mandatos enquanto presidentes da EAE – um militante do Partido Socialista e outro militante do Partido Social-Democrata.

A motivação por detrás da filiação é a mesma para ambos os entrevistados: acreditar no projeto e nos ideais da estrutura partidária. Ambos se filiaram antes de tomar posse enquanto presidente e, inclusivamente, antes de serem eleitos e saberem que iriam ocupar o cargo, pelo que hipotéticos interesses associados à criação de vantagens políticas para a EAE ficaram fora da decisão.

“O meu vínculo é meramente ideológico e de militante.” (E7)

“Sou militante porque acredito na social-democracia.” (E10)

O militante do PSD nunca ocupou nenhum cargo numa estrutura partidária, nem fez parte de nenhuma lista para o partido. Participou, porém, numa campanha eleitoral do partido para as eleições autárquicas, no seu município de residência, antes de ocupar o cargo de presidente da EAE.

“Não tenho, nem nunca tive nenhum um cargo. Sou um mero militante de base, é só isso. [...] Nas últimas autárquicas [...] apoiei a candidatura do PSD no meu concelho [...]. Também [...] não era efetivo de nenhuma lista, não fazia parte de listas. Portanto, estava envolvido, mas mais "numa onda" de militante apoiante, que acreditava no projeto, mas mais nada do que isso.” (E10)

Já enquanto presidente, recebeu um convite para ser mandatário de uma candidatura interna do partido, o qual recusou, dado o seu cargo na EAE e a crença pessoal de que não deveria “tomar lados” (E10), já que isso poderia colocar em causa futuras interações entre a EAE e o PSD.

Eu já recebi um convite, mais recentemente, quando estava na [EAE], para ser mandatário de uma candidatura a nível nacional ao partido, uma candidatura interna. [...]. E eu disse logo que não [...]. Não fazia sentido eu estar a associar-me a uma candidatura a um partido enquanto estou na [EAE]. (E10)

No que toca ao impacto, o militante do PSD afirma que a sua filiação não teve qualquer impacto no seu trabalho, sendo que dialogou sempre com diferentes cores políticas. De facto, o entrevistado afirma inclusivamente que teve, muitas vezes, mais

dificuldade em aceder a estruturas partidárias do PSD comparativamente a outros partidos políticos.

“Nunca beneficiei de ter um vínculo a um partido para reunir com o mesmo, ou para me catapultar, digamos assim. Tanto que uma dificuldade que nós fomos encontrando [...] é que nós tínhamos até alguma dificuldade em reunir com a própria JSD. Em termos de agenda, é muito complicado reunir-nos com a JSD, muito mais até do que com a Juventude Socialista ou a Juventude Popular, por exemplo.” (E10)

O militante do PS não deu informações sobre a sua posição dentro do partido. O entrevistado, todavia, acredita que a militância teve impacto no seu trabalho. Numa primeira instância, crê que a sua filiação condicionou negativamente o apoio que a sua candidatura teve.

“E posso dizer que o convite demorou a chegar-me porque sabiam que eu era militante, porque eu nunca escondi isso. E, portanto, estiveram para não me convidar precisamente por ser militante, porque achavam que isso punha em causa a instituição.” (E7)

Já enquanto presidente, o entrevistado vê a sua filiação como algo que impactou positivamente o seu trabalho e que, conseqüentemente, trouxe vitórias para os estudantes. A sua filiação deu mais força às reivindicações da EAE perante o PS, que levou algumas a Assembleia da República e as viu aprovadas.

“Por eu ter uma proximidade grande ao partido do Governo... Por exemplo, essa coisa do complemento para a deslocação, julgo que advém muito do facto de eu ter uma boa relação com o [Deputado do PS], e o [Deputado do PS] querer alguma coisa para os estudantes. Nós apresentámos aquilo, e ele disse “é isto mesmo” [...]. E isso aí eu acho que é positivo. E o [Deputado do PS] sabia perfeitamente que eu era militante, portanto, de certo modo respeitava-me nessa matéria.” (E7)

Admite, no entanto, que a sua filiação lhe trouxe uma menor capacidade crítica e reivindicativa perante órgãos de governo local cujo executivo era de maioria do PS.

“Por exemplo, com a questão do [Presidente CM do PS], quando estávamos a debater, eu se calhar, não fui tão reivindicativo quanto deveria ter sido para ter as coisas assinadas a tempo e horas. Porque estava convencido... Já havia uma proximidade de afeto, estás a ver? Ou seja, eu gostava dele, eu gostava do que eles andavam a fazer, eu queria

que eles ganhassem outra vez, estava convencido que eles iam ganhar outra vez, então não fiz [...] pressão suficiente para garantir que um papel estava assinado a tempo. E eles depois perderam e já não se assinou nada. E já foi preciso o presidente seguinte fazer o trabalho e eu não tinha resolvido o assunto.” (E7)

Os presidentes filiados trazem diferentes perspetivas e experiências decorrentes da acumulação do cargo de presidente de uma EAE com a filiação partidária. Se, por um lado, a experiência do militante do PSD refuta a crença presente entre os entrevistados de que a filiação facilita um acesso privilegiado ao partido, a do militante do PS confirma-a inegavelmente, pois este não só diz ter acesso facilitado ao seu partido, como também pensa ter uma maior influência sobre o mesmo, comparativamente a outras EAE. De certa forma, a experiência do militante do PS também confirma a crença de que a filiação partidária de um presidente de EAE pode causar “desconfiança no corpo estudantil” (E8), que duvidou da sua aptidão para o cargo por causa da filiação.

Importa destacar a afirmação do militante do PS de que a sua força reivindicativa era menor perante a Câmara Municipal com a qual interagia, pelo facto de o executivo apresentar uma maioria do PS. O entrevistado recusa, porém, que isto tenha sido provocado por intimidação partidária; foi antes provocado por uma confiança excessiva de que o executivo iria agir sem ser necessária a intervenção da EAE enquanto grupo de interesse. Surge, então, uma nova desvantagem da militância: a de enfraquecer a capacidade de reivindicação do presidente perante o partido ao qual é filiado.

Os dados fornecidos por estes dois entrevistados sugerem que uma filiação partidária não tem sempre o mesmo efeito nos presidentes de EAE nem na forma como estes interagem com os partidos políticos. Assim, não é possível prever com certeza quais as vantagens e desvantagens de uma hipotética filiação partidária nem medir o impacto que esta terá no presidente e na estrutura. Os dados indicam que isto poderá variar consoante o partido político em questão, o facto de este ocupar ou não o poder, o relacionamento entre o presidente e quadros do partido, etc..

4.3.2 Material

Os entrevistados foram questionados acerca da transferência de apoio material entre EAE e EP. Foi pedido aos entrevistados que considerassem no conceito de “apoio material” apoio financeiro, recursos da EP/EAE e trabalho da EP/EAE.

Em primeiro lugar, analisa-se a solicitação de apoio material pelas EAE a partidos políticos. A Figura 8, abaixo, distribui os entrevistados consoante terem solicitado ou não apoio a estruturas partidárias e, em caso afirmativo, consoante o tipo de apoio solicitado.

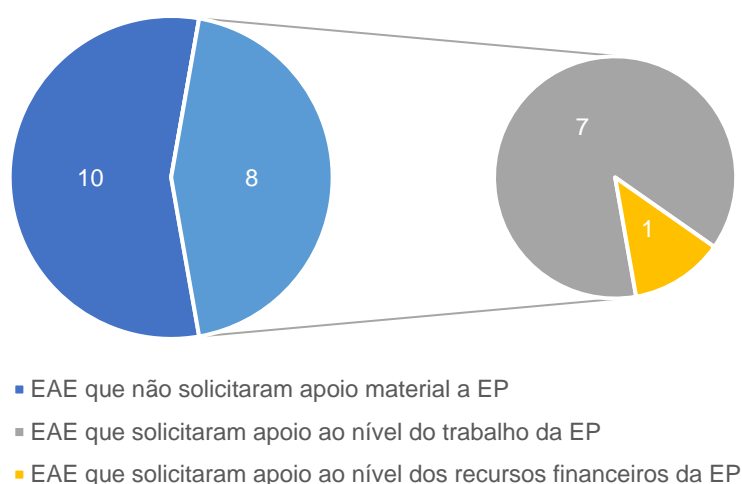


Figura 8 - Distribuição das EAE consoante a solicitação de apoio material a EP. Dados obtidos através das questões “Durante o teu mandato enquanto Presidente, alguma vez a EAE recorreu ou procurou recorrer a um partido político para apoio financeiro, para a realização de atividades ou iniciativas?” e “E alguma vez recorreram ou procuraram recorrer a um partido político para apoio na realização de atividades ou iniciativas da EAE, usando trabalho ou recursos do partido?”. Número de respostas consideradas (n): 18.

10 entrevistados afirmam que nunca recorreram a uma EP para solicitar qualquer tipo de apoio para a organização de uma atividade ou iniciativa. Estes dizem não ter querido “ficar dependentes de um partido”, com receio de que este pudesse “cobrar” (E14) o apoio solicitado e fazer com que a EAE fosse percecionada como associada ao partido. Alternativamente, os entrevistados preferiam solicitar apoio a entidades – incluído “órgãos de governo local e agências governamentais” (E1) –, organizações e empresas suas parceiras.

Entre os restantes 8, 7 recorreram a partidos políticos para que estes colaborassem na realização de debates e conferências promovidas pela EAE, i.e., para que estes se fizessem representar por um militante que fosse orador no evento. Em todos os casos, o trabalho foi *pro bono*. 6 entrevistados dizem ter sempre endereçado pedidos de participação todos os partidos políticos, enquanto 1 diz ter solicitado apoio a “vários partidos” (E5). Estes entrevistados consideravam que a colaboração dos partidos

políticos neste tipo de eventos era “essencial para promover o debate político dentro da academia” (E17), pelo que nunca hesitaram em contactar partidos para esse fim. Afirmam ainda ter tido a preocupação de estender convites a diferentes partidos políticos, de forma a garantir uma discussão “plural e mais rica” (E5), que não favorecesse “uma ideologia em particular” (E12). Este tipo de apoio – que se enquadra na categoria de apoio material – foi o único deste âmbito a ser mencionado pelos entrevistados.

Entre estes 7 entrevistados, 1 revela que apenas o CHEGA! não respondeu ao convite. Outro entrevistado diz que os únicos partidos que se disponibilizaram a participar foram o CDS, o PSD, o BE, o PCP, o PEV e o PAN. Os restantes 5 não revelaram quais partidos acederam ao pedido.

1 entrevistado solicitou apoio a todos os grupos parlamentares portugueses no Parlamento Europeu para financiar uma viagem ao PE a um estudante universitário, enquanto prémio de um concurso promovido pela EAE. O grupo parlamentar do PSD no PE acedeu ao pedido, tendo oferecido seis viagens à EAE (inclui voos + alojamento). Importa dizer, porém, que, apesar de estar associado ao PSD, este apoio financeiro foi oferecido recorrendo a fundos de que o grupo parlamentar dispõe, enquanto eurodeputados eleitos, não recorrendo a fundos do partido político PSD.

Os dados sugerem que existe uma reticência entre os entrevistados em solicitar apoio material a partidos políticos, por medo de serem associados a estes. Mesmo entre os entrevistados que solicitaram apoio a partidos políticos, nota-se uma preocupação em cobrir todo o espectro político, evitando tendências partidárias. Há exceção de 1 entrevistado, constatamos também que os pedidos de apoio são todos no âmbito da participação em eventos, pelo que, de forma geral, as EAE não mostram intenção de recorrer a EP para outro tipo de apoio.

Quando se analisa a perspetiva oposta – a solicitação de apoio material pelos partidos políticos a EAE –, 7 entrevistados afirmam nunca terem recebido pedidos de apoio por parte de estruturas partidárias. Por outro lado, 10 entrevistados admitem ter recebido pedidos de apoio para múltiplos fins, nomeadamente: apoio logístico para a realização de eventos locais; promoção de eventos locais; aconselhamento político, participação em conferências/debates; e participação em ações de rua, i.e., protestos ou manifestações partidárias. Importa realçar que alguns entrevistados receberam mais do que um pedido de apoio. A Figura 9 faz uma distribuição dos tipos de pedidos de apoio recebidos pelos entrevistados consoante o seu carácter e finalidade.

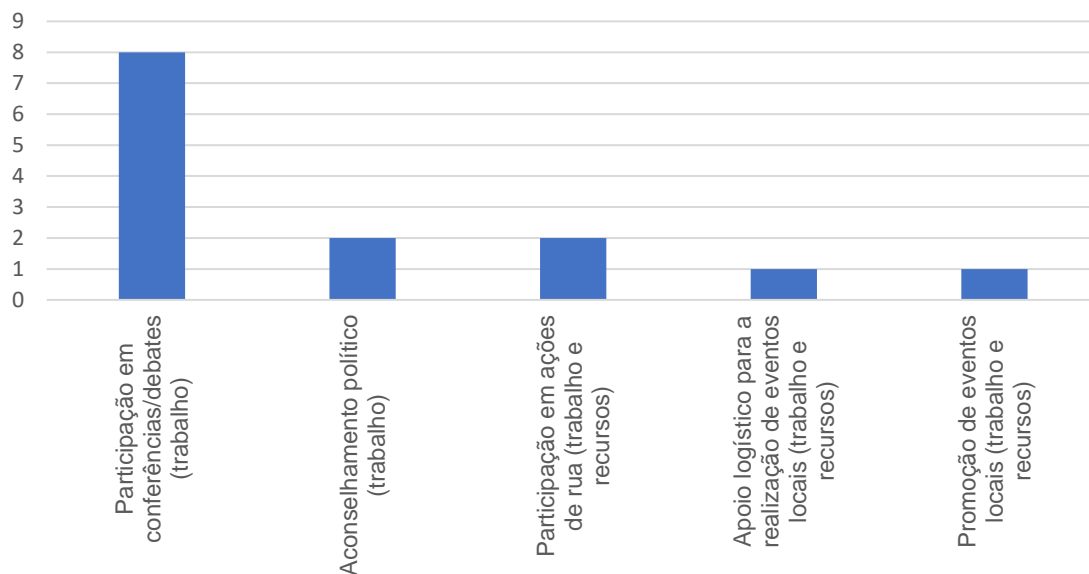


Figura 9 - Distribuição dos pedidos de apoio por parte de EP consoante a finalidade. Dados obtidos através da questão “Por outro lado, alguma vez algum partido político contactou a EAE para apoiar atividades ou iniciativas do partido?”. Número de respostas consideradas (n): 17.

Os 5 tipos de pedidos de apoio mencionados foram também todos de carácter *pro bono*. Entre estes, os pedidos de participação em conferências/debates, o aconselhamento político e o apoio logístico para a realização de eventos locais eram vistos com bons olhos. Os pedidos de participação em conferências/debates políticos eram os mais comuns e, para a EAE, representavam uma oportunidade de “dar a conhecer o seu trabalho e preocupações” (E12) a mais pessoas.

“Muitas das vezes, eles convidam-nos [...] para os [eventos] dos partidos numa visão, acredito eu, de demonstração daquilo que se faz, e de ideias que estejam em cima da mesa no partido X, Y ou Z. Portanto, já temos feito esse trabalho com eles, e eles têm-nos convidado para participar cada vez mais nessas sessões.” (E12)

Enquanto eu fui presidente da [EAE], fui convidado para alguns fóruns para participar. Participei em fóruns da esquerda à direita, menos nos extremos. Mas digamos que, mais à esquerda, mais à direita, participei e dei voz àquilo que é o posicionamento dos estudantes. (E5)

O apoio logístico para a realização de eventos consistia na disponibilização de espaços e equipamentos ao dispor da EAE a uma EP para a realização de um evento local. O entrevistado considerava este apoio uma “ajuda a outros jovens participativos” (E8), pelo que nunca o recusava, independentemente de qual partido solicitasse. Todavia, fazia questão de “não associar publicamente a EAE ao evento” (E8), de modo a evitar acusações de tendências partidárias.

Também o aconselhamento político era recorrente para alguns entrevistados. Estes eram contactados por EP que lhes faziam chegar documentos escritos contendo rascunhos de propostas de lei, para que a EAE revisse e contribuísse para a sua redação. Naturalmente, os entrevistados acediam ao pedido, pois fazê-lo “também se coadunava com os [seus] interesses” (E7) – ter uma palavra a dizer na criação de políticas públicas para o Ensino Superior. Mais uma vez, corrobora-se o estudo de Selle (1997) que afirma que é comum os partidos convidarem grupos de interesse a participar na redação do seu manifesto.

Apenas 2 tipos de pedido foram recusados: a participação em ações de rua e a promoção de eventos locais. Os entrevistados que receberam estes pedidos consideraram que colaborar com a EP poderia pôr em causa o carácter independente e apartidário da EAE.

Relativamente à promoção de eventos, o entrevistado considerava que fazê-lo associava publicamente a EAE a um partido, daí recusar o pedido.

“Já tive partidos políticos a dizer ” divulguem aí que vamos fazer isto [na vossa cidade], umas jornadas [...]”. Não vai acontecer. Por muitas ideias que as jornadas tenham, estão afiliadas a um partido [...]. Até podem ser as melhores jornadas do mundo. Podem ser umas jornadas políticas, umas jornadas de marketing, umas jornadas de gestão [...]. A partir do momento em que está associado a um partido, nós já não divulgamos.”
(E8)

Recusar a participação em ações de rua prendia-se com o mesmo motivo – proteger a EAE de ser percecionada como associada a determinado partido político. Ainda que “[pudessem] concordar com a premissa da manifestação”, os entrevistados acreditavam que participar num movimento promovido por “um ou dois partidos” (E14) segregava e dividia os estudantes.

“Nunca participámos em nenhuma ação dessas. Preferíamos sempre organizar as nossas ou convidar todos os partidos por igual para participarem nas nossas, porque também tínhamos este cuidado de ter aqui alguma distância [...] de todos. Portanto, nunca nos associámos a nenhum movimento partidário [...]. Nós [...] acabávamos por nos proteger dessa forma, não é? Portanto, para não nos associarem diretamente a um partido, acabávamos por negar essa participação.” (E17)

“Obviamente nós recebíamos muitas vezes pedidos de manifestações organizadas por partidos, em que eles queriam que a [EAE] se associasse. Obviamente que nós, sempre que percebíamos que as manifestações eram organizadas por um partido ou por um conjunto de organizações que representavam a mesma ideologia, [...] automaticamente respondíamos “não vamos participar nisto, porque não consideramos que sirva o interesse de todos os estudantes participarmos nesta manifestação”.”
(E14)

Entre os 10 entrevistados que receberam pedidos de apoio, 5 revelaram quais os partidos pelos quais foram contactados; a Figura 10, abaixo, faz a distribuição dos pedidos de apoio por parte das EP identificadas consoante a sua finalidade

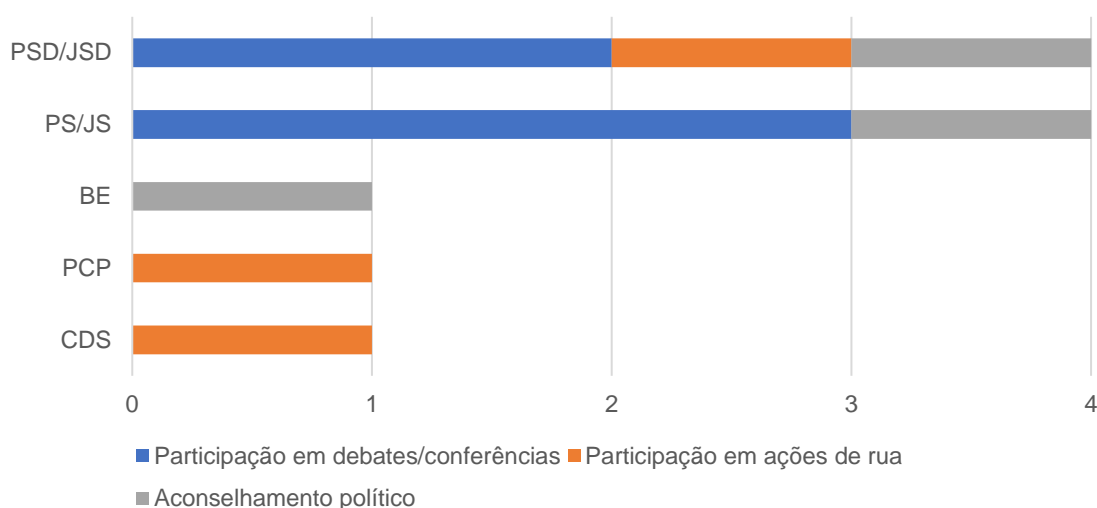


Figura 10 - Distribuição dos pedidos de apoio por parte das EP identificadas consoante a finalidade. Dados obtidos através da questão “Por outro lado, alguma vez algum partido político contactou a EAE para apoiar atividades ou iniciativas do partido?”. Número de respostas consideradas (n): 5.

2 disseram ter recebido pedidos “da esquerda à direita”. 3 receberam pedidos do PS/JS, 3 do PSD/JSD, 1 do BE, 2 do PCP e um do CDS. 5 entrevistados não disseram de que partidos provieram os convites.

Os pedidos provenientes do CDS e do PCP prenderam-se com a participação em ações de rua. Relativamente ao BE, o pedido recebido foi no âmbito do aconselhamento político. O PS/JS recorreu a EAE tanto para a participação em debates/conferências, como para aconselhamento político. O PSD/JSD atuou nas três vertentes: participação em ações de rua, aconselhamento político e participação em debates/conferências. Ainda que não tenha sido possível obter dados que permitam pintar uma imagem geral dos entrevistados, o obtido sugere que são os dois maiores partidos – PSD e PS – e respetivas estruturas para a juventude que mais recorrem às EAE para apoio. Além

disso, são também esses cujos tipos de pedido são mais diversificado. Isto pode indicar uma maior vontade, da parte destes partidos, de colaborarem e se associarem ao movimento associativo estudantil do Ensino Superior.

Os entrevistados não disseram que a cor partidária tivesse tido influência na decisão de aceitar ou recusar o pedido, com a exceção de 1, que disse não colaborar com “os extremos”. Mais uma vez, nota-se um esforço em combater tendências partidárias e manter relações com partidos ao longo de todo o espectro político.

De forma geral, os dados sugerem que os partidos políticos não evitam recorrer a EAE para solicitar apoio para a realização de atividades e iniciativas. As intenções por detrás dos pedidos de apoio não ficaram explícitas. Porém, ainda que se possam assumir intenções instrumentalistas enquanto motivadoras destes pedidos – uso da EAE enquanto veículo para alargar o público da EP, por exemplo –, o facto de os partidos recorrerem a EAE torna notório que as reconhecem enquanto ator político com uma influência e voz significativa no Ensino Superior. Os convites para participação em debates/conferências e os pedidos de aconselhamento político são os principais exemplos disso – as EAE trazem um contributo ao trabalho dos partidos políticos que estes parecem valorizar.

4.3.3 Ideologia

Os entrevistados foram questionados acerca da sua perceção sobre o vínculo ideológico da EAE que presidiram, tendo em conta a comunalidade entre as suas visões e reivindicações políticas e as das estruturas partidárias. A Figura 11, abaixo, faz a distribuição das perceções dos entrevistados relativamente à proximidade ideológica da sua EAE a um partido político.

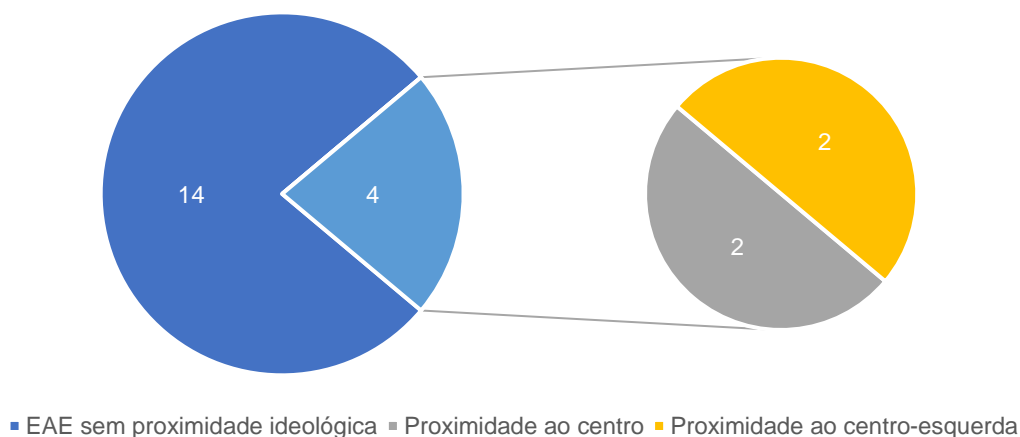


Figura 11 - Distribuição das perceções dos entrevistados relativamente à proximidade ideológica da sua EAE a um partido político. Dados obtidos através da questão “Na tua perspetiva, a EAE está próxima, em termos de ideias e de ideologia, de algum partido? Ou de uma juventude partidária?”. Número de respostas consideradas (n): 18.

Uma larga maioria de 14 entrevistados considera que a EAE que presidiram não se encontra ideologicamente próxima de nenhuma EP. Estes consideram que a posição política da EAE se caracteriza por ser agregadora e representativa da pluralidade da comunidade estudantil, pautada por ideais comuns que servem vários e movida por causas e não por tendências partidárias.

“Nós temos estudantes, temos uma larga diversidade de estudantes de mais de 70 nacionalidades, portanto com ideologias diferentes, com costumes diferentes, em que nós temos de ser o mais representativos possível, e não podemos estar, de maneira nenhuma, ligados a uma ideologia.” (E5)

“Acho que [...] as principais reivindicações do ensino superior, são interseccionais com qualquer partido político. [...]. Não consigo [anexar a EAE], as suas posições políticas, a um determinado partido, porque por vezes éramos capazes de estabelecer pontes com a direita, e outras vezes pontes com a esquerda. [...]. Éramos ambidestros, capazes de trabalhar com qualquer lado.” (E11)

Importa dizer que a questão relativa à proximidade ideológica foi uma das que mais resistência encontrou nos entrevistados, possivelmente devido ao receio já assumido em serem associados a determinado partido político. Foram vários os entrevistados que responderam de forma defensiva e referenciaram os estatutos da sua EAE enquanto prova de que não tinham qualquer tendência partidária.

4 entrevistados acreditam que a sua EAE, no que toca as propostas e princípios que defende, se encontra próxima de determinada posição política ou estrutura partidária. 2 entrevistados creem que a EAE se aproxima do centro-esquerda, com tendência para a esquerda, sendo que apresenta posições em comum com o PSD/JSD, PS/JS, BE e LIVRE.

“Nós temos muita linha orientadora de esquerda, de centro-esquerda. [...]. Eu considero que [...] grande parte das nossas pautas, da nossa agenda, pode ser facilmente defendida tanto por uma Juventude Socialista, como, por exemplo, por um Bloco de Esquerda, por um LIVRE, ou até mesmo pelo Partido Social-Democrata. Mas tendencialmente temos uma visão mais à esquerda, convergimos em muitos assuntos com posições da Juventude Socialista, por exemplo. [...]. E também convergimos com muitos assuntos que o Partido Social-Democrata e o Bloco de Esquerda defendem.” (E10)

“Sim, sim, sim, claramente. [...] Isto é muito fácil de medir. É a propina zero. Nós [...] defendemos a propina zero. Quem é que defende a propina zero? A esquerda. Mas nós não defendemos a propina zero para já. Sempre defendemos a redução progressiva da propina. Quem é que faz isto? É o centro-esquerda.” (E7)

A outra metade defende que as suas propostas são mais compatíveis com posições adotadas pelo PSD/JSD e pelo PS/JS.

“Acho que está próxima, essencialmente, de duas juventudes, [...] as Juventudes Socialista e Juventude Social-Democrata [...], pelo nosso método de gestão e de posição política, acabamos por estar um bocadinho de encontro com estas duas juventudes.” (E18)

“Muitas das medidas que a [EAE] defende andam entre o PS e o PSD, andam por aí. Mas não é por influência do PS ou PSD, acho que é uma questão.... É o que defende, é o que está ali no meio.” (E16)

Estes 4 entrevistados deixaram, porém, claro que as suas comunalidades com as estruturas partidárias não surgem por alinhamento ou por relação entre as estruturas, mas antes porque aquilo que a generalidade dos estudantes que representam defende acaba por coincidir com aquilo que determinadas estruturas partidárias defendem.

“À esquerda, isto é, em defesa dos estudantes. [...]. O que é que nós vamos dizer? Que queremos propinas mais altas e que não queremos ação social? Quando nós representamos só os interesses dos estudantes? Também era um bocado de contrassenso. Mas efetivamente, desde que as pessoas acreditem em coisas e, a partir daí, descubram proximidades, está tudo bem.” (E7)

“Não porque primeiro vamos ler os manifestos e depois fazemos o nosso, não [...]. Não que tenhamos reuniões, não que nos alinhemos. Mas, vendo aquilo que são as defesas que fazem estas duas [EP] para o Ensino Superior, consigo ver pontos às vezes em direita, consigo ver outros pontos na esquerda.” (E18)

Mais uma vez, e ainda que admitam proximidade ideológica, os entrevistados reforçam a independência da EAE e negam que a proximidade ideológica possa significar influência do partido sobre a EAE.

Entre estes 4 entrevistados, 2 acreditam que a sua inclinação ideológica influencia, de alguma forma, a ligação que as EAE estabelecem com as EP, mas não por intenção da EAE. Ambos acreditam que as EP se sentem mais próximas às EAE que defendem propostas com as quais também concordam, sendo que são mais abertas a dialogar com estas EAE; pelo contrário, as restantes procuram menos estabelecer uma relação de proximidade com a EAE.

“Ou seja, se o PSD já tem uma imagem da [EAE], que é uma instituição de esquerda, se calhar, já não nos trata como o PS nos trata, não é? O PS vê-nos com bons olhos, eles vão nos ver com maus olhos.” (E7)

“Sinto que por parte destas duas juventudes há um tato maior para o Ensino Superior e há uma vontade maior de se ligarem a nós, relativamente às outras, porque já têm a consciência da importância do Ensino Superior para a sociedade, para aquilo que é a própria política nacional, e então querem-se também aproximar de nós.” (E18)

1 afirma que a proximidade ideológica não incentivou uma ligação mais próxima às EP, sendo que conseguiram construir pontes de diálogo com todos os outros partidos e serem respeitados por todos em igual medida.

“Eu sinto que nós conseguimos sair [...] com muito boas ligações a toda a gente. Não saímos antagonizados com ninguém. Ok, temos ideias diferentes sobre diversos assuntos, mas continuamos a conseguir sentar-nos e a ter conversas muito estimulantes. [...]. Acho que conseguimos desenvolver essas ligações com todos de uma forma genuína, e não há uma antagonização prévia a uma reunião, ou durante a reunião, por parte da estrutura partidária simplesmente porque a nossa ideia é diferente.”
(E10)

De qualquer forma, os 3 dizem fazer esforços para que esta proximidade não tolde as ações da EAE para com as EP, pelo que a proximidade ideológica a determinada EP não limita a sua atuação perante as restantes.

“Nós tentamos sempre [discutir] com as outras todas, porque [...] há juventudes que [...] não veem o Ensino Superior como uma prioridade e, sendo uma juventude, tendo jovens até aos 30 anos, faz sentido que o vejam, na nossa ótica, e que o defendam. E, portanto, aquelas que ainda não defendem, a nossa intenção é sempre aproximar-nos para que comecem também a defender.” (E18)

“Portanto, eu diria que, quando muito, faz-nos [...] ter de fazer questão de [...] manter institucionalmente as mesmas relações, institucionalmente os convites, etc.” (E7)

“As reuniões mais interessantes que nós tivemos [...] foram com partidos de direita, porque divergíamos em termos de ideias. [...]. Era muito interessante, por vezes, discutir com eles determinados assuntos, porque divergíamos, e havia ali um estímulo mútuo para a conversa fluir. [...]. Se calhar, os partidos de direita não levavam tantas das nossas causas para fora como os partidos de centro, ou centro-esquerda, ou esquerda. Mas, pelo menos, sentimos que o facto de nos quererem ouvir também mostrava que da parte deles havia ali uma intenção de procurar melhorar, nem que fosse melhorar os argumentos deles. E algo que eu senti muito foi o respeito da parte desses partidos para conosco.” (E10)

1 entrevistado não revelou a sua percepção sobre a relação entre proximidade ideológica e a criação de ligações.

Em suma, os dados indicam que, na percepção dos entrevistados, a grande maioria das EAE não tem proximidade ideológica a determinada(s) EP, sendo que as primeiras são estruturas “movidas por causas e não por correntes ideológicas” (E12). Assim, são capazes de encontrar visões e propostas com as quais se identificam em diferentes EP e não se sentem particularmente inclinados para nenhuma. Este fenómeno reforça a categorização das EAE enquanto grupo de interesse, para o qual não se pode olhar através do espectro partidário.

Não obstante, 4 entrevistados admitem reconhecer proximidades ideológicas a estruturas partidárias do centro à esquerda, sendo que, tendencialmente, a sua EAE tem mais propostas em comum com as EP nesta secção do espectro político. Ainda assim, defendem, tal como os restantes, que a sua EAE também é movida por causas e aquilo que têm em comum com as EP não se deve a alinhamento ou à existência de uma relação entre as estruturas, mas antes ao facto de aquilo que a generalidade dos estudantes defende coincidir com aquilo que estas EP defendem. Aquilo que todos os entrevistados reforçam é a sua independência em relação aos partidos políticos, rejeitando quaisquer fatores que a possam colocar em causa.

Nesta secção, foi possível mapear as interações entre as estruturas associativas estudantis e os partidos políticos, identificando que existem efetivamente interações entre as duas estruturas, quais são essas interações e de que forma se materializam. Ademais, os dados recolhidos permitiram medir e analisar as interações entre as estruturas associativas estudantis e os partidos políticos ao nível da proximidade e amplitude, assim como ficar a saber mais sobre alguns dos efeitos destas relações para as EAE. Na secção seguinte, explorar-se-á a dinâmica que envolve estas relações, quer ao nível de relacionamento e de trabalho, quer ao nível de influência e poder, criando bases para descrever as relações entre ambas as estruturas relativamente à estratégia e ao equilíbrio de poder.

4.4 A natureza das relações entre estruturas associativas estudantis e estruturas partidárias

Com o propósito de compreender de forma mais profunda a relação entre as EAE e as EP, e tendo em conta que os entrevistados reconhecem ambas enquanto atores na esfera política, estes foram questionados acerca da sua perceção sobre o funcionamento das dinâmicas de relacionamento, trabalho, influência e poder entre ambas as estruturas.

4.4.1 Dinâmicas de relacionamento e trabalho

A Figura 12, abaixo, distribui as perceções dos entrevistados acerca do grau de semelhança entre o papel das EAE e das EP enquanto atores políticos.

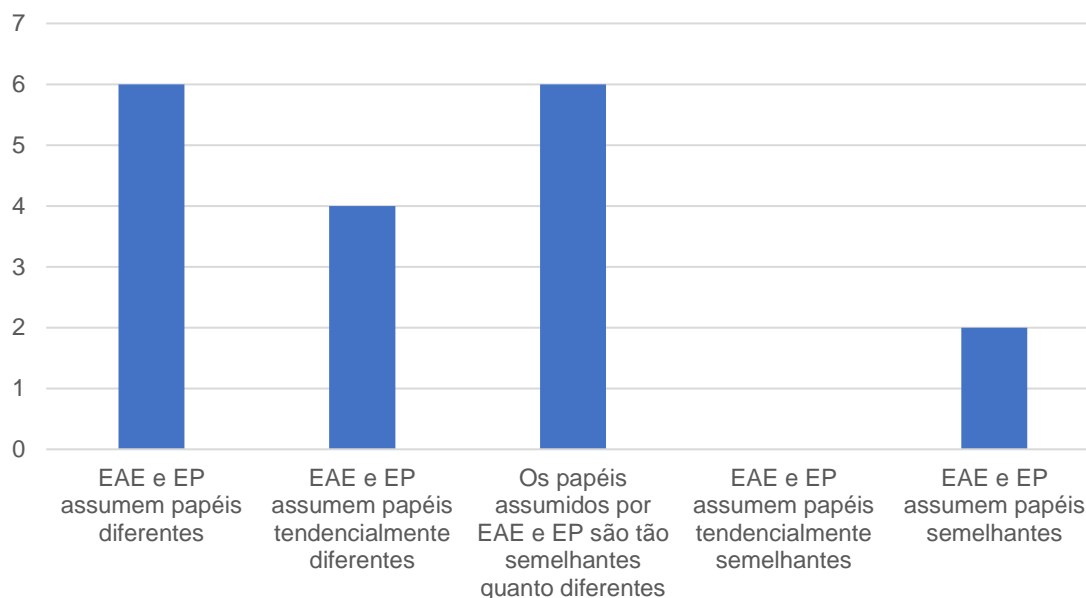


Figura 12 - Distribuição da perceção dos entrevistados acerca do papel das EAE e das EP enquanto atores políticos. Dados obtidos através da questão "Achas que o papel da EAE enquanto ator político é semelhante ou diferente do papel dos partidos políticos?". Número de respostas consideradas (n): 18.

6 entrevistados defendem que o papel que as EAE assumem no sistema político é totalmente diferente. 4 entrevistados afirmam que as EAE e as EP assumem papéis tendencialmente diferentes, mas que convergem em determinados pontos. 6 entrevistados dizem que ambas as estruturas têm tantas diferenças quantas semelhanças. 2 entrevistados acreditam que ambas as estruturas assumem papéis semelhantes.

As principais diferenças destacadas foram: a gama de objetivos e temas em que incidem; a definição da abrangência do público-alvo; a relação com o poder político e o acesso ao mesmo; e o leque de serviços que oferecem e trabalho que realizam.

As EAE são estruturas representativas de um grupo populacional muito específico – estudantes do Ensino Superior de determinada região do país. Por isso, as suas preocupações, reivindicações e propostas são exclusivas a este grupo, contrariamente às dos partidos políticos, cujo trabalho se estende a outros temas da vida pública e deve ser significativamente mais abrangente.

“As [EAE] representam os interesses dos estudantes, defendem questões como a qualidade do ensino, condições de estudo, direitos dos estudantes, ou seja, mais relacionadas com o ambiente académico. Por outro lado, os partidos têm uma gama muito mais ampla de objetivos, questões económicas, sociais, de saúde, do meio-ambiente.” (E2)

“Acho que os partidos políticos têm uma visão que tem de veicular a sociedade como um todo, não é? Porque não representam só uma faixa específica da sociedade. As [EAE] têm uma missão relativamente bem definida, não é? Que é representar os estudantes de uma determinada universidade, região, o que quer que seja.” (E14)

Por outro lado, as EAE têm uma maior necessidade de reunir consenso, já que representam, por obrigação estatutária, todos os estudantes do Ensino Superior numa IES, numa região ou num subsistema universitário. Assim, e contrariamente aos partidos políticos, são associados às EAE indivíduos com visões distintas sobre os mesmos assuntos e com diferentes ideologias. Por isso, a EAE pretende unir e não fragmentar a população que representa.

“Nós somos agregadores e eles são, por norma, segregadores.” (E11)

“Nos partidos, eu posso ser setorial quanto às pessoas, porque sei que participa nele quem se identifica, quem acredita nele. Na [EAE], toda gente faz parte dela, e, por isso, é importante ter essa dimensão para perceber que deves ser abrangente, deves ser capaz de unificar, deves ser capaz de progredir nesse sentido.” (E16)

Outra das diferenças destacadas é o acesso ao poder político, limitado aos partidos. Ainda que procurem exercer poder político através da tentativa de influência na definição de políticas públicas, as EAE não têm a possibilidade ou capacidade de tomar decisões políticas para o Ensino Superior.

“Temos [...] acessos diferentes. Os partidos têm sempre assento parlamentar e conseguem definir. Nós apenas temos a sensação de empurrar, não é?” (E11)

Finalmente, a reivindicação e o trabalho político são apenas parte daquilo que constitui o trabalho de uma EAE, em oposição aos partidos políticos. A grande maioria “oferece serviços às comunidades acadêmicas” (alimentação, transporte, alojamento), “organizam eventos culturais, promovem competições desportivas” (E14), etc.

“Tudo o que diz respeito ao desenrolar da sua atividade [...] é muito mais abrangente, porque tem uma componente, por assim dizer, organizativa, ou seja, materializa a criação de eventos, de projetos, dá corpo a ideias... E aí eu considero que seja diferente.” (E1)

Por outro lado, os entrevistados identificaram semelhanças entre os papéis das EAE e das EP, tais como a procura da definição da agenda política; o seu papel enquanto veículos de participação política; o trabalho na discussão e criação de propostas políticas; e a sensibilização e movimentação de massas.

Ambas as estruturas primam por ser uma voz que procura ser ouvida e ativamente ter relevância na agenda pública.

“Ambos os grupos se envolvem num ativismo político, buscando promover mudanças e influenciar decisões políticas.” (E2)

Neste sentido, praticam ações muitas vezes semelhantes, como a movimentação do seu público-alvo, da promoção do seu envolvimento e participação política e o estímulo ao diálogo social.

“Acabamos por ter determinadas ações que se assemelham, acabamos por trazer assuntos à discussão, aprender a sensibilizar as pessoas em relação aos nossos assuntos, aprender a movimentar todo o meio académico para se poder concretizar aquilo que acreditamos que ser o melhor [...]. Portanto, diria que a atividade política acaba por ser semelhante.” (E4)

Além disso, ambas procuram movimentar e representar indivíduos, trabalhando em prol da defesa dos interesses dos mesmos. Ambas são, por isso, veículos de participação política.

“Se virmos os partidos políticos no sentido literal, que é um grupo de pessoas que se organiza por ideologia e que organiza a participação democrática, eu acho que as associações têm esse papel também. É um grupo de pessoas que tem como interesse principal as condições de estudo, de vivência, e muitas vezes até condições de juventude e,

portanto, que se organiza para ter uma participação democrática que chegue aos organismos próprios. Portanto, em termos comuns, são estruturas representativas.” (E17)

“Eu acredito que os grupos parlamentares e os partidos têm um propósito, que é defender aqueles que representam, seja ele regionalmente, seja ele a nível de distrito, ou a nível nacional. E, portanto, acho que isso também é o propósito da [EAE], seja regionalmente, a nível do distrito ou a nível nacional.” (E12)

Ainda que neles reconheçam algumas semelhanças, os entrevistados enfatizam sobretudo diferenças entre os papéis do movimento associativo estudantil e dos partidos políticos. Ambos agem na esfera da participação política, mas são fundamentalmente diferentes no que toca ao tipo de participação que veiculam, ao modo como o fazem, ao público para o qual trabalham e aos tópicos da agenda pública em que se focam. Os dados sugerem, por isso, que os entrevistados reconhecem que o espaço político de participação é habitado por diferentes tipos de organizações e estruturas, “com *modus operandi* diferentes” (E12), que não podem nem devem substituir-se umas às outras.

Entre integração, separação, cooperação, competição e conflito, foi pedido aos entrevistados que escolhessem a palavra que melhor caracterizava a relação da sua EAE com partidos políticos. A Figura 13 faz a distribuição das perceções dos entrevistados acerca desta relação.

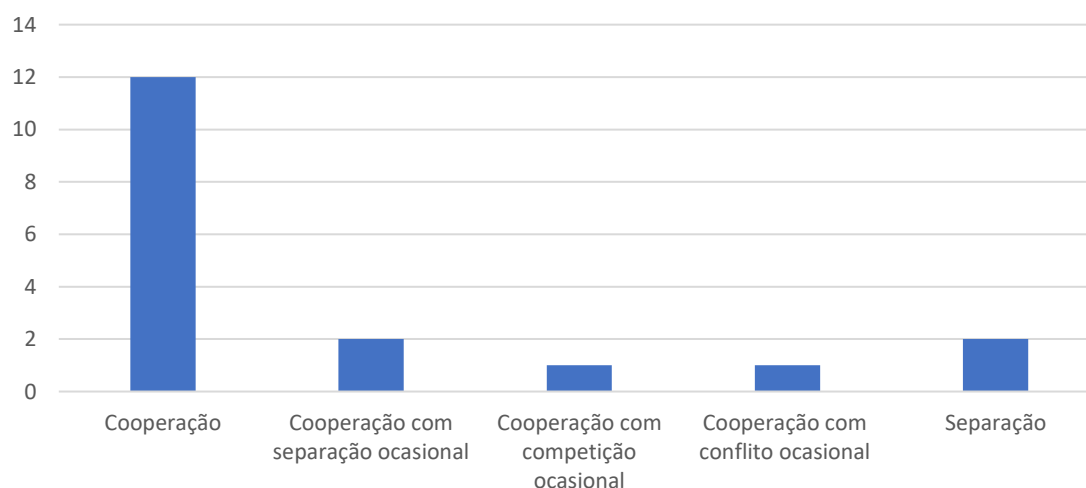


Figura 13 - Distribuição das perceções dos entrevistados acerca da dinâmica de relacionamento entre EAE e EP. Dados obtidos através da questão “Tendo em conta a resposta anterior, que palavra dirias que descreve melhor a dinâmica entre a EAE e os PP? Integração, cooperação, separação, competição ou conflito?”. Número de respostas consideradas (n): 18.

Uma maioria de 12 entrevistados afirma que a palavra cooperação é a que melhor descreve a relação entre a sua EAE e os partidos políticos. Estes entrevistados acreditam que a cooperação é a chave para que o trabalho político da EAE seja eficaz, já que este passa sobretudo pelo diálogo com os partidos políticos. Importa realçar que a procura da cooperação parece ser sustentada por motivações instrumentais

“Eu vejo os partidos políticos como ferramentas que podem ajudar a [EAE] ou o movimento associativo estudantil a conseguir o seu objetivo. [...]. Se nós conseguirmos iniciar debates e criar consensos na Assembleia da República, ou no partido do governo, estamos a fazer o nosso trabalho. Portanto, eu acho que tem de haver cooperação para tentar influenciar as medidas.” (E9)

“Deve haver cooperação, porque nós não podemos querer provocar ou induzir mudanças no sistema de base partidária sem nos relacionarmos com os partidos.” (E13)

4 entrevistados dizem procurar cooperação, mas que esta é, por vezes, limitada e nem sempre possível com todos os partidos. Entre estes, 2 admitem que, em certos casos, apenas a separação é possível. Este fenómeno deve-se sobretudo à existência de discordância de opiniões e propostas relativamente a determinados temas entre a EAE e alguns partidos políticos, assim como à forma como se percebem uns aos outros enquanto atores políticos.

“Não conseguimos colaborar com todos. Um exemplo. Nós éramos a favor de medidas de ação social para as quais tínhamos apoio do PS, do Bloco e do PCP, e que não tínhamos apoio do CDS nem do PSD. Portanto, esta relação muitas vezes era construída tema a tema. Acho que sim, foi possível colaborar. Era muito mais fácil conseguirmos algumas vitórias estudantis colaborando, e foram raras as vezes em que tivemos de fazer alguma ação [...], porque, hoje em dia, já não é uma forma tão eficiente de chegar à opinião pública. [...]. Em termos de construção, de documentação, arquivo, suporte, criar condições para aquilo acontecer, nós sempre vimos uma perspetiva de colaboração.” (E17)

1 admite a existência de alguma competição. A competição gera-se quando ambas as estruturas têm propostas divergentes e ambas as querem ver aprovadas.

“Os partidos políticos trabalham com a [EAE] com cooperação, [mas há] alguns momentos em que entram ali na parte da competição, porque

naturalmente há ideias que eles querem defender, mas que a [EAE] não acredita, porque o seu estudante, o seu trabalho de pesquisa de base, não alinha nessa discussão, e tem uma visão diferente.” (E16)

Outro entrevistado afirma que as suas relações com partidos políticos eram também pautadas por algum conflito ocasional. Por vezes, ambas as estruturas criavam preconceitos que impediam que se vissem como parceiros e que levavam a uma desvalorização mútua dos seus papéis enquanto atores políticos.

“Eu sentia que existiam [...] alguns conflitos [...]. Às vezes sentia que era por sermos jovens [...] Às vezes a sensação que tinha era que “são jovens, não percebem nada disto” ou “eles acham que nós somos jovens e que não percebemos nada disto e que não sabemos aquilo que estamos a dizer, e como eles estão à frente é que sabem disto tudo, e assumem só que aquilo que eles estão a dizer está certo”. Às vezes o que senti era que não nos estavam a ouvir.” (E6)

2 entrevistados escolhem a palavra separação para descrever a relação entre a sua EAE e os partidos políticos, ainda que 1 admita uma tendência crescente para a cooperação.

“Para não te dar uma resposta ambígua, eu diria que é mais cada um faz o seu trabalho.” (E7)

“Eu acho que ainda é um bocadinho pautada pela separação, [...], mas acho que [...] cada vez mais cooperam. [...] Porque [...] acho que se complementam muito. [...]. Mas acredito que ainda exista muita separação de papéis. Não sei se é por aí o caminho, acho que não é. Acho que é mesmo pela complementaridade das coisas.” (E15)

É notória a predominância da cooperação enquanto princípio que orienta as relações entre o movimento associativo estudantil do Ensino Superior e os partidos políticos. Ainda maior é a crença de que “em cooperação” é efetivamente a melhor forma de uma EAE trabalhar com uma EP. Os entrevistados dizem preferir cooperar com o espectro partidário, pois admitem que é “através da cooperação [que têm] alcançado mais vitórias” (E17). Esta investigação corrobora a afirmação de Salamon (1994), de que a relação entre OSC e partidos políticos tem sido caracterizada sobretudo por cooperação.

4.4.2. Dinâmicas de influência e poder

A compreensão da natureza das relações entre estruturas associativas estudantis e estruturas partidárias não ficaria completa sem a análise das dinâmicas de poder e influência entre ambas.

Para efeitos desta investigação, olha-se para poder e influência enquanto conceitos diferentes, ainda que relacionados (Morriss, 2002; Zimmerling, 2005)

A influência refere-se à capacidade de moldar ou alterar os pensamentos, sentimentos e comportamentos dos outros sem necessariamente envolver autoridade formal ou coerção (Mokken & Stokman, 1975). Esta baseia-se frequentemente na persuasão, no carisma, na experiência ou na capacidade de apelar às emoções e aos valores. Pode ser subtil e envolver o uso de comunicação, negociação e competências interpessoais. Influenciar os outros é normalmente um processo colaborativo e consensual, que depende da vontade dos indivíduos de serem persuadidos ou influenciados pelas ideias ou ações dos outros (Cassinelli, 1966).

O poder, por outro lado, é a capacidade de controlar ou dirigir os outros, muitas vezes envolvendo autoridade, força ou coerção (Zimmerling, 2005). O poder pode ser formal, como o poder concedido por um cargo ou título, ou informal, derivado de qualidades pessoais, recursos ou ligações sociais. O poder pode ser exercido através de vários meios, incluindo a força física, o controlo económico, a autoridade institucional ou a manipulação de recursos (Lasswell & Kaplan, 1950). Pode não depender necessariamente do consentimento ou acordo dos que estão a ser influenciados (Cassinelli, 1966).

A Figura 14, abaixo, distribui os entrevistados consoante a tentativa de exercício de poder e influência sobre EP.

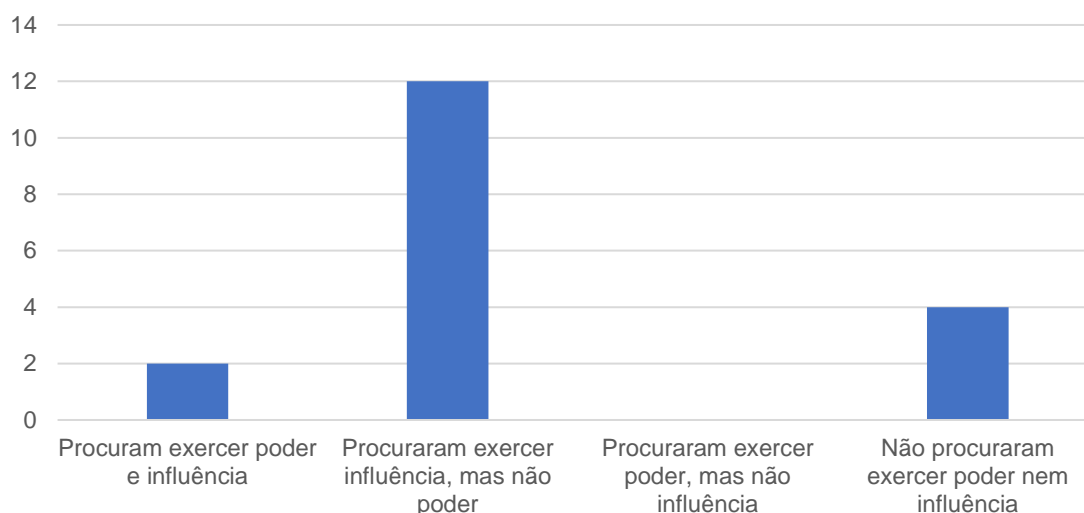


Figura 14 - Distribuição dos entrevistados consoante a tentativa de exercício de poder e influência sobre EP. Dados obtidos através da questão “Alguma vez procuraste que a EAE exercesse poder ou influência sobre um partido político?”. Número de respostas consideradas (n): 18.

2 entrevistados dizem já ter tentado exercer tanto influência como poder sobre estruturas partidárias. Esta era a estratégia que adotavam enquanto meio para atingir o fim de ver as suas propostas e reivindicações vertidas nas políticas públicas para o Ensino Superior.

“Sem sombra de dúvidas, não preciso de mentir. Porque acima de tudo nesta questão [...], tivemos de fazer algumas pressões políticas, tivemos de discutir diretamente com algumas pessoas, tivemos de usar o conhecimento dentro do sistema para conseguirmos exercer esta pressão. Porque, acima de tudo, era um momento que tínhamos de tomar uma decisão, e precisávamos dos deputados todos ligados pela mesma ficha.”
(E12)

“O meu papel enquanto líder desta [EAE] acaba por ser falar com [pessoas de partidos que se demonstram mais disponíveis para nos ouvir] e tentar colocar esses temas na agenda, influenciando dessa forma a visão do partido para aquilo [...] nós defendemos.” (E18)

Uma maioria de 12 entrevistados admite ter exercido tentativas de influência sobre uma ou mais estruturas partidárias. Esclarecem, porém, que se tratou de um exercício de influência política e não um exercício de poder. Ou seja, o objetivo era exclusivamente o de influenciar tomadas de posição políticas, e não o de exercer controlo ou sobre a organização interna da EP. Assim, os entrevistados admitem ter

tentado persuadir estruturas partidárias a adotar posições que refletissem os interesses da EAE, mas nunca através de meios coercivos.

“Influência, sempre. Em todos. Portanto, acho que sim. Agora, poder não tínhamos. Não tínhamos poder para dizer "ou fazes, ou aconteces", não é? Também não tínhamos cargos para dar, portanto nunca procurámos isso. Agora, influência, sim. Todas as reuniões eram uma parte de influência de "esta é a nossa proposta, gostávamos que estivessem connosco, isto para nós é muito importante, e no que pudermos ajudar estamos disponíveis".”
(E17)

“Nunca numa vertente top-down, digamos assim. Ou seja, nunca tentei colocar a [EAE] por cima de uma estrutura partidária, seja ela concelhia, distrital ou nacional, para ter benefícios, não. Já tentei influenciar partidos políticos com ideias, ou seja, já tentei fazer com que a [EAE] fizesse um partido adotar alguma medida, alguma linha de pensamento. Nunca numa visão de "através da [EAE] vamos controlar ali aquela estrutura". Isso não.”
(E10)

Estes dados corroboram a informação apresentada nas secções anteriores, onde os entrevistados admitiram a sua intenção de exercer influência sobre partidos políticos – considerando, aliás, este comportamento como uma parte importante do seu trabalho.

Por outro lado, 4 entrevistados consideram nunca ter tentado exercer nenhum tipo de poder ou influência sobre uma EP.

“Não, não, de forma alguma. De forma alguma. Na altura, [...] ainda estava a aprender muita coisa, e não considero que isso tenha acontecido de forma alguma [...]. Tínhamos partidos que nos ouviam mais que outros, mas não tentávamos exercer poder nenhum. Se os partidos iam ter connosco, e quisessem nos ouvir e estivessem dispostos a ajudar-nos era ótimo - mas era ótimo para ambos, porque se eles nos defendiam, também estavam a defender uma causa.” (E6)

“Geralmente até o que acontece é nós sermos [...] chamados para dar parecer nas comissões, ou da ação social da Assembleia, ou nas comissões financeiras, dependendo do tema das propostas. Portanto, um determinado partido faz uma proposta de um decreto e [...] somos convocados a dar o nosso parecer nessa comissão da Assembleia, portanto somos diretamente chamados.” (E4)

Ainda que dialoguem com os partidos políticos e lhes deem a conhecer as reivindicações da EAE, estes entrevistados dizem não ter tentado ativamente persuadir as EP a adotar as suas posições nem exercer qualquer controlo coercivo sobre a mesma com o mesmo objetivo.

De forma geral, e perante os dados obtidos nas secções anteriores, as respostas aqui apresentadas eram já expectáveis, dada a abertura com que os entrevistados sempre afirmaram a influência política enquanto ferramenta-chave do seu trabalho. Não deixa de ser importante destacar, porém, as admissões de tentativa de exercício de poder

Olhando para o lado contrário, 12 entrevistados afirmam ter sentido que uma ou mais estruturas partidárias tentaram exercer poder e influência sobre a sua EAE.

“Sim, eu acho que tentam, acho que tentam sempre. Acho que têm muito pouco sucesso, mas acho que tentam sempre. Acho que os partidos políticos têm sempre essa tendência a tentar ser mais controladores sobre a vida das associações.”

“Isso sente-se sempre, sim. [...]. Eu tenho noção de que os partidos tentavam imiscuir-se dentro da organização política da [EAE] e na forma como ela atuava.” (E11)

Estes entrevistados afirmam sentir que os partidos políticos procuram exercer “influência direta sobre as associações de estudantes”, seja “a partir ou dos [seus] dirigentes ou da instituição como um todo” (E18). A materialização desta tentativa de exercício de poder e influência ocorreu de diversas formas.

No que toca ao exercício de poder, em primeiro lugar, este materializou-se através da inserção de militantes da EP nos órgãos sociais da EAE: eram criadas listas candidatas aos órgãos sociais da EAE compostas “quase exclusivamente por militantes do partido” (E10) e que, naturalmente, contavam com o apoio do mesmo, para que este pudesse controlar a EAE.

“Nós tínhamos essa visão, que a [EAE] estava a deixar-se [...] infiltrar por uma juventude partidária em específico. [...]. Eu era contra essa tendência que nós estávamos a sentir como crescente de uma juventude partidária controlar a [EAE].” (E10)

Um entrevistado referiu também a ocorrência de interferência partidária em eleições para a EAE. Durante a campanha eleitoral, uma das listas candidatas, que contava com

apoio partidário, procurou controlar o voto através de chantagem e coerção, usando a seu favor a ligação partidária.

“Começou logo nas eleições. Nas nossas primeiras eleições, [...] tive dirigentes do PSD, que hoje são deputados, tive líderes de juventudes partidárias. Porquê? Porque na altura a outra lista tinha esse tipo de apoio, e a nossa não tinha. Portanto, ligar para [eleitores], coação, abuso de poder, de dizer que “se votares desta forma vais ter este cargo, se votares desta forma vais ter estas facilidades nestas estruturas”.” (E17)

No que toca a tentativas de influência, a procura da definição da agenda política da EAE era também uma das táticas mais comuns.

“Houve uma situação com um partido que foi, tipo, “ou reunimos e falamos deste tema, mas a reunião tem de ser pública, ou então [...] vocês é que perdem” [...]. Não sinto que tenham tentado tornar nossa a agenda deles, mas sinto que o tom de: o que é que vai ser o tema da nossa reunião, e qual é que vai ser a nossa agenda discutida, e quando é que tem que acontecer, e em que moldes essa reunião e essa partilha, sinto que isso talvez tenham tentado que fosse um bocadinho trabalhado da parte deles.” (E15)

Também alguns partidos tentaram uma aproximação pessoal à figura do presidente, procurando “aliciá-lo” (E11) para que este potencialmente se associasse ao partido.

“O que acontece é os partidos começarem a tentar aproximar-se, a convidar-te para eventos. E quando estou a ir a eventos, começar a tentar ver o que é que tu és, para o que é que vais, o que é que queres fazer. Existe sempre essa necessidade de partidos tentarem imiscuir-se naquilo que é a vida pessoal das pessoas que representam a [EAE].” (E11)

Finalmente, um entrevistado mencionou ainda a criação de movimentos de oposição à Direção da EAE com apoio partidário.

“O que depois chocava era que não eram [os estudantes] que estavam a dinamizar [a manifestação], na altura, era a Juventude Comunista que se punha lá à frente daquilo tudo. [...] No momento em que eles estão a falar com [líder da IES], não estão lá os estudantes, está lá [...] a presidente, na altura, daqui, da Juventude Comunista. E em vez de estarem a apresentar os problemas dos estudantes, [...] ela decidiu que o problema era com a [EAE]. [...] Neste caso, acabou por influenciar aquele grupo todo de jovens

contra a própria [EAE], quando nós já estávamos a tentar resolver aqueles problemas, e eles nem sequer nos tinham procurado para ter respostas.”
(E3)

Na perspetiva dos entrevistados, as estruturas partidárias procuram ter poder e/ou influência sobre uma EAE com o principal objetivo de captar talento para o seio dos partidos, pois veem no movimento associativo estudantil “terreno fértil” (E17) para o desenvolvimento cidadão e político dos jovens.

“Destes meios associativos saem jovens muito dinâmicos, muito preparados, com muita consciência política. É verdade, e as estruturas podem depois abordar esses jovens no sentido destes jovens integrarem juventudes partidárias, ou listas para eleições. Compreendo isso, porque, lá está, é um acrescento, são pessoas que estão a dar o seu contributo à sociedade civil através do associativismo.” (E10)

“Muitos acham que [o associativismo] é uma escola política [...] Aquilo que acaba por acontecer na sociedade é que, quem passa por uma [EAE] tem certas características, não só de gestão, como de parte pública, de aparecer, de declarações, que são muito úteis em termos políticos. Portanto, [...] ter acesso direto a quadros mais qualificados para a política.”
(E17)

Além disso, tornar uma EAE favorável a um partido, poderia ajudar a tornar, igualmente, a opinião pública favorável ao partido.

“A segunda vertente é ter opinião pública. [...]. Uma manifestação amanhã esquece-se, mas cinco ou seis manifestações seguidas com escolas fechadas, criam impacto. E, portanto, acredito que, na altura, [o objetivo dos partidos] da oposição fosse ter uma estrutura que partilhasse as bandeiras contra um governo; e que, do [partido de] governo, fosse ter alguma tranquilidade naquelas estruturas, para garantir alguma paz durante o mandato.” (E17)

Apenas 3 entrevistados quiseram mencionar quais os partidos tentaram exercer este poder e influência. Os partidos mencionados foram o PS/JS (mencionado por 2 entrevistados), o PCP (mencionado por 3 entrevistados), o PSD/JSD (mencionado por 1 entrevistado) e o PAN (mencionado por 1 entrevistado).

Em suma, uma maioria de entrevistados destaca experiências em que partidos tentaram exercer influência e poder sobre as EAE, recorrendo a estratégias como a

inserção de militantes nos órgãos sociais, interferência em eleições e tentativas de moldar a agenda política das associações. A percepção dos entrevistados é de que os partidos procuram influenciar as EAE para captar talento jovem e moldar opiniões públicas favoráveis. Esta interação complexa realça a importância do diálogo entre o movimento associativo estudantil e os partidos políticos, ao mesmo tempo que destaca a necessidade de vigilância para preservar a autonomia e a integridade das EAE, algo com que os entrevistados mostram estar preocupados.

Esta secção permitiu explorar a dinâmica que envolve as relações entre as EAE e as EP, quer ao nível de relacionamento e de trabalho, quer ao nível da influência e poder, assim como explorar de forma ainda mais profunda os efeitos destas relações para a estrutura associativa estudantil, complementando os dados da secção anterior. A partir daqui, partiremos para a o enquadramento dos resultados obtidos no modelo teórico sugerido pela literatura, quer relativamente às formas e dimensões de interação, quer relativamente à estratégia e ao equilíbrio de poder.

5. Discussão de Resultados

O presente capítulo pretende fazer um sumário-chave dos dados apresentados anteriormente, complementando-os também com a exploração das implicações destas descobertas nos quadros teóricos previamente referidos. Assim, numa primeira instância, confrontar-se-ão os resultados obtidos com o quadro teórico que define as dimensões e formas de interação entre partidos políticos e outras organizações da sociedade civil. De seguida, analisar-se-á ainda a dinâmica que envolve esta relação, segundo o prisma da estratégia da relação (Yishai, 1995; Thomas & Hrebenar, 1995; Wilson, 1990; Thomas, 2001a) e segundo o prisma do equilíbrio de poder (Duverger, 1968; Kitschelt, 1994; Mavrogordatos, 2009). Finalmente, far-se-á uma reflexão acerca das limitações deste estudo.

A investigação conduzida levou-nos a perceber que as estruturas associativas estudantis se reconhecem como fortes atores políticos, que agem enquanto grupos de interesse do Ensino Superior em representação dos estudantes, corroborando a literatura que olha para a sociedade civil como tendo uma influência preponderante na definição e execução de políticas públicas (Freeman & Showel, 1951). As EAE têm um leque variado de prioridades políticas e atuam para as defender. Ainda que afirmem levar a cabo vários tipos de ação com o objetivo de fazer cumprir a sua agenda política, admitem que o mais eficaz tem sido o estabelecimento de uma relação constante de diálogo com os decisores políticos, que os coloca numa posição em que conseguem exercer influência institucional direta sobre os mesmos.

Esta investigação aprofunda a relação entre as EAE e um ator político em particular – os partidos políticos. O estudo desta relação é feito através da sua desconstrução em múltiplas dimensões de interação entre ambas as estruturas, dimensões estas definidas pela literatura que estuda as relações entre as organizações da sociedade civil e os partidos políticos. Tendo em conta os dados apresentados e analisados no capítulo anterior, proceder-se-á, abaixo, ao seu enquadramento no modelo teórico existente.

5.2 Dimensões e formas de interação entre estruturas associativas estudantis e estruturas partidárias – enquadramento no modelo teórico

O total de 18 entrevistados afirma ter tido **contacto**, de diversas formas, com estruturas partidárias. As formas de interação presentes na literatura que foram mencionadas pelos entrevistados foram: **reuniões/encontros *ad hoc*; encontros informais; e acumulação transorganizacional de cargos**. De notar que todas as formas de interação verificadas são, assim, de carácter informal – excluem-se por isso as filiações comuns e os comités de ligação deste cenário, já que nenhuma EAE está formalmente ligada a um partido político, ou vice-versa, corroborando o estudo de Kirchheimer (1966) que denota uma tendência crescente de enfraquecimento de ligações formais entre a sociedade civil e os partidos políticos.

As **reuniões/encontros *ad hoc*** (Duverger, 1968) foram a forma de interação predominante entre EAE e EP na dimensão ‘contacto’, sendo que todos os entrevistados afirmam ter tido reuniões com EP. Nota-se uma tendência para serem as EAE a procurar os partidos políticos para reunir e discutir prioridades políticas. Nó entanto, foi também comum serem os partidos políticos a tomar a iniciativa de reunir com as EAE; todos os entrevistados afirmam que foram contactados pelo menos uma vez, por pelo menos um partido, com o propósito de marcar uma reunião/encontro. De maneira geral, e refletindo o que denotam Maisel & Berry (2010), os propósitos das EAE e das EP ao promoverem estas reuniões/encontros cingem-se ao papel que ambas procuram desempenhar no campo da participação política: as EAE, colocando temas na agenda política e tentando influenciar a implementação de políticas públicas; as EP procurando representar da melhor forma possível os seus eleitores, através do fomento do diálogo com diversos setores da sociedade.

Também o **contacto informal** (Poguntke, 2006) se verificou entre EAE e EP. Este tipo de contacto acontecia entre EAE e EP com quem formaram uma relação de maior proximidade e afinidade, seja pela perceção que a primeira tinha acerca da valorização dada pelo partido ao Ensino Superior, pela detenção do poder governativo, ou pelo dinamismo da estrutura partidária. Este tipo de contacto que era menos frequente e menos abrangente – no que toca à sua amplitude – do que as reuniões/encontros *ad hoc*. Este tipo de contacto informal transcendeu ainda a dimensão institucional e levou à criação de laços pessoais entre o presidente da EAE e membros de EP.

Com menor incidência, verifica-se ainda a existência de situações de **acumulação transorganizacional de cargos** (Kvavik, 1976; Valen & Katz, 1964). De forma geral, esta é uma forma de interação rejeitada por grande parte dos entrevistados, que acredita que ocupar um cargo representativo é incompatível com a militância partidária,

sobretudo devido às consequências negativas que a militância poderia ter para sua capacidade de exercer as suas funções de forma adequada, para a credibilidade da sua estrutura e para a forma como seriam percebidos pelos estudantes. Este fenómeno é também ilustrativo da tendência crescente nos jovens de preferência pela participação política não-convencional, tal como afirmam Harris et al. (2010) e Lochocki (2010). Ainda assim, 2 entrevistados acumularam o cargo na EAE com uma filiação partidária e ambos trazem diferentes perspetivas decorrentes da sua experiência. A investigação sugere, assim, que uma filiação partidária não tem sempre o mesmo efeito nos presidentes de EAE nem na forma como estes interagem com os partidos políticos. Não é, por isso, possível prever com certeza quais as vantagens e desvantagens de uma hipotética filiação partidária nem medir de antemão o impacto que esta terá no presidente e na estrutura.

Em suma, no que diz respeito à dimensão 'contacto', verificaram-se 3 das 5 formas de interação identificadas na literatura - reuniões/encontros *ad hoc*, encontros informais e acumulação transorganizacional de cargos, por ordem decrescente de incidência. O contacto é também a dimensão de interação de maior destaque nesta amostra de entrevistados.

A dimensão **material** de interação assume uma importância menor para esta amostra de entrevistados, cuja maioria afirma não ter interagido com partidos neste âmbito. De um modo geral, a rejeição de interações de âmbito material, deve-se ao receio de colocar a EAE numa posição de dependência de uma EP. Ainda assim, verificaram-se nesta amostra duas formas de interação presentes na literatura: **transferência de trabalho e partilha de recursos**. Os entrevistados afirmam nunca terem ocorrido doações financeiras, para nenhuma das partes.

A **transferência de trabalho** (Kvavik, 1976; Sundberg, 2003; Wilson, 1990) foi a forma de interação predominante entre EAE e EP na dimensão material. 7 entrevistados recorreram a partidos políticos para que estes colaborassem na realização de debates e conferências promovidas pela EAE. As situações de transferência de trabalho na direção Partidos-EAE ocorreram todas no âmbito da participação em eventos, pelo que as EAE não mostram intenção de recorrer a EP para outro tipo de apoio. É ainda de notar que as EAE demonstraram uma preocupação em dirigir os pedidos de apoio a todo o espectro político, evitando tendências partidárias. Por outro lado, 7 entrevistados reportam também a ocorrência situações de transferência de trabalho na direção Partidos-EAE. Nesta direção, porém, as situações de transferência de trabalho foram mais diversificadas, tendo-se materializado em participação em eventos, aconselhamento político e apoio logístico para a realização de eventos locais.

No que toca à **partilha de recursos** (Kvavik, 1976; Sundberg, 2003; Wilson, 1990), esta forma de interação verificou-se com menor incidência relativamente à anterior. Ocorreu uma situação na direção Partidos-EAE, em que um grupo parlamentar no PE ofereceu seis viagens ao PE a uma EAE – mais uma vez, um pedido feito a todos os grupos parlamentares portugueses no PE; e ocorreu também uma situação na direção EAE-Partidos, em que uma EAE disponibilizou espaços e equipamento ao seu dispor a uma EP para a realização de um evento.

Os entrevistados não disseram que a cor partidária tivesse tido influência na decisão de aceitar ou recusar pedidos recebidos, quer de transferência de trabalho, quer de partilha de recursos.

Importa ainda dizer que, ainda que tenham sido rejeitadas e, por conseguinte, não se tenham materializado em interações, houve pedidos, da parte dos partidos políticos, para que a EAE se juntasse a ações de rua promovidas por uma EP, e para que a EAE promovesse eventos locais por uma EP. Ambas as formas de interação envolvem transferência de trabalho e partilha de recursos. Todavia, estes dados sugerem ainda a existência de uma forma de interação ainda inexplorada – **a utilização do nome/imagem**. Mais do que querer utilizar os recursos ou o trabalho da EAE, os dados sugerem que os partidos políticos queriam que esta patrocinasse as suas iniciativas e que cedesse o seu nome e a sua imagem para que fossem associados à iniciativa partidária, conferindo mais peso e apoio à mesma. Este fenómeno sugere uma possibilidade de estabelecimento de uma relação instrumental entre EP e EAE, em que as primeiras recorrem às segundas com o propósito de obter benefícios eleitorais, tal como teorizado por Ignazi et al. (2005).

Em suma, no que diz respeito à dimensão material, verificaram-se 2 das 3 formas de interação identificadas na literatura – transferência de trabalho e partilha de recursos, por ordem decrescente de incidência. A dimensão material torna-se, assim, a segunda dimensão de interação com maior relevância nesta amostra de entrevistados.

A dimensão de interação relativa à **ideologia** é a que se verifica com menor incidência nesta amostra de entrevistados. Uma larga maioria de 14 entrevistados considera que a EAE que presidiram não tem quaisquer vínculos de afinidade ideológica a EP. Mais do que afirmarem que a afinidade ideológica não existe, esta maioria repudia-a, reforçando o receio dos entrevistados em serem associados a determinado partido político.

Não obstante, 4 entrevistados admitem **níveis de afinidade ideológica** (Thomas, 2001a; Yishai, 2001; Poguntke, 2006) entre a sua EAE e determinado(s) partido(s)

político(s) – 2 entrevistados creem que a EAE se aproxima do centro-esquerda, com tendência para a esquerda, sendo que apresenta posições em comum com o PSD/JSD, PS/JS, BE e LIVRE; outros 2 defendem que as suas propostas são mais compatíveis com posições adotadas pelo PSD/JSD e pelo PS/JS. Todavia, ainda que admitam proximidade ideológica, os entrevistados reforçam a independência da EAE e negam que a proximidade ideológica possa significar influência do partido sobre a mesma.

Em suma, no que diz respeito à dimensão ‘ideologia’, níveis de afinidade ideológica a pelo menos uma EP verificaram-se em apenas 4 EAE. Assim, a dimensão ‘ideologia’ torna-se a dimensão de interação com menor incidência nesta amostra de entrevistados.

A Figura 14, abaixo, sumariza de forma ilustrada a relevância relativa de cada dimensão e forma de interação para o conjunto de presidentes de estruturas associativas estudantis participantes nesta investigação. As dimensões de interação – contacto, material e ideologia – são categorizadas através de uma escala de cores em que vermelho representa a dimensão com maior incidência relativa; amarelo representa a dimensão com incidência média relativa; e verde representa a dimensão com menor incidência relativa. Também as formas de interação são categorizadas através da mesma escala de cores, em que vermelho representa as formas de interação com maior incidência relativa; amarelo representa as formas de interação com incidência média relativa; verde representa as formas de interação com menor incidência relativa; e azul representa as formas de interação que não se verificaram. O símbolo * é utilizado para assinalar a nova forma de interação sugerida pelos resultados desta investigação.

Dimensões de interação	Contacto	Material	Ideologia
Formas de interação	Filiações comuns Comités de ligação Reuniões/encontros <i>ad hoc</i> Encontros informais Acumulação transorganizacional de cargos	Doações financeiras Transferência de trabalho Partilha de recursos Utilização do nome/imagem*	Níveis de afinidade ideológica

Tabela 2 - Ilustração da relevância relativa de cada dimensão e forma de interação para o conjunto de presidentes de estruturas associativas estudantis participantes nesta investigação. Figura de elaboração própria. Fonte: Allern, 2012.

De forma geral, é claro que o contacto é a dimensão de interação predominante entre estruturas associativas estudantis e estruturas partidárias, assim como aquela em que se verifica um leque mais diversificado de formas de interação. Os dados recolhidos sugerem que isto se deve à forma como os entrevistados percecionam cada dimensão e forma de interação. Estes acreditam que as formas de interação que melhor permitem salvaguardar os valores que mais prezam – independência e credibilidade – são as que se enquadram na dimensão ‘contacto’.

Por outro lado, as formas de interação que se enquadram nas dimensões ‘material’ e ‘ideologia’ são preteridas – com destaque para a última dimensão – pois, na perspetiva dos entrevistados, são as que carregam um risco maior de que a EAE seja publicamente associada a determinado partido político, o que colocaria em causa a independência, o apartidarismo e a credibilidade das EAE. Isto leva a que estas formas de interação sejam, ou levadas a cabo com precaução, ou rejeitadas por completo. A defesa que os entrevistados fazem da independência da sua EAE parece alinhar-se com a investigação de Webb (1994), que afirma a sociedade civil deixou de querer ser diretamente associada a estes, de forma a evitar conotações negativas derivadas da crescente desilusão dos cidadãos no sistema político partidário.

No que toca à rede de interações, esta investigação sugere que os presidentes de EAE fazem esforços para que esta rede seja larga e cubra quase todo – se não todo – o espectro político, mais uma vez revelando um esforço para reforçar o apartidarismo. Ainda assim, não se efetivam interações com todos os partidos políticos. No que diz respeito à dimensão ‘contacto’, as frequências de interação mostraram-se maiores com o PSD/JSD e o PS/JS e menores com o CHEGA!, o PAN, o Iniciativa Liberal, o LIVRE, o CDS-PP e o PCP. Também na dimensão ‘material’ se verifica uma maior intensidade de interação com o PSD/JSD e o PS/JSD, não sendo, porém, possível deixar de destacar CDS-PP, o BE, o PAN e o PCP. O partido com quem as EAE menos

interagiram nesta dimensão foi o CHEGA!. Na dimensão 'ideologia', a minoria de EAE que admite níveis de afinidade ideológica a partidos políticos fá-lo mais frequentemente com o PSD/JSD e o PS/JS, seguindo-se o BE e o LIVRE.

Olhando para o movimento associativo estudantil como um todo, verificam-se interações com todos os partidos políticos, o que revela uma rede ampla de interações. A intensidade e quantidade de interações são indubitavelmente dominadas pelo Partido Social-Democrata e pelo Partido Socialista. A partir dos dados analisados na secção anterior, podemos justificar a preponderância destes partidos através de diferentes motivos: o facto de serem os maiores partidos, com mais recursos e, por conseguinte, mais ativos; o de serem os partidos que têm alternado entre si o poder governativo; o de serem os partidos que, na perspetiva dos entrevistados, mais atenção conferem ao tema do Ensino Superior; e o de serem os partidos com as posições mais moderadas e consensuais entre as EAE.

5.3 Estratégia e equilíbrio de poder entre estruturas associativas estudantis e estruturas partidárias – enquadramento no modelo teórico

Os resultados desta investigação indicam que tanto o movimento associativo estudantil como os partidos políticos têm interesse em manter uma relação, o que sugere que a relação estabelecida tem um carácter bidirecional. As interações entre estruturas servem o propósito do movimento, de inserir temas na agenda política e influenciar a adoção de políticas públicas, e o dos partidos, de construir pontes de diálogo com diferentes grupos da sociedade. A investigação sugere, assim, a existência de motivações instrumentais a guiar o estabelecimento das interações, tanto do lado dos partidos – que procuram o movimento associativo estudantil como meio para reforçar o seu eleitorado –, como do lado do movimento – que usa os partidos políticos como meio para fazer chegar a sua influência ao Estado e ao poder político.

Assim, os dados sugerem que a estratégia predominante nas relações entre o movimento associativo estudantil do Ensino Superior e os partidos políticos em Portugal é a cooperação; porém, indicam também uma forte autonomia de ambas as partes. Assim, e procurando enquadrar os dados obtidos no modelo teórico da literatura, o modelo de separação/envolvimento pragmático, em que ambas as entidades são bastante independentes e o contacto existente é numa lógica *ad hoc*, desenvolvido por Thomas (2001d), parece ser aquele que melhor caracteriza a estratégia que define estas relações.

No que toca ao equilíbrio de poder, os dados obtidos sugerem a ocorrência de tentativas de poder e influência para ambos os lados, motivadas pela missão de cada tipo de estrutura. Ainda que nem sempre bem-sucedidas, a dinâmica que envolve ambas as estruturas reconhece que estas se veem mutuamente como úteis e importantes para o cumprimento dos objetivos uma da outra. Por isso, e utilizando o modelo de Mavrogordatos (2009), a relação entre o movimento associativo estudantil do Ensino Superior e os partidos políticos em Portugal é pautada pela interdependência – uma relação de cooperação e complementaridade, em que ambos reconhecem ter papéis e jurisdições distintos, mas trabalham juntos para um objetivo comum. Este modelo é, notoriamente, o mais frequentemente encontrado nas atuais democracias ocidentais (Mavrogordatos, 2009).

Importa também dizer que esta investigação corrobora os estudos de Beyers et al. (2008), Peters (1999) e Schmitter (2001), já que reconhece os diferentes papéis assumidos pelo movimento associativo estudantil do Ensino Superior e pelos partidos políticos. Ainda que ambos sejam veículos de participação política que agregam

interesses e preferências individuais e as transformam em exigências coletivas, procurando influenciar a forma e o conteúdo das políticas públicas, o foco principal da sua atividade difere significativamente. Os partidos políticos são mais frequentemente orientados para uma gama mais vasta de temas políticos do que os grupos de interesse; além disso, estes têm como objetivo obter cargos públicos concorrendo a eleições, enquanto os grupos de interesse são tentativas organizadas de influenciar a política pública que não implicam uma candidatura a um cargo público.

5.4 Limitações

A principal limitação deste estudo prende-se com o tamanho e as características da amostra. A amostra de 18 entrevistados não reflete fielmente a pluralidade do movimento associativo estudantil do Ensino Superior em Portugal, o que leva a que os resultados obtidos não possam ser generalizados. Ademais, verifica-se uma distribuição desequilibrada dos entrevistados por EAE, sendo que, para algumas EAE foram entrevistados todos os presidentes em funções durante o período temporal de análise, e, para outras, apenas uma parte do número total de presidentes em funções durante o mesmo período. Este fenómeno leva a que haja uma distribuição desigual de entrevistados 1) ao longo do tempo, pois a amostra inclui 5 presidentes de 2019, 7 de 2020, 6 de 2021 e 5 de 2022, e 2) ao longo do espaço, pois, ainda que haja pelo menos um entrevistado por cada região do país, existem regiões relativamente sobre-representadas – 3 entrevistados – e regiões relativamente sub-representadas – 1 entrevistado. Ainda que sejam diferenças pequenas, a alta rotatividade dos mandatos das EAE, a volatilidade das relações entre EAE e EP e o possível impacto que a localização geográfica tem nas relações entre EAE e EP fazem com que sejam diferenças a destacar. Futura investigação deve procurar estender a análise no espaço e no tempo, para alargar criar um retrato do panorama nacional mais fiel e completo acerca das relações acerca das relações entre o movimento associativo estudantil do Ensino Superior e os partidos políticos em Portugal.

A natureza da investigação qualitativa traz consigo algumas limitações. Apesar de ser a metodologia mais adequada à presente investigação, os dados recolhidos são baseados nas perceções dos entrevistados e, por isso, possivelmente toldados por vieses, preconceitos e crenças pessoais. Além disso, a presença do investigador durante o processo de recolha de dados, ainda que necessária e inevitável, pode ter condicionado as respostas dos participantes. Finalmente, o instrumento de recolha de dados utilizado – uma entrevista semiestruturada – também gera constrangimentos. O guião construído integra sobretudo perguntas de resposta aberta, o que leva a que nem todos os participantes interpretem as questões da mesma forma e, por isso, abordem tópicos diferentes na mesma resposta. Adicionalmente, nem todos os entrevistados responderam a todas as perguntas, pelo que o número de respostas a considerar para cada questão é diferente. De forma a validar os dados recolhidos e a garantir a sua credibilidade científica, recomenda-se investigação futura sobre o mesmo tópico; por um lado, através da perspectiva das estruturas partidárias; por outro, usando metodologias diferentes, como por exemplo a análise de conteúdo dos manifestos ou outros documentos de carácter político de ambas as partes

6. Conclusão

A presente investigação propunha-se a caracterizar a relação entre o movimento associativo estudantil e os partidos políticos em Portugal. A análise dos dados recolhidos através de entrevistas a líderes estudantis permitiu concluir que o movimento associativo estudantil e os partidos políticos em Portugal estabelecem relações pautadas por uma série de diferentes formas de interação, desde reuniões/encontros formais e informais – com intensidades e proximidades diferentes consoante a EAE e a EP –, acumulação transorganizacional de cargos, transferências de trabalho e recursos, e níveis de afinidade ideológica. Este fenómeno segue a tendência de aproximação entre organizações da sociedade civil e partidos políticos que se tem vindo a verificar nas sociedades democráticas.

Os resultados sugerem a existência de uma relação benéfica para ambas as partes. EAE e EP entreadjudam-se no cumprimento dos seus objetivos, pelo que ambas procuram manter esta relação, ainda que rejeitando estabelecer ligações que possam comprometer a sua autonomia. A investigação sugere a existência de motivações instrumentais por detrás da relação, em ambos os lados – EAE e EP usam-se mutuamente enquanto meio para atingir os seus objetivos. Ademais, os objetivos das EAE e os das EP ao interagir cingem-se ao papel que ambas têm no quadro da participação política – as EAE enquanto grupo de interesse, os partidos políticos enquanto veículos de representação do maior número de pessoas possível.

Os resultados da investigação realçam sobretudo diferenças entre os papéis do movimento associativo estudantil e dos partidos políticos. Ambos agem na esfera da participação política, mas são diferentes no que toca ao tipo de participação que veiculam, ao modo como o fazem, ao público para o qual trabalham e aos tópicos da agenda pública em que se focam. Não obstante, a investigação sugere que a cooperação é o princípio que deve orientar a relação entre ambos. A análise da rede de interações revela uma tentativa, por parte das EAE, de cobrir amplamente o espectro político, embora as interações se mostrem mais frequentes com os maiores partidos.

As formas de interação identificadas enquadram-se em diferentes dimensões de interação, definidas pela literatura; da mesma forma, também as dinâmicas de relacionamento e trabalho e de influência e poder podem ser analisadas à luz de um modelo teórico. Os resultados revelaram uma predominância de interações na dimensão ‘contacto’, destacando-se reuniões *ad hoc* e contactos telefónicos; por outro lado, verificou-se uma relutância em relação à acumulação transorganizacional de cargos. As interações materiais, embora menos frequentes, demonstram uma

cooperação pragmática, principalmente na transferência de trabalho, que se centra na participação em eventos e conferências. Quanto à dimensão ideológica, a maioria das EAE rejeita qualquer afinidade partidária, preservando a sua independência e credibilidade. Não obstante, alguns entrevistados reconhecem uma proximidade ideológica, embora neguem qualquer influência dos partidos sobre as suas estruturas. A relação entre EAE e EP reflete um modelo de separação/envolvimento pragmático, segundo Thomas (2001d), e de interdependência, segundo Mavrogordatos, (2009), onde ambas as partes reconhecem a sua autonomia, mas cooperam *ad hoc* em prol de objetivos comuns.

Ainda que as características da amostra e os constrangimentos inerentes à análise qualitativa limitem a generalização dos resultados, esta investigação contribuiu para o conhecimento sobre a relação entre as organizações da sociedade civil e os partidos políticos, não só corroborando a literatura já existente na área, como também levantando questões que informar investigação futura na área.

Esta investigação traçou o primeiro passo para a identificação de uma nova forma de interação entre organizações da sociedade civil e partidos políticos – a utilização do nome/imagem. Assim, sugere-se uma exploração mais profunda deste tópico, que investigue a existência desta forma de interação com outras EAE, outras OSC, noutras contextos, ou noutras sociedades.

A investigação não trouxe ainda respostas claras para as questões sobre o partidarismo dentro da sociedade civil em Portugal, um tema ainda relativamente inexplorado (Jalali, Silva & Silva, 2012). De forma geral, a investigação sugere uma forte rejeição ao partidarismo no seio do movimento associativo estudantil. Porém, as situações de afinidade ideológica e de acumulação transorganizacional de cargos levantam dúvidas sobre a generabilidade dos resultados. Ademais, são ainda levantadas questões sobre a forma como o partidarismo do líder de uma EAE se interrelaciona com o partidarismo da estrutura. Por isso, recomenda-se um estudo mais aprofundado deste fenómeno, que permita validar os resultados desta investigação.

Finalmente, poderá ser benéfico analisar mais exaustivamente as dinâmicas de poder entre o movimento associativo estudantil e os partidos políticos. Ainda que afirmem ter impedido que isso acontecesse, os entrevistados dizem ter sentido tentativas de exercício de poder e controlo sobre as suas EAE. Esta poderá ser uma dimensão relevante no estudo das relações dos partidos com a sociedade civil em Portugal, marcadas por motivações instrumentais (Jalali, Silva & Silva, 2012). Torna-se importante investigar possíveis mecanismos de exercício de poder, possíveis

mecanismos de defesa e o impacto que este fenómeno poderá ter na qualidade da relação entre ambas as partes.

7. Bibliografia

- Aberbach, J. D., & Rockman, B. A. (2002). Conducting and Coding Elite Interviews. *PS: Political Science and Politics*, 35(4), 673–676.
- Allern, E. H. (2010). *Political Parties and Interest Groups in Norway*. ECPR Press.
- Allern, E. & Bale, T. (2010). Political parties and interest groups: Disentangling complex relationships. *Party Politics*, 18(1), 7–25.
- Baker, G. (1999). The taming of the idea of civil society. *Democratization*, 6(3), 1-29.
- Barnes, S. H. & Kaase, M. et al. (Eds.) (1979): *Political Action. Mass Participation in Five Western Democracies*. Sage Publications.
- Beyme, K., (1985). *Political Parties in Western Democracies*. Gower.
- Beyers, J., Eising, R. & Mahoney, W. (2008). Researching interest group politics in Europe and elsewhere: Much we study, little we know. *West European Politics* 31(6), 1103–28.
- Bindekrantz, A. (2005). Interest group strategies: Navigating between privileged access and strategies of pressure. *Political Studies*, 53, 694–715.
- Blondel, J. (2002). Party government, patronage, and party decline in Western Europe. In: Gunther, R., Montero, J.R., Linz, J. (Eds). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford University Press, 233–56.
- Bourne, P. A. (2010). Unconventional political participation in a middle-income developing country. *Current Research Journal of Social Sciences*, 2(2), 196-203.
- Brady, H. (1999). Political Participation. In Robinson, J. P., Shaver, P. R. & Wrightsman L. S. (Eds.). *Measures of Political Attitudes*, 737-801. Academic Press.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101.
- Briggs, J. (2017). *Young People and Political Participation: Teen Players*. Palgrave Macmillan.

- Brown, D.S. *et al.* (2008). Who Gives, Who Receives, and Who Wins? Transforming Capital Into Political Change Through Nongovernmental Organizations. *Comparative Political Studies*, 41(1), 24-47.
- Bruneau, T. (1997). Introduction. In: Bruneau, T. (Ed.) *Political Parties and Democracy in Portugal*, 1–19. Westview Press.
- Campbell, A., Converse, P. E., Miller, W. E. & Stokes, D. E. (1960). *The american voter*. New York: Willey.
- Cardina, M. (2008a). Movimentos estudantis na crise do Estado Novo: mitos e realidades. *E-Cadernos CES [Online]*.
- Cardina, M. (2008b). On student movements in the decay of the Estado Novo. *Portuguese Journal of Social Science*, 7(3), 151–164.
- Carothers, T., & Barndt, W. (1999). *Civil Society*, 117, 18–29. Foreign Policy.
- Cassinelli, C. W. (1966). *Free Activities and Interpersonal Relations*. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Chandhoke, N. (2007). Civil Society. *Development in Practice*, 17(4/5), 607–614.
- Chrisp, J. & Pearce, N. (2019). Grey Power: Towards a Political Economy of Older Voters in the UK. *Political Quarterly*, 90(4), 743-756.
- Costa, P. (2021). *A Participação Política da Juventude em Portugal: Portugal em 2020*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, P., Magalhães, P., Costa, E., Menezes, I., Silva, P., & Ferreira, P. (2021). *A Participação Política da Juventude em Portugal: Relatório Síntese*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Daalder, H. (2002). Parties: Denied, dismissed, or redundant? A critique. In: Gunther, R., Montero, J. R. & Linz, J. (Eds.) *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*, 39–57. Oxford University Press.
- Dahl, V., Amná, E., Banaji, S., Landberg, M., Šerek, J., Ribeiro, N., Beilmann, M., Pavlopoulos, V. & Zani, B. (2018). Apathy or Alienation? Political Passivity among Youths Across Eight European Union Countries. *European Journal of Developmental Psychology*, 15(3), 284–301.

- Dahl, R. A. (1971). *Polyarchy: participation and opposition*. Yale University Press.
- Dalton, R. J. (2015). *The Good Citizen: How a Younger Generation Is Reshaping American Politics*. CQ Press.
- Dalton, R. J. (2008). Citizenship Norms and the Expansion of Political Participation. *Political Studies*, 56(1), 76-98.
- Dalton, R. & Wattenberg, M., (2000). Unthinkable democracy: Political change in advanced industrial democracies. In: Dalton, R. & Wattenberg, M. (Eds.) *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, 3–16. Oxford University Press.
- Della Porta, D. (2015). *Social Movements in Times of Austerity: Bringing Capitalism Back into Protest Analysis*. Polity.
- Della Porta, D. & Reiter, H. (1998). Policing Protest. *The Control of Mass Demonstrations in Western Democracies*. University of Minnesota Press.
- Delli Carpini, M. X. (2000). Gen.com: Youth, Civic Engagement, and the New Information Environment. *Political Communication*, 17(4), 341-49.
- Deth, J.W. (2001). *Studying Political Participation: Towards a Theory of Everything?*. Introductory paper prepared for delivery at the Joint Sessions of Workshops of the European Consortium for Political Research.
- Duverger, M. (1954/1972). Political Parties. *Their Organization and Activity in the Modern State*. Methuen.
- Duverger, M. (1968). *Sociologie Politique*. Presses Universitaires France.
- Duverger, M. (1972). *Party Politics and Pressure Groups: A Comparative Introduction*. Crowell.
- Edwards, M. (2014). *Civil Society*. Polity.
- Ekman, J. & Amnå, E. (2012). Political Participation and Civic Engagement: Towards a New Typology. *Human Affairs*, 22(3), 283-300.
- Fischer, W. (1997). Doing Good? The Politics and Antipolitics of NGO Practices. *Annual Review Anthropology*. 26, 439-464.

- Franco, R., Sokolowski, W., Hairel, E. & Salamon, L. (2005). *O Sector Não Lucrativo Português numa Perspectiva Comparada*. Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, Baltimore, The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies.
- Freeman, H. E., & Showel, M. (1951). Differential political influence of voluntary associations. *Public Opinion Quarterly*, 15(4), 703–714.
- García-Albacete, G. (2014). Young People's Political Participation in Western Europe. Continuity or Generational Change?. *Palgrave Studies in European Political Sociology*. Palgrave Macmillan.
- Gardiner, L. (2016). *Votey McVoteface. Understanding the growing turnout gap between the generations*.
- Goerres, A. (2007). Why are Older People More Likely to Vote? The Impact of Ageing on Electoral Turnout in Europe. *British Journal of Politics and International Relations*, 9, 90-121.
- Gomes, C., Lima, L. (1996). Associativismo estudantil no ensino secundário e reprodução política das organizações partidárias de juventude. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 21, 121-163.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Principia Editora.
- Habermas, J. (1989). *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Polity.
- Hall, P. D. (1987). A Historical Overview of the Private Nonprofit Sector. In; Powell, W. W., *The Nonprofit Sector: A Research Handbook*, 3-26. Yale University Press.
- Hamann, K., Manuel, P. (1999). Regime changes and civil society in twentieth-century Portugal. *South European Society and Politics*, 71–96.
- Harris, A., Wyn, J., & Younes, S. (2010). Beyond apathetic or activist youth: “Ordinary” young people and contemporary forms of participation. *YOUNG*, 18(1), 9–32.
- Harrison, M. (1960). *Trade Unions and the Labour Party*. Allen & Unwin.

- Harvey, W. S. (2011). Strategies for conducting elite interviews. *Qualitative Research*, 11(4), 431–441.
- Haque, M. S. (2002). The Changing Balance of Power Between the Government and NGOs in Bangladesh. *International Political Science Review*, 23(4), 411–435.
- Hay, C. (2007). *Why We Hate Politics*. Polity.
- Heaney, M. T. (2010). Linking political parties and interest groups. In: Maisel, S.L. & Berry, J.M. (Eds.), *The Oxford Handbook of American Political Parties and Interest Groups*. Oxford University Press.
- Hochschild, J. L. (2009). Conducting Intensive Interviews and Elite Interviews. *Workshop on Interdisciplinary Standards for Systematic Qualitative Research*.
- Ignazi, P., Farrell, D. & Römmele, A. (2005). The Prevalence of Linkage by Reward in Contemporary Parties. In: Römmele, A., Farrell, D. & Ignazi, P. (Eds.), *Political Parties and Political Systems: The Concept of Linkage Revisited*, 17–36. Praeger Publishers.
- Jalali, C., Silva, P., Silva, S. (2012). Givers and takers: Parties, state resources and civil society in Portugal. *Party Politics*, 18(1), 61–80.
- Kassalow, E. M. (1963). *National Labor Movements in the Postwar World*. Northwestern University Press.
- Katz, R. & Mair, P. (1995). Changing models of party organization and party democracy: The emergence of the cartel party. *Party Politics*, 1, 5–28.
- Kirchheimer, O. (1966). The transformation of the Western European party systems. In: LaPalombara, J. & Weiner, M. (Eds.), *Political Parties and Political Development*. Princeton University Press.
- Kitschelt, H. P. (1994). *The Transformation of European Social Democracy*. Cambridge University Press.
- Koelble, T. A. (1987). Trade unionists, party activists, and politicians: The struggle for power over party rules in the British Labour Party and the West German Social Democratic Party. *Comparative Politics*, 19(3), 253–66.
- Kopecky, P., Mudde, C. (2003). Rethinking civil society. *Democratization*, 3, 1–14.

- Kvavik, R. B. (1976). *Interest Groups in Norwegian Politics*. Universitetsforlaget.
- Lakatos, I., & Musgrave, A. (1970). *Criticism and the Growth of Knowledge: Proceedings of the International Colloquium in the Philosophy of Science, London, 1965*. Cambridge University Press.
- Landim, L. (1993). *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de doutoramento. Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Lane, R. E. (1959). *Political life: Why people get involved in politics*. Glencoe, Ill.: The Free Press.
- Lawson, K. & Merkl, P. (1988). Alternative organizations: Environmental, supplementary, communitarian and antiauthoritarian. In: Lawson, K., Merkl, P. (Eds.), *When Parties Fail: Emerging Alternative Organization*, 3-38. Princeton University Press.
- Lasswell, H. D., & Kaplan, A. (1950). *Power and Society: A Framework for Political Inquiry*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Linszen, R., Schmeets, H., Scheepers, P., & te Grotenhuis, M. (2015). Trends in Conventional and Unconventional Political Participation in Europe, 1981–2008. In: *Political Trust and Disenchantment with Politics*. Brill.
- Lisi, M. (2022). *Os grupos de interesse no sistema político português*. (Estudos da Fundação). Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Lochocki, T. (2010). *Trends, Causes and Patterns of Young People's Civic Engagement in Western Democracies*. Centre for Research on Civil Society and Voluntary Sector.
- Magalhães, P. (2021). *A Participação Política da Juventude em Portugal: Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Magalhães, P., Moral, J.S. (2008). *Os Jovens e a Política*. Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa.
- Maisel, L. & Berry, J. (2010). *The Oxford Handbook of American Political Parties And Interest Groups*. Oxford University Press.
- Marsh, D., O'Toole, T. & Jones, S. (2007). *Young People and Politics in the UK. Apathy or Alienation?*. Palgrave Macmillan.

- Mavrogordatos, G. T. (2009). *Models of party–interest group relations and the uniqueness of the Greek case*. Presented at the ECPR Joint Sessions of Workshops, Lisbon on 14–19 April 2009. Conference paper.
- McCormick, J. (1993). International Nongovernmental Organizations: Prospects for a Global Environmental Movement. In: Kamieniecki, S. (Ed.), *Environmental Politics in the International Arena: Movements, Parties, Organizations, and Policy*. State University of New York Press.
- Medeiros, R. (2008). *Between Conflict and Cooperation: Dilemmas in the Relations between Non-Governmental Organizations and the State in Brazil*. Dissertação. Boston University.
- Melo, D.F. & Stockemer D. (2014). Age and political participation in Germany, France and the UK: A comparative analysis. *Comparative European Politics*, 12(1), 33-53.
- Minkin, L. (1991). *The Contentious Alliance: Trade Unions and the Labour Party*. Edinburgh University Press.
- Mokken, R. J., & Stokman, F. N. (1975). Power and Influence as Political Phenomena. In: Barry, B. (Ed.), *Power and Political Theory: Some European Perspectives*, 33-54. London: John Wiley.
- Moor, J. (2016). Lifestyle politics and the concept of political participation. *Acta Politica*, 1-19.
- Morriss, P. (2002). *Power: A Philosophical Analysis*. Manchester: Manchester University Press.
- Müller, W. (2000). Patronage by national governments. In: Blondel, J. & Cotta, M. (Eds.) *The Nature of Party Government: A Comparative European Perspective*, 141–60. Palgrave Macmillan.
- Newton, K., Giebler, H. (2008), Patterns of participation: *Political and social participation in 22 nations*, *WZB Discussion Paper, No. SP IV 2008-201*. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB).
- Norris, P. (2000). *A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies*.
- O'Toole, T. (2015). *Beyond Crisis Narratives: changing modes and repertoires of political participation among young people*.

- O'Toole, T., Marsh, D., Jones, S. (2003a). Political Literacy Cuts Both Ways: The Politics of Non-Participation among Young People, *Political Quarterly*, 74(3), 349–60.
- O'Toole, T., Lister, M., Marsh, D., Jones, S., McDonagh, A. (2003b) Tuning Out or Left Out? Participation and Non-Participation among Young People. *Contemporary Politics*, 9(1), 45–61.
- Parry, G., Moyser, G., & Day, N. (1992). *Political Participation and Democracy in Britain*. Cambridge University Press.
- Pattie, C., Seyd, P. & Whiteley, P. (2003). Citizenship and Civic Engagement: Attitudes and Behaviour in Britain. *Political Studies*, 51(3), 443–68.
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative evaluation and research methods, second edition*. Sage.
- Peters, G. (1999). *Institutional Theory in Political Science: The 'New Institutionalism'*. Continuum.
- Pickard, S. (2019). Politics, Protest and Young People. *Political Participation and Dissent in 21st Century Britain*.
- Pickard, S. & Bessant, J. (2018) *Young People Re-Generating Politics in Times of Crises*. Palgrave Macmillan.
- Pintassilgo, J., De Andrade, A. N., & Beato, C. A. S. (2019). Student Movement in Portugal Throughout the '60s: Actors' Representations of a Period of Social and Cultural Experimentation. *Espacio, Tiempo y Educación*, 6(1), 145-159.
- Pitti, I. (2018). Unconventional Political Participation: An Overview. *Youth and Unconventional Political Engagement*, 7–21. Palgrave Macmillan.
- Poguntke, T. (2002). Parties without firm social roots? Party organisational linkage. In: Luther, K. R. & Muler-Rommel, F. (Eds.), *Political Parties in the New Europe: Political and Analytical Challenges*. Oxford University Press.
- Pridham, G. (1990). Southern European democracies on the road to consolidation: A comparative assessment of the role of political parties. In: Pridham, G. (Ed.), *Securing Democracy: Political Parties and Democratic Consolidation in Southern Europe*, 1–41. Routledge.

- Purdue, D. (2007) Introduction: Dimension of civil society. In: Purdue, D. (Ed.), *Civil Societies and Social Movements: Potentials and Problems*, 71–87. Routledge.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Touchstone Books/Simon & Schuster.
- Quaranta, M. (2012). The Rise of Unconventional Political Participation in Italy: Measurement Equivalence and Trends, 1976-2009. *Bulletin of Italian Politics*, 2(4), 251-276.
- Rawson, D. W. (1969). The life-span of Labour parties. *Political Studies* 17(3), 313–33.
- Rose, R. (2006). First European Quality of Life Survey: Participation in Civil Society. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- Rubin, H.J. & Rubin, I.S. (2012) *Qualitative Interviewing: The Art of Hearing Data*. 3rd Edition. Sage Publications, Thousand Oaks.
- Salamon, L. M. & Anheier, H. K. (1997). *Defining the nonprofit sector*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Salamon, L.M., Sokolowski, S.W. & List, R. (2003). *Global Civil Society: An Overview*. Centre for Civil Society Studies, Institute for Policy Studies, Johns Hopkins University.
- Sanyal, B. (1997). NGOs' Self-Defeating Quest for Autonomy. In *The Annals of the American Academy of Political Science*, 554, 21-32.
- Schlozman, K.L., Verba, S. & Brady, H.E. (2010), Weapon of the Strong? Participatory Inequality and the Internet. *Perspectives on Politics*, 8(2), 487-509.
- Schmitter, P. (2001). Parties are not what they once were. In: Diamond, L. & Gunther, R. (Eds.), *Political Parties and Democracy*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Scholte, J. A. (2002). Civil Society and Democracy in Global Governance. *Global Governance*, 8(3), 281–304.
- Schwartz, M. (2005). Linkage processes in party networks. In: Rommele, A., Farrell, D.M., Ignazi, P. (Eds.), *Political Parties and Political Systems: The Concept of Linkage Revisited*. Praeger.

- Selle, P. (1997). Parties and voluntary organizations: Strong or weak ties? In: Strøm, K., Svasand, L. (Eds.), *Challenges to Political Parties: The Case of Norway*. University of Michigan Press.
- Serra-Silva, S., & Oliveira, R. (2022). Associativismo, participação política e atitudes cívicas: uma radiografia da relação dos cidadãos com os grupos de interesse em Portugal. In: Lisi, M. (Coord.), *Os grupos de Interesse no sistema político português*, 39-77. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Silva, P., & Costa, E. (2021). *A Participação Política da Juventude em Portugal: As juventudes partidárias e os movimentos associativos*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Smillie, I. & Helmich, H. (1999). *Stakeholders: Government-NGO Partnerships for International Development*. Earthscan Publications.
- Steinberg, G. & Wertman, B. (2018). Value Clash. *Civil Society, Foreign Funding, and National Sovereignty, Global Governance*, 24, 1-10.
- Stockemer, D. (2014). What drives unconventional political participation? A two-level study. *The Social Science Journal*, 51, 201-211.
- Stolle, D., Hooghe, M., & Micheletti, M. (2005). Politics in the Supermarket: Political Consumerism as a Form of Political Participation. *International Political Science Review / Revue Internationale de Science Politique*, 26(3), 245–269.
- Streeck, W. & Hassel, A. (2003). Trade unions as political actors. In: Addison, J. T., Schnabel, C. (Eds.), *International Handbook of Trade Unions*. Edward Elgar.
- Sundberg, J. (2003). *Parties as Organized Actors: The Transformation of the Scandinavian Three Front Parties*. Finnish Society of Sciences and Letters.
- Taylor, M. (1998). Dangerous Liaisons: Policy Influence Through Partnership. *Twentieth Anniversary Symposium of the Center for Voluntary Organization*. London School of Economics and Political Science.
- Teorell, J., Torcal, M. & Montero, J. R. (2007). Political Participation: Mapping the Terrain. In: van Deth, J., Montero, J. R. & Westholm, A. (Eds.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Perspective*, 17, 334-357. Routledge.

- Thomas, C. (2001a). *Political Parties and Interest Groups: Shaping Democratic Governance*. Lynne Rienner.
- Thomas, C. (2001c). Studying the political party–interest group relationship. In: Thomas, C. (Ed.), *Political Parties and Interest Groups: Shaping Democratic Governance*. Lynne Rienner.
- Thomas, C. (2001d). Toward a systematic understanding of party–group relations in liberal democracies. In: Thomas, C. (Ed.), *Political Parties and Interest Groups: Shaping Democratic Governance*. Lynne Rienner.
- Tsekoura, M. (2016). Debates on youth participation: from citizens in preparation to active social agents. *Revista Katálysis*, 19(1), 118-125.
- Valen, H. & Katz, D. (1964). *Political Parties in Norway: A Community Study*. Oslo: Universitetsforlaget.
- Verba, S., Schlozman, K.L. & Brady, H.E. (1995). *Voice and Equality*. Harvard University Press.
- Verba, S. & Nie, N. H. (1972). *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*. Harper & Row.
- Wahlström, M. et al. (2019). *Protest for a future: Composition, mobilization and motives of the participants in Fridays For Future climate protests on 15 March, 2019 in 13 European cities*.
- Walzer, M. (1991). The Idea of Civil Society. *Dissent*, 39, 293-304.
- Warner, C. M. (2000). *Confessions of an Interest Group. The Catholic Church and Political Parties in Europe*. Princeton University Press.
- Wattenberg, M.P. (2008). *Is Voting for Young People?: With a Postscript on Citizen Engagement*. Pearson Longman.
- Webb, P. D. (1994). Party organizational change in Britain: The iron law of centralization? In: Katz, R. S. & Mair, P. (Eds). *How Parties Organize*. Sage.
- Weiss, R. S. (1994). *Learning from Strangers: The Art and Method of Qualitative Interview Studies*. The Free Press.
- Weisskircher, M. (2020). *Civil Society*.

Wilson, G. (1990). *Interest Groups*. Blackwell.

Yishai, Y. (2001). Bringing society back in: Post-cartel parties in Israel. *Party Politics*, 7(6), 667–87.

Young, D. R. (2000). Alternative Models of Government-Nonprofit Sector Relations: Theoretical and International Perspectives. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 29(1), 149–172.

Zimmerling, R. (2005). *Influence and Power: Variations on a Messy Theme*. Dordrecht: Springer.

7. Anexos

Anexo 1 – Lista de entrevistados

(Nota: aqui, os entrevistados estão listados numa ordem diferente daquela segundo a qual são enumerados ao longo da dissertação, de modo a garantir o anonimato das respostas)

AAC: João Pedro Caseiro

AAUA: Daniela Faria

AAUAlg: Fábio Zacarias, Raquel Jacob

AAUAv: Wilson Carmo

AAUBI: Afonso Gomes

AAUE: Henrique Gil, Fernanda Barreiros, Ana Rita Silva

AAUMa: Alex Faria

AAUMinho: Nuno Reis, Rui Oliveira

AAUTAD: José Pinheiro

FAL: João Machado, Francisco Pereira

FAP: Marcos Teixeira

FNAEESP: João Pedro Pereira, Tiago Diniz

Anexo 2 – Guião da entrevista

Introdução

- Agradecimento pela participação na investigação
- Contextualização inicial sobre a investigação (a investigação será apresentada como tendo propósito principal de estudar a relação da EAE com outros atores da sociedade civil – não se mencionará, inicialmente, os partidos políticos de modo a não enviesar respostas e a prevenir uma possível atitude defensiva da parte do entrevistado)
- Informações sobre o tratamento e análise dos dados recolhidos – reforço do carácter anónimo
- Anonimato e pedido de leitura e assinatura do consentimento informado

BLOCO DE PERGUNTAS DE DESBLOQUEIO

Q1: Fala-me brevemente sobre o teu percurso no Ensino Superior e no movimento associativo.

Q2: Há quanto tempo estás envolvido na EAE? Quando foste eleito pela primeira vez?

Q3: O que é que te motivou para te candidatares?

As prioridades políticas da Estrutura Associativa Estudantil e as suas principais reivindicações

Q4: Quais são/eram as principais prioridades políticas da EAE?

A ação política da Estrutura Associativa

Q5: Que ações concretas são levadas a cabo pela EAE com o propósito de fazer cumprir esta agenda política?

Q6: Em geral, sentes que a EAE consegue cumprir a agenda política e as vossas propostas?

Q7: Se sim, que fatores explicam essa capacidade de cumprimento

Q8: Se não, que fatores impedem que se cumpra essa agenda?

Q9: Costumas/costumavas discutir estas propostas e medidas com outros agentes/entidades? Se sim, quem?

Q10: Com que frequência agendas/agendavas reuniões para este efeito?

Q11: Alguma vez discutiste propostas com elites ou membros de partidos políticos? Se sim, que tipo de propostas foram discutidas?

Q12: O que esperas destes contactos? Obter diferentes visões, conseguir um canal mais forte de apoio a algumas medidas?

As interações entre a EAE e Partidos Políticos

Dimensão: Ideologia

Q13: Na tua perspetiva, a EAE está próxima, em termos de ideias e de ideologia, de algum partido? Ou de uma juventude partidária?

Q14: Se sim, esta proximidade limita, de alguma forma, a atuação da EAE?

Q15: Achas que o facto de serem ideologicamente próximos ao Partido X vos incentiva a tentar criar ligações com ele?

Q16: Se não, então como caracterizarias a posição política da EAE?

Dimensão: Contacto

Q17: Enquanto Presidente da EAE, alguma vez participaste em reuniões ou outros encontros com partidos políticos? Ou elites partidárias? Que tipo de encontros?

Q18: Com que partidos?

Q19: Que tipo de iniciativas ou temas motivaram essas reuniões? E quem as agendou? Os partidos ou a EAE?

Q20: Quais as razões de maneres contacto com os partidos mencionados e não outros?

CASO SEJA NECESSÁRIO UM ESTÍMULO – Q21: Por causa da acessibilidade dos membros do partido? Por razões ideológicas? Por outras razões estratégicas?

Q22: Foste filiado a algum partido político durante o teu tempo enquanto presidente da EAE?

Q23: Se não, alguma vez sentiste que a ausência de filiação teve impacto, seja prejudicial ou benéfico, no teu trabalho enquanto dirigente?

Q24: Se sim, crês que isso influenciou o teu trabalho enquanto Presidente da EAE?

Q25: Que motivações te levaram a filiares-te num partido?

Q26: Alguma vez participaste numa campanha eleitoral de algum partido?

Q27: Alguma vez fizeste parte das listas de candidatos do partido? Se sim, quais? E estavas em lugar elegível ou não elegível?

Q28: Se não, o teu cargo enquanto Presidente da EAE pesou na tua decisão de não te filiares, ou tens outros motivos para não o teres feito?

Dimensão: Material

Q29: Durante o teu mandato enquanto Presidente, alguma vez a EAE recorreu ou procurou recorrer a um partido político para apoio financeiro, para a realização de atividades ou iniciativas?

Q30: Se sim, a que partidos?

Q31: E alguma vez recorreram ou procuraram recorrer a um partido político para apoio na realização de atividades ou iniciativas da EAE, usando trabalho ou recursos do partido?

Q32: Se sim, a que partidos?

Q33: Por outro lado, alguma vez algum partido político contactou a EAE para apoiar atividades ou iniciativas do partido?

Q34: Se sim, que partidos?

A forma como os dirigentes olham para a relação entre a Estrutura Associativa e os Partidos Políticos

Q35: Achas que o papel da EAE enquanto ator político é semelhante ou diferente do papel dos partidos políticos?

Q36: Tendo isso em conta, que palavra dirias que descreve melhor a dinâmica entre a EAE e os PP? Integração, cooperação, separação, competição ou conflito?

Q37: Alguma vez procuraste que a EAE exercesse poder ou influência sobre um partido político?

Q38: Por outro lado, alguma vez sentiste que um partido político exerceu ou procurou exercer poder ou influência sobre a EAE?

Comentários

Q39: Queres deixar alguma nota ou comentário final, acrescentando algo àquilo que já foi dito?

Conclusão

- Agradecimento final
- Esclarecimento de possíveis dúvidas
- Abertura para fazer chegar os resultados da investigação ao participante

Anexo 3 – Declaração de consentimento informado



Declaração de Consentimento Informado

Entrevista

Esta entrevista enquadra-se numa dissertação de Mestrado cujo tema é a relação entre o Movimento Associativo Estudantil e outros atores da Sociedade Civil em Portugal, a desenvolver no âmbito do Mestrado em Ciência Política da Universidade de Aveiro.

O estudo tem a coordenação científica da Professora Doutora Patrícia Silva.

Solicitamos a sua colaboração na participação nesta entrevista e agradecemos a disponibilidade manifestada. Garantimos a confidencialidade das informações prestadas e o anonimato no tratamento das mesmas, de acordo com Regulamento Geral de Proteção de dados (RGPD). Os responsáveis pelo tratamento da informação são os investigadores envolvidos no presente estudo. O Encarregado da Proteção de dados (EDP) da Universidade de Aveiro que garante a conformidade do tratamento de dados pessoais com a legislação em vigor, está disponível através do endereço de correio eletrónico epd@ua.pt. O acesso e tratamento dos dados apenas são autorizados aos investigadores do estudo, de acordo com a finalidade do mesmo. Após a recolha, os dados são anonimizados e armazenados durante cinco anos. Os participantes neste estudo têm direito:

- a aceder aos seus dados e a receber informação sobre o processamento dos seus dados pessoais;
- a retificar imprecisões sobre os seus dados pessoais durante o período de recolha dos mesmos;
- a eliminar os seus dados pessoais;
- a apresentar reclamação a uma Autoridade de Controlo.

Qualquer pedido de esclarecimento poderá ser remetido para o e-mail do responsável pela investigação, Beatriz Bastião: beatrizsbastiao@ua.pt.

Após ter tomado conhecimento dos objetivos do estudo e do modo como os dados serão tratados, aceita participar na investigação?

Sim Não

_____ do mês de _____ do ano de _____,

(Assinatura)